

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO EM LETRAS**

**ISABELLA CRISTINA MILAGRES BALTAZAR**

**INTERSEÇÕES ENTRE O JORNALISMO E A LITERATURA:  
Uma análise de discurso do Jornalismo Literário no Brasil a partir de *Realidade e piauí***

**VITÓRIA**

**2015**

**ISABELLA CRISTINA MILAGRES BALTAZAR**

**INTERSEÇÕES ENTRE O JORNALISMO E A LITERATURA:  
Uma análise de discurso do Jornalismo Literário no Brasil a partir de *Realidade e piauí***

**Dissertação apresentada como requisito para a  
obtenção do grau de Mestre em Letras, pelo  
Programa de Pós-Graduação em Letras da  
Universidade Federal do Espírito Santo.  
Orientador: Orlando Lopes Albertino**

**VITÓRIA  
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)  
(Centro de Documentação do Programa de Pós-Graduação em Letras,  
da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

B197i Baltazar, Isabella Cristina Milagres, 1988-  
Interseções entre o jornalismo e a literatura : uma análise de discurso do  
jornalismo literário no Brasil a partir de *Realidade e piauí* / Isabella Cristina  
Milagres Baltazar. – 2015.  
153 f. : il.

Orientador: Orlando Lopes Albertino.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo,  
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Jornalismo e literatura – Brasil. 2. Reportagens e repórteres – Brasil. 3.  
Reportagem em forma literária. 4. Realidade (Revista). 5. Piauí (Revista). 6.  
Análise do discurso. I. Albertino, Orlando Lopes. II. Universidade Federal do  
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

---

CDU: 82

## **DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

BALTAZAR, Isabella Cristina Milagres. *“Interseções entre o Jornalismo e a Literatura: uma análise de discurso do Jornalismo Literário no Brasil a partir de Realidade e piauí.”*

Dissertação aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

### **BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Orlando Lopes Albertino (UFES – Orientador)

---

Prof. Dr. Alexandre Curtiss Alvarenga (UFES – Membro Interno)

---

Profa. Dra. Daniella Zanetti (UFES – Membro Externo)



A Gustavo Chagas Lopes (Minê), meu grande amor:

*[...] lifted me up when I couldn't reach, you gave me faith 'cause you believed. I'm everything I am because you loved me.*

(Diane Warren)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus. Tudo é do Pai, toda honra e toda glória.

À minha tia Dinha, meu Dindí, por ser a minha rocha;

À minha tia Penha, pelas lições de sabedoria e espiritualidade que são a minha fonte de inspiração;

À minha mãe Kátia, por acreditar, sem hesitar, em qualquer escolha que eu venha a fazer;

À minha vó Alda, que todos dias me pergunta quando vou acabar os estudos;

A Gustavo, pelo amor de todos os dias e por ser a melhor parte de mim;

À Emília Manente, minha eterna mestre e exemplo;

A Orlando Lopes Albertino, pela serenidade e pelo sorriso acolhedores de um orientador amigo;

Aos meus amigos, que pacientemente esperaram e entenderam meus momentos de ausência: Laís, Pedro, Nowa, Lúcio, Camila, Juninho, Raisal, Magnaura, Rafael, Talita, Julia, Amanda, Mariana, Larissa, Camilla, Bárbara, Lorena, Thácia, Caio, Vitor e tantos outros. Sou uma pesquisadora de sorte.

*If you wanna make the world a better place, take a  
look at yourself and make that change.*

Man in the mirror - Glen Ballard & Siedah Garret

## RESUMO

Esta dissertação é uma proposta de análise discursiva de produtos do Jornalismo Literário. O objetivo da pesquisa é debater e compreender a natureza do objeto que, configurando-se como uma experiência narrativa da contemporaneidade, proporciona ao leitor um produto jornalístico, sobretudo com tratamentos literários. Esse intento se dará a partir de uma análise – com bases na escola francesa da Análise do Discurso – de reportagens publicadas em duas revistas brasileiras, cujos contextos históricos de veiculação são distintos: *Realidade* (1966) e *piauí* (2014). O escopo é o aprofundamento nas questões que envolvem questionamentos do objeto de modo ostensivo, explorando ainda mais os valores discutidos até aqui, levando em conta suas especificidades narrativas e discursivas. Por meio de dispositivos teóricos que dão conta das especificidades do Jornalismo Literário, da Literatura, do Jornalismo, da AD francesa, bem como teorias literárias, o objetivo é encontrar uma compreensão consciente dessa vertente que apresenta um fluxo contínuo de duas vias discursivas distintas, a jornalística e a literária.

**Palavras-chave:** Jornalismo Literário, New Journalism, discurso, Análise do Discurso.

## ABSTRACT

This essay is a discursive analysis proposal of Literary Journalism products. The aim of this research is to debate and understand the nature of the object that appears as a contemporary narrative experience bringing for the reader a journalistic periodical product, especially with a literary treatment/approach. This attempt took a support at one analysis- with basis at the French Discourse Analysis School- from report/news published in two Brazilian magazines in distinct historical contexts of publication: *Realidade* (1966) and *piauí* (2014). The scope is the support in questions that claim for debates into the object in remarkable way, exploring much more the values discussed until now, taking in account their specificities. Having theoretical devices as support to the Literary Journalism specificities, the literature, the journalism, the French AD, as such literary theories, the purpose here is to find a conscious comprehension of this slope that presents a continuous flow of two distinct discursive ways of journalism and literature.

**Key words:** Literary Journalism, New Journalism, discourse, Discourse Analysis.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
O Jornalismo Literário em perspectiva expansiva.....	13
Notas sobre o aporte teórico .....	19
<b>INTERSEÇÕES ENTRE O JORNALISMO E A LITERATURA</b> .....	<b>23</b>
O Jornalismo Literário em perspectiva histórica.....	23
O Jornalismo encontra a Literatura .....	24
A referência do <i>New Journalism</i> norte-americano .....	25
Questões discursivas para aproximação entre Literatura e Jornalismo .....	29
A questão da autoria .....	29
A enunciação .....	31
As formações discursivas .....	33
As questões de recepção .....	37
Breve caracterização da Literatura e do Jornalismo .....	40
<i>Aspectos do Jornalismo</i> .....	40
<i>Da notícia à reportagem</i> .....	49
<i>Jornalismo informativo x Jornalismo interpretativo</i> .....	52
Aspectos da Literatura .....	54
<i>A questão da representação</i> .....	54
<i>Verdade versus Realidade</i> .....	57
<i>Bakhtin: Dialogismo e Polifonia</i> .....	59
<i>Quando o Jornalismo e a Literatura se encontram: o Jornalismo como gênero literário</i> .....	61
<i>A questão discursiva</i> .....	63
<b>ANÁLISE DE CORPUS</b> .....	<b>72</b>
Considerações sobre o recorte do <i>corpus</i> .....	72
Apresentação do <i>corpus</i> .....	73
<i>A revista Realidade</i> .....	73
A revista <i>piauí</i> .....	80
<i>Nota sobre a revista</i> .....	80
<i>Análise da reportagem selecionada</i> .....	83
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>92</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>98</b>
<b>ANEXO A – CORPUS REVISTA PIAUI – “A AFILHADA REBELDE”</b> .....	<b>99</b>
<b>ANEXO B – TRANSCRIÇÃO DE CORPUS – “A AFILHADA REBELDE”</b> .....	<b>111</b>
<b>ANEXO C – CORPUS REVISTA REALIDADE – “A BÊNÇÃO, SENHORA”</b> .	<b>135</b>
<b>ANEXO D – TRANSCRIÇÃO DE CORPUS – “A BÊNÇÃO, SENHORA”</b> .....	<b>145</b>

## INTRODUÇÃO

*O discurso não é simplesmente um conjunto representativo mas uma representação reduplicada que designa uma outra – aquela mesma que ela representa.*

Michel Foucault, *As palavras e as coisas*.

Há, nas páginas a seguir, um argumento em favor da compreensão de que o Jornalismo Literário não se limita ao Jornalismo tradicional, e de que essa modalidade de discurso não é “apenas” Literatura ao relacionar-se com a criatividade e a inventividade. Há que se desmistificarem os equívocos que ligam o discurso jornalístico literário às noções de despreocupação com a veracidade dos fatos e a objetividade jornalística, e sim perceber que a narrativa construída a partir de mecanismos perenes e, por que não dizer, ousados, são sim enunciações informativas dotadas de credibilidade.

A intenção é identificar e reconhecer especificidades do discurso baseado na relação entre dois discursos distintos – ou não tão distintos quanto parecem ser, como veremos adiante – reconhecendo aproximações e distanciamentos de aspectos discursivos e de linguagem. Dessa forma, avançamos na discussão que enriquece a epistemologia do Jornalismo Literário, acrescentando um olhar para o gênero.

Nota-se pouco espaço para a sobrevivência das discussões sobre o objeto. O Jornalismo Literário não integra a maioria dos currículos de Graduação em Jornalismo ou Letras do Brasil. Há poucos anos é que vem galgando posições em eventos e agendas acadêmicos, sendo objeto discutido em artigos científicos e dissertações de mestrado e teses de doutorado – sobretudo na área de Comunicação Social.

A exploração desse objeto, nesta pesquisa, dar-se-á a partir do aprofundamento das questões que abarcam noções ligadas à Análise do Discurso (ferramenta de análise do *corpus*), de teorias do Jornalismo e da notícia, além de elementos da teoria literária, sobretudo os autores que concentram seus estudos no romance (gênero moderno), para, mais adiante haver uma abordagem dos mecanismos de construção discursiva do Jornalismo Literário, que muitos autores contemporâneos apontam como um hibridismo.

Dessa forma, avançaremos nas discussões que permeiam o discurso da Literatura e do Jornalismo. Assim, buscaremos desfragmentar o construto discursivo para identificar aspectos

pertinentes às searas pretendidas e, a partir do *corpus* de pesquisa, reconhecer dispositivos utilizados que vão aproximar esse “novo formato” de texto das estéticas literárias e jornalísticas. Não existe, aqui, a pretensão de definir dimensões desse discurso. Seria uma tentativa fadada ao fracasso, uma vez que é uma missão impossível diante de um discurso que se mostra *tão* não finalizado – diferentemente do discurso jornalístico convencional, que busca prontamente responder a “todas” as questões.

É de enorme importância alertar aqui, no início do caminho a ser percorrido, que a redação desta pesquisa se exime da exigência de formato propriamente monográfico. Explico: graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, a autora dessa pesquisa sempre foi apaixonada pela Literatura. Dessa forma, encontro neste objeto – o Jornalismo Literário – a oportunidade de trabalhar duas grandes paixões de uma só vez. O caminho que nos leva até a análise do *corpus* não se baseia em formato monográfico, trazendo questões históricas pertinentes para a discussão. Diante desse aviso, será possível perceber contornos de uma redação ensaística. O estilo textual em função do qual se desenvolveu esta pesquisa muito tem a ver com o objeto recortado para o estudo. As fronteiras abstratas que margeiam as relações entre o Jornalismo e Literatura são basicamente as mesmas, e delinearão pela linguagem de “uma tentativa” aberta ao erro – aquele erro que permite compreendermos mais e melhor o assunto que colocamos em questão.

## **O Jornalismo Literário em perspectiva expansiva**

### I

Este trabalho propõe, por meio de uma abordagem ensaística ancorada prioritariamente na Análise de Discurso, fazer um pareamento de dois momentos relevantes de atividade do Jornalismo Literário no Brasil, tomando como base textos publicados em duas revistas diferentes, com publicações em dois contextos históricos distintos. No primeiro momento, a partir da revista *Realidade*, lançada em abril de 1966 e, no segundo momento, a partir da



revista *piauí*<sup>1</sup>, lançada em 2006, cuja edição analisada será a 97, veiculada em outubro de 2014.

A intenção do estudo é analisar e compreender o modo de produção de conteúdo do Jornalismo Literário, levando em consideração a incorporação de técnicas literárias e técnicas jornalísticas nos textos, alicerçando-se em uma análise de discurso do *corpus* selecionado, isto é, as reportagens. Como objetivos, destaco observar e analisar as construções de sentido dos textos publicados nas reportagens selecionadas; analisar como os textos se relacionavam com os leitores, o que proporcionará a compreensão do porquê de os textos serem mais atraentes, bem como analisar a forma de produção dos conteúdos publicados nas revistas.

O intuito é ir além de uma análise superficial de interpretação de discurso, isto é, ir além do dito – levando em consideração, claro, as marcas textuais que estabelecem sentido e significação pela historicidade –, para encarar a compreensão da construção de sentido. A intenção é buscar respostas, resgatar vestígios, relacionar contextos, desmontar os textos, ir além de apenas descrever os materiais, utilizando, dessa forma a AD sob a luz das teorias literárias.

Vergara (2005) define a Análise de Discurso como um método que pretende não somente apreender como uma mensagem é transmitida, mas também explorar o seu sentido.

O objetivo é construir hipóteses para o entendimento do uso de elementos literários e jornalísticos no Jornalismo Literário brasileiro, proporcionando, portanto, o aprimoramento de ideias a respeito do tema. O levantamento das edições a serem analisadas será feito com base nos preceitos da coleta de dados, que se fundamenta na documentação indireta, e consiste na leitura e análise de materiais produzidos por terceiros, que podem apresentar-se sob forma de textos, jornais, gravuras, fotografias e filmes, outros.

Pretende-se acrescentar ao entendimento do que é o Jornalismo Literário, proporcionar o aprimoramento de ideias a respeito do tema, fornecendo objetos úteis para a compreensão dessa poderosa fusão de dois meios de influência intelectual. Suas características peculiares que articulam a natureza de discursos distintos culminam em um suposto hibridismo do Jornalismo Literário. Ao mesmo tempo, a finalidade é chegar à conclusão que a redação jornalística literária tem como resultado um discurso interdisciplinar e com riqueza estética.

---

<sup>1</sup> O nome da revista é originalmente grafado em letras minúsculas.

A exploração será feita através de um alicerce com bases em estudos que dão conta das formações discursivas, com os quais buscar-se-á “vasculhar” os indícios nos processos de construção textual e de sentido na manifestação do gênero nos textos das revistas. O intuito é buscar respostas, relacionar contextos, teorizar dispositivos discursivos, ir além de apenas descrever procedimentos e relações de linguagem.

A intenção é fazer uma abordagem profunda do Jornalismo Literário em perspectiva histórica e sua dimensão de produção - baseada nas abordagens teóricas, no funcionamento, na objetividade e o *newsmaking* do Jornalismo. Desta forma, de acordo com as teorias literárias de Bakhtin se dará a análise literária para, conjuntamente, engessar os procedimentos teóricos da Análise de Discurso (escola francesa), sobretudo de acordo com as bases de Foucault.

Reconhecer a epistemologia do Jornalismo Literário, a partir da análise das reportagens das revistas recortadas, refletirá na suposição da consolidação e sobrevivência no Brasil. Insta ressaltar a importância da abordagem de Aristóteles (1992) e seu pensamento acerca de verossimilhança, e de Barthes (1978), com sua visão do efeito do real, uma vez que o Jornalismo Literário é o campo que divide os vastos terrenos entre a realidade e a ficção.

## II

A interdiscursividade é uma realidade factual no discurso do Jornalismo em geral e, particularmente, do Literário<sup>2</sup>, uma vez que há o encontro de duas formações discursivas com contratos de enunciação e recepção distintos. Observa-se uma relação harmônica entre tessituras discursivas na formação discursiva do Jornalismo Literário. Insta ressaltar que os mecanismos de compleição desse discurso não remetem a engodos ou jogo de palavras num floreio de caráter apenas estético. Há, incutido no discurso do Jornalismo Literário, diálogos que estão no plano de muitas outras instâncias (paradigmáticas e paradoxais, por exemplo) que são essenciais para a sua formação.

Pierre Bourdieu explica que o texto literário se compõe a partir de métodos que “coincidem com a definição vigente na representação objetiva do mundo, ou melhor, como o sistema de normas sociais de percepção insensivelmente inculcadas através do convívio prolongado com representações produzidas segundo as mesmas normas” (BOURDIEU, 2007, p. 292). A partir dos teóricos levantados, a elaboração desse discurso deve ser encarada não só como aspecto

---

<sup>2</sup> Para esta pesquisa, abordaremos a interdiscursividade a partir dos estudos de Bakhtin, Maingueneau e Barthes, que acaba por dialogar com muitos conceitos da AD Francesa.

estético dotado de inverdades e apenas fantasia, mas sim como mecanismos enunciativos e discursivos capazes de acrescentar aos discursos que já têm, por si, só, natureza aberta dialógica e polifônica. A ficção enquanto conceito proporciona, em certo sentido, as possibilidades de realidade enquanto base discursiva (mesmo que abstrata e simbólica), a mesma essencial realidade em que se constitui o discurso jornalístico: “Por mais que o jornalismo desfralde a bandeira da reprodução da realidade, o seu funcionamento discursivo permanece no campo dos índices de um imaginário transcultural, em que a narrativa fascinantes do destino é tão ou mais forte do que as pressões realistas da história” (SODRÉ, 2009, p. 230).

A aproximação dos estudos de Bakhtin com Foucault a partir de noções como “formações discursivas”, “diálogos”, “discursos” (abertos a interações e transformações) permite razoável distanciamento em relação aos estudiosos da crítica e análise literária (especialmente estruturalista), lançando mão de conceitos como “interdiscursividade”, “heterogenia”, “dialogismo” e “polifonia” tão inerentes aos discursos jornalísticos e literários. O Jornalismo Literário e seu instigante formato permitem sobreposições enunciativas, discursivas, admitem contextos de ordem divergentes, propõem rompimentos de tradições e abrem-se para transgressões discursivas cujos efeitos futuros poderemos apenas vislumbrar.

Aqui se traça, assim, uma linha diacrônica que desembocará na formação discursiva peculiar do Jornalismo Literário. Perseguindo a evolução dos discursos literário e jornalísticos, localiza-se este estudo no campo historiográfico, que reconhece as circunstâncias e os contextos para a análise e consideração sobre os fenômenos de linguagem aqui relacionados. As relações inerentes à noção de formações discursivas são de extrema importância para a condução do estudo, uma vez que a intenção é a compreensão desse novo discurso que surge no encontro entre formações distintas.

A rotina da produção jornalística diária é, costumeiramente, acelerada. O curto tempo entre a apuração e a produção da notícia já dita a movimentação e o ritmo dentro de uma redação. Mas, diante do modelo corriqueiro do fazer jornalístico – onde, aparentemente, há uma subestimação da capacidade de entendimento do leitor, evidenciado pelo formato do *lead* –, até onde existe a certeza de que a veracidade, a credibilidade e a eficácia da informação cabem apenas ao texto objetivo?

As notícias são o resultado de um processo de construção, definido como a percepção, seleção, e transformação de uma matéria-prima (principalmente os acontecimentos) num produto (as notícias). Os

acontecimentos constituem um imenso universo de matéria-prima; a estratificação desde recurso consiste na seleção do que irá ser tratado, ou seja, na escolha do que se julga ser matéria-prima digna de adquirir a existência pública de notícia, numa palavra – ter noticiabilidade (*newsworthiness*) (WOLFE, 2005, p. 94).

Decerto, existem leitores atentos e ávidos por caminhos alternativos para percorrer a notícia, e que buscam mais do que os porquês apresentados no primeiro parágrafo – modelo de texto comum que o jornalismo brasileiro herda do norte-americano, no qual as informações adicionais ao texto são apresentadas no corpo da matéria. É sob esse ponto de vista que se apresenta aqui o Jornalismo Literário: indo além do simples (ou não) ato de informar, essa abordagem abre uma perspectiva de profundidade e a permanência:

A notícia é um relato sobre coisas que ocorrem no mundo, mas não é qualquer relato. Ela tem uma especificidade, opera com a exceção e a inversão: a continuidade dos fatos não seduz a notícia, ela só se interessa pela ruptura ou transgressão da normalidade. Se não há exceção, não há notícia (MOTTA, 2006, p. 10).

Uma vez que o enunciado jornalístico atende a demandas que inúmeros âmbitos (social, empresarial, histórico, outros), os critérios de noticiabilidade, bem como o valor-notícia, balizam a produção editorial e articulam mecanismos que dão conta de ordenar a rotina jornalística. O Jornalismo Literário, por outro lado, é contemporaneamente influenciado pelo *New Journalism* – cujo conceito pretendo aprofundar a partir de Tom Wolfe e Edvaldo Pereira Lima –, e dispensa os preceitos do Jornalismo “objetivo”, absorvendo da literatura técnicas para uma criação mais contextualizada e livre. A partir dessa premissa, observamos esses elementos sendo incorporados como uma ferramenta fundamental de concepção e disseminação da estética *em contextos massivos de produção midiática*.

### III

O jornalismo impresso e a literatura aproximam-se – e se afastam, em um movimento quase que de retroalimentação –, em especial, na época em que a imprensa se configura mais moderna e industrial, o que acontece a partir da segunda metade do século XIX (LIMA, 2004). A Literatura e a Imprensa se misturam até o início do século XX. Os jornais abrem espaço para a estética literária, passando a produzir seus folhetins e publicar suplementos literários. Lima (2004) aponta as técnicas sofisticadas da narrativa do Jornalismo Literário:

- o sumário ou exposição, que consiste numa síntese de uma ação secundária. Desse modo, passa-se rapidamente por ela e ao mesmo tempo, traz-se contexto à ação principal;
- a cena presentificada da ação, que consiste no relato detalhado do acontecimento à medida que se desenvolve, desdobrando-o, como numa projeção cinematográfica, para o leitor. Presentificar significa apresentar a vida em desenvolvimento para o leitor, não necessariamente empregando o tempo verbal no presente. Mas este tempo é favorito dos jornalistas literários americanos, porque concede um certo toque poético à narrativa;
- ponto de vista – isto é, a perspectiva sob a qual o leitor verá o acontecimento – pode ser o do repórter, o do protagonista dos acontecimentos ou o de uma terceira pessoa. A narrativa pode também se dar em primeira pessoa;
- a metáfora e as figuras de retórica são aceitas quando se necessita explicar um tópico complexo;
- as citações diretas são usadas moderadamente;
- as fontes são identificadas claramente, a verificação dos dados tem de ser criteriosa e a documentação deve ser sólida (LIMA, 2004, p. 131).

Felipe Pena define sete principais características da abordagem literária do jornalismo. Uma “estrela de sete pontas”, cuja a primeira ponta “é potencializar os recursos do jornalismo [...] apuração vigorosa, a observação atenta, a abordagem ética e a capacidade de se expressar claramente, entre outras coisas” (PENA, (2008a, p. 13). A segunda ponta é o “ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano. Em outras palavras quer dizer que o jornalista rompe com duas características básicas do jornalismo contemporâneo: a periodicidade e a atualidade” (2008a, p. 14). Em seguida, a terceira ponta corresponde a “proporcionar uma visão ampla da realidade [...], contextualizar a informação da forma mais abrangente possível” (2008a, p. 14). A quarta ponta sugere que é preciso exercitar a cidadania. Para o autor, a quinta ponta assinala que “o jornalismo literário rompe com as correntes do lide” (2008a, p. 13). Em sexto, é preciso evitar os definidores primários, isto é, criar alternativas de fontes que não sejam as oficiais, permitindo a circulação de representações não formalizadas institucionalmente. Por último, está a ponta que indica a perenidade: “Uma obra baseada nos preceitos do jornalismo literário não pode ser efêmera ou superficial” (PENA, 2008a, p. 15).

Essas características evidenciam, entre outras coisas, que o Jornalismo Literário não pode ser considerado menos verdadeiro do que o jornalismo “objetivo”. Indo além, pode, de fato, representar a realidade mais complexa e precisamente do que as formas tradicionais de

redação noticiosa. Olinto (2008) remonta o passado para comentar sobre a produção da notícia através da história:

Homero é o primeiro repórter de que temos notícia. As descrições dos combates de Aquiles e de Heitor, das atitudes indecisas de Páris, têm força de acontecimentos sempre presentes. Quando Homero fala nas entranhas que saltam, após o golpe de espada do inimigo, e caem, presas nas mãos do homem atingido, cria uma cena em que imagens parecem vistas, sentidas, com mais veemência do que se a tivéssemos diante dos olhos [...] (OLINTO, 2008, p. 29).

Alceu Amoroso Lima reconhece a beleza e a amplitude do discurso jornalístico – sobretudo a partir da figura do jornalista – e o uso que ele faz da palavra:

O jornalista capta o ser em passagem, faz o retrato instantâneo do minuto, das atualidades em sentido filosoficamente errado, pois nessa filosofia o atual é o eterno e não temporal, e em jornalismo, ou na linguagem corrente, a atualidade é o que passa, o momento presente desligado do passado, e do futuro, mas esteticamente certo, por ser o sentido corrente popular da expressão (LIMA, 1969, p. 51).

Olinto, como em uma poesia, faz a relação entre o Jornalismo e a arte, mas alerta para as ressalvas que devem ser levadas em conta ao reunir um ao outro:

Há uma nítida separação entre o jornalismo comum e a obra de arte – ou entre o jornalismo comum e o jornalismo como obra de arte – que o escritor tem de surpreender, de demarcar, para poder sair incólume do trabalho diário de escrever e dos perigos da “organização”. Porque o artista é o homem que mantém intacta, em si, a capacidade de sentir sentimentos estranhamente verdadeiros [...] O importante é que se compreenda o fenômeno da criação que, inicialmente, é o mesmo em qualquer arte e, principalmente, em qualquer arte que tenha por base a palavra. O que no jornalismo passa por grande obra, com enorme sucesso junto ao público, é, muitas vezes, coisa efêmera, levada a um nível mais alto por uma circunstância passageira. Acontece o mesmo na literatura (OLINTO, 2008, p. 21-25).

## **Notas sobre o aporte teórico**

Há um investimento crescente por parte das áreas de Comunicação, de Literatura e de Ciências Humanas na discussão sobre a escrita narrativa factual com bases em procedimentos ficcionais e líricos, por exemplo. O presente trabalho é um apanhado bibliográfico cuja proposta envolve a compreensão dos textos veiculados nas revistas enquanto manifestações de

Jornalismo Literário. O plano principal é debater a consolidação do Jornalismo Literário como narrativa coerente e esteticamente agradável para o leitor.

A partir do abarcamento de bases teóricas que dão conta dos aspectos pertinentes ao Jornalismo, à Literatura, à Teoria Literária e à Análise do Discurso, é que se pretende fomentar o debate da construção textual do Jornalismo Literário e reconhecê-lo como um gênero vivo no sistema editorial brasileiro. A intenção da pesquisa, enfim, é fomentar a discussão sobre o gênero diretamente inserido na lógica/*modus operandi* do Jornalismo, sobretudo aquele tecido com as artimanhas da Literatura.

As questões que envolvem a realidade e a ficção podem ser apontadas como a mais destacada diferença entre o Jornalismo e a Literatura. O fato é que, entenderemos mais tarde, as fronteiras que dividem os mundos da realidade e da ficção não são tão distantes quanto aparentam ser. Aceita-se, aqui, que a dicotomia que liga (e afasta) as duas estéticas não devem ser absolutas e, mesmo que não se admita, o discurso noticioso também é nutrido por mecanismos ficcionais. Busca-se, com os conceitos abordados, um diálogo que permeie as duas formações discursivas (a jornalística e a literária) no intento de aproximá-las, ou até mesmo distingui-las. Cabe ressaltar, também, os possíveis rompimentos de contratos discursivos instituídos pelos dois discursos, ao levantar autores que possam divergir sensivelmente.

Por meio da abordagem das teorias literárias de Mikhail Bakhtin, chega-se a noções conceitos como os de “dialogismo”, “polifonia discursiva”, conceitos diretamente ligados à crítica literária (como a questão da representação e a mimese) que serão aplicados aos textos jornalísticos recortados na intenção de identificar mecanismos tão vitais à redação ficcional nas redações (supostamente) baseadas nos discursos factuais.

Há, também, uma abordagem sobre a forma como se dá a apreensão da realidade e como essa apreensão chega como “produto” ao leitor. A questão da verdade permeia ambos os discursos – no Jornalismo a verdade é concomitante aos fatos verificáveis e incontestáveis, de acordo com sua necessidade instituída de relação íntima com a objetividade; na Literatura essa apreensão está autorizada a tender para a “invenção”, pois no nível da criação tudo é possível, até onde esse construto estético tenha base na verossimilhança.

Legado pela poética clássica, a “mimese” (Barthes, 1996) é o conceito que apresenta a força da necessidade de “imprimir verdade” a determinada narrativa, o que não quer dizer que a realidade está puramente no texto. Não há, neste caso, uma preocupação com a fidelidade,

mas sim com a representação, desde a verossimilhança aristotélica até os simulacros pós-modernos, cada um envolvendo à sua moda uma concepção de “real”<sup>3</sup>.

De acordo com o que escreve Tom Wolfe – um dos precursores dos estudos do *New Journalism* – no contexto de surgimento do estilo existiam os repórteres que buscavam a todo custo os furos de reportagem (os factuais), enquanto os “escritores de reportagens especiais”, não raro aspirantes a escritores que identificavam no jornalismo uma chance de escrever de forma não remunerada, mesmo que uma não-ficção. Os novos jornalistas perceberam-se fazendo o que se chamou de romance do Realismo Social<sup>5</sup> (CÂNDIDO, 1989; COLBACHINI, 2010).

O *New Journalism* toma a narrativa jornalística industrial e devolve um produto cujo esmero discursivo era infactível, uma realidade distante. Dá um tratamento especial às questões linguísticas, ao tratamento da informação que passa para a palavra. Afirma, dessa forma que o ideal de objetividade ofusca um caráter imanente da narrativa noticiosa: *a subjetividade enquanto elemento de estruturação de uma realidade, e não “a” realidade tal como ela é.*

O Jornalismo Literário posiciona-se em uma dimensão fronteira sem limites muito bem definidos, por isso pode parecer um campo demasiado complexo de classificar. É uma forma de produção editorial cujo discurso é divergente do noticioso, pois seus mecanismos de elaboração passam pelas práticas jornalísticas. Alguns apontam que a “contaminação” sofrida pela ficção o corrompe. Mas... até que ponto essa contaminação pode desqualificá-lo como discurso noticioso? Entre os autores da teoria construcionista e do *newsmaking* há uma grande desconfiança exatamente por conta de uma quebra de paradigmas – e, por que não dizer, dos dogmas instituídos na história do Jornalismo.

Entre os autores que defendem a existência do Jornalismo Literário, essa adição pode ser exitosa no esforço da produção de sentido e apuro estético – considerando o aproveitamento dos mecanismos, cada um em seu benefício específico, com as solicitações pertinentes em

---

<sup>3</sup> A noção de real e realismo foi e é amplamente discutida na filosofia. Emergiu na Grécia Antiga, quando se começou a discutir o juízo a respeito das coisas que apresentam apenas uma aparência em paralelo das que apresentavam uma existência incontestável, real. Entre os pensadores clássicos que lidaram com essa questão, podemos citar Platão e o “Mito da caverna” – o prisioneiro vê, na parede da caverna, a sombra da realidade produzida por um feixe de luz; e Heráclito com seu “Fluir da realidade” – a realidade está no devir, e não apenas em uma única coisa. De acordo com Platão, seriam os filósofos os únicos indivíduos capazes de se desvencilharem da ilusão e alcançarem a sabedoria que compreende a realidade (MORENTE, 1970). Modernamente, filósofos do porte de Heidegger e Deleuze deram também grande atenção ao assunto.

<sup>5</sup> O termo “realismo social” encontra configurações distintas a partir de sua adoção em diversos sistemas culturais, estruturas de relações sociais, modos de produção etc. Baste-nos aqui referir esse fato, para atentarmos às diferentes perspectivas de materialização do termo nos sistemas literários norte-americano e brasileiro.



cada momento do fazer jornalístico literário – proporcionarem um produto atraente e de permanência para o leitor.

Jornalismo Literário é admissão de que as duas áreas, com fundamentos próprios, podem encontrar mecanismos comuns de se beneficiarem. Neste caso específico, trata-se de entender que o universo posto em discussão é o da produção jornalística. Elementos importantes como “fidedignidade”, “veracidade”, “apuração” devem ser mantidos, com referente situado no que se entende como “mundo empírico”.

A epistemologia do Jornalismo, para muitos, é pouco rica, uma vez que seu *modus operandi* hegemônico baseia-se em relações de atualidade extremamente mutáveis que se balizam pelo caráter tempo. Os estudos como os de Tuchman, Wolf e Alsina ajudarão neste momento. O Jornalismo é uma máquina interdisciplinar, que promove interlocuções, trocas, ligações que estabelecem representações de realidade para a sociedade, acionando em si próprio o poder simbólico da credibilidade, a *voz do fato* (Charaudeau, 2007). Por isso, há que se entender os mecanismos de sua produção, o seu capital simbólico, suas questões de enunciação e recepção, teorias e metodologias que facilitarão o entendimento de seu discurso global, aqui considerado a partir de estudos como o de Traquina, Pena, Lage e Amoroso Lima.

A objetividade jornalística está ligada à relação que o texto, de forma geral, mantém com a realidade. Essa relação surge a partir de uma submissão do jornalista às regras que ditarão os caminhos por onde devem passar a produção editorial. Perceber o Jornalismo como um discurso de viés amplo, aberto a interações e mutações, leva diretamente à compreensão de que não se pode aceitar pacificamente a ideia de senso comum que “os fatos falam por si só”.

A relevância do fato, a postura do repórter diante do fato (o recorte a ser feito), os métodos e técnicas de construção narrativa, os interesses mercadológicos, o perfil editorial da instituição e outros: todo o mecanismo por onde vai se esgueirar o constructo discursivo jornalístico leva a crer que seu movimento (que vai desde a cena enunciativa até o desdobramento de sua circulação e propagação) não está limitado a um percurso linear e simples.

*Realidade e piauí* configuram-se em dois momentos da história do jornalismo brasileiro distintos. Com 40 anos de separação na veiculação das revistas, investiga-se, por meio de análise do discurso – levando em consideração todo o aporte teórico acima citado, por quais meios, como se dá e como se recebe a produção de suas reportagens a partir de suas bases literárias e jornalísticas.

## **INTERSEÇÕES ENTRE O JORNALISMO E A LITERATURA**

### **O Jornalismo Literário em perspectiva histórica**

As histórias do Jornalismo e da Literatura se confundem e talvez, por conta disso, as relações entre as duas ambiências expressivas (SALLA, 2010) pareça tão natural. Segundo Lima (2004), antes dos anos de 1930, os jornais encontravam na Literatura um artifício para entreter seu leitor; percebe-se, portanto, a Literatura como um produto tão importante quanto o noticioso, e não só como um suplemento literário das publicações. Assim, a estética literária se aproximava cada vez mais do público em geral e ganhava considerada notoriedade.

Em meados do século XVII, quando surgiu, o Jornalismo estava diretamente ligado às movimentações ideológicas e políticas de inclinação burguesa. As ideias publicadas eram, fundamentalmente, recheadas de interesses, orientações e interpretações políticas. Isso conferia à figura do repórter um caráter “publicista”, como descreve Lage (2002). O autor lembra que “muitas grandes figuras da Revolução de Cromwell, na Inglaterra do século XVII, ou da Revolução Francesa, no século XVIII, eram publicistas” (LAGE, 2002, p. 11):

A técnica da notícia jornalística difundiu-se, basicamente a partir dos Estados Unidos, quando, após a Guerra Civil, esse país viveu sua própria revolução industrial com rapidez e intensidade sem precedentes, alimentada por levas e levas de imigrantes da Europa (LAGE, 2002, p. 175).

No transcorrer dos séculos XVIII e XIX, na Europa, porém, houve uma mudança radical das condições em que se exercia o Jornalismo. Com a Revolução Industrial, o público leitor ampliou-se rapidamente. As tiragens dos jornais multiplicavam-se em números nunca antes vistos e, “para produzir número tão elevado de exemplares, a mecanização – chave da Revolução Industrial – chegou à indústria gráfica” (LAGE, 2002, p. 13). Com a mecanização, os custos de produção dos jornais aumentaram. As vendas já não eram mais as responsáveis por manter a produção. Com isso, o mercado publicitário se desenvolvia e, com ele, a explicitação mais direta das relações da imprensa com os interesses gerais da economia.

## O Jornalismo encontra a Literatura

No século XIX, a Literatura norte-americana, além de entreter, teve também um cunho de denúncia social. Parte considerável dos leitores já não se conformava mais com os romances idealizados e exigia mais das leituras. A Literatura tornou-se, com essa exigência, mais próxima do cotidiano, isto é, mais “realista”:

O que a chamada Literatura realista vai propor, então, não consistirá exatamente em uma novidade: o que ela inova é, como sempre, o conceito de realidade que instaura, a sensação de “verdadeiro” (verossímil) que ela quer dar ao leitor, a linguagem que ela usa e como a usa para fazer tudo isso (LAJOLO, 1982, p. 79-80).

Nos jornais do século XX, a arte literária ocupa espaços nos folhetins e suplementos literários. É o momento em que os escritores notam a possibilidade de rendimentos mais expressivos e da notoriedade entre os leitores, aproveitando então para exercer seu “lado jornalista”:

Esse aspecto divulgador, oportunidade inovadora de chegar à coletividade, é o fator que atrai os escritores e ao mesmo tempo inaugura o tradicional debate em torno do “vampirismo” que o exercício de jornalista exerce sobre os ficcionistas. (LIMA, 2004. P. 174)

No Brasil, inúmeros repórteres/escritores já exerciam as atividades do que, mais tarde, Tom Wolfe (1973) nomeou como *New Journalism*. Machado de Assis e Euclides da Cunha são dois exemplos - o último responsável por *Os Sertões*, romance no formato livro-reportagem que retrata a guerra de Canudos:

*Os Sertões* é uma obra de jornalismo. A guerra dos Canudos era assunto dos jornais da época. O imediatismo da imprensa comum dava, porém, ao fato, a devida perspectiva. Os motivos da luta eram desconhecidos, o ambiente que cercava Antônio Conselheiro, a própria figura do fanático, tudo isso estava cheio de mistério ou o que era pior, de informações falsas ou truncadas. O modo como Euclides da Cunha descreveu o fenômeno Canudos foi o de um jornalista gênio (OLINTO, 2008, p. 69).

Segundo Marisa Lajolo (1982), a Literatura é a relação que as palavras estabelecem com o contexto. Marques (2002), por sua vez, reconhece que a linguagem torna-se literária no momento em que se distancia do imediatismo e de características corriqueiras da vida cotidiana:

Mas, grosso modo, não há na literatura contemporânea aos primórdios da imprensa moderna atual a necessidade de reportar, completamente factual. E é esta tarefa, a de sair ao real para coletar dados e tratá-lo, a missão que o jornalismo exige das formas de expressão que passa a importar da literatura, adaptando-as, transformando-as (LIMA, 2004, p. 178).

Segundo Scliar (2005), o Jornalismo é diferente da Literatura, porque nele a objetividade é essencial. A Literatura pode apresentar ao Jornalismo formas de administrar formatos, otimizar a criatividade, reescrever, porém, sem exageros, uma vez que se trata do real. Marques (2002) cita Nepomuceno, que atesta que, mesmo no texto de ficção, é indispensável o rigor técnico utilizado na produção jornalística. Sobre o entrelaçamento de linguagem das duas searas, Lima (2004) observa que

Hoje é possível perceber três categorias de obras quanto ao emprego de recursos literários: as puramente ficção, que tratam dos produtos do imaginário elaborados pelo escritor; as jornalísticas, que se apropriam dos recursos literários apenas para reportar melhor a realidade; e as que mesclam a ficção com o factual (LIMA, 2004, p. 178).

O texto literário, em contrapartida ao jornalístico, produz-se em uma íntima relação com o elemento estético. “[...] o texto literário cria novos significados para as palavras, por desautomatizá-las, ao estabelecer relações inesperadas e estranhas entre elas” (FIORIN & SAVIOLI, 1990, *apud* COIMBRA, 1993, p. 18).

Coimbra (1993) completa dizendo que, no Jornalismo, ao contrário do que acontece na Literatura, não se deve produzir um texto sem uma função referencial da linguagem de caráter denotativo, e obter como resultado efeitos expressivos como rima e sonoridade. Segundo o autor, o texto jornalístico deve ser “objetivo” e “transparente”.

### **A referência do *New Journalism* norte-americano**

De acordo com os estudos de Lima (2004), os norte-americanos utilizam o termo “Jornalismo Literário” para designar a narrativa que emprega recursos literários. Isso se dá pelo fato de que, para apreender a atenção do leitor, a narrativa de profundidade recorre às técnicas de escrita literária. Nos anos 1960, nos EUA, o contexto era de mudança, e os modelos do “sucesso” e do “sonho americano” cediam lugar à exposição de experimentação, sobretudo,

daquelas que anteriormente era abafadas. A realidade social era o foco. Segundo Lima (2004), é nesse contexto que se vão evidenciando os precursores do *New Journalism*, que estavam inseridos na realidade de mudança de cenário.

Monotonia e falta de aprofundamento eram queixas recorrentes dos leitores dos jornais diários<sup>7</sup>. A Literatura mostrou-se um recurso viável, mesmo que tenha sido encontrado quase que intuitivamente. “Os jornalistas sentiam-se então inclinados a se inspirar na arte literária para encontrar os seus próprios caminhos de narrar o real” (LIMA, 2004, p. 174). Gomes (2006) aponta algumas características desse novo Jornalismo, ou Jornalismo Literário:

Ele não deixava de ser objetivo, imparcial e asséptico das maquiagens de um texto literário, mas ainda tinha o caráter da veracidade baseada e fatos acontecidos. Os americanos, principalmente, já tinham se acostumado com a objetividade do *lead*. Isso não fazia mais diferença e eles queriam mais do jornalismo. Foi quando surgiram as primeiras reportagens de caráter literário em impressos como *The New Yorker*, *Esquire*, *The New Republic*, e *Rolling Stone* (GOMES, 2006, p. 69).

Tom Wolfe, estudioso e um dos precursores do *New Journalism*, encontrou no romance o motivo evidente da prática da “Literatura de realidade”. Os romancistas do realismo social – linha literária europeia<sup>8</sup> do século XIX, que segundo Lima (2004) seria o responsável por impulsionar o Jornalismo Literário – realizavam, na visão de Wolfe, um verdadeiro trabalho de captação do real, como se fossem repórteres do seu tempo. “Os romancistas aceitavam rotineiramente a desconfortável tarefa de fazer reportagem, ‘cavando’ a realidade simplesmente para reproduzi-la direto. Isso era parte do processo de escrever romances” (WOLFE *apud* LIMA, 2004, p. 181).

O romancista do realismo social Ernest Hemingway (1899-1961) foi um dos escritores que utilizou a estilística do Jornalismo. Ele buscou no Jornalismo o aperfeiçoamento dos processos de captação e lapidação de sua técnica de expressão. Na condição de jornalista literário, Hemingway escreveu não-ficção como escopo amplo de um escritor de ficção e com um arsenal de artifícios literários comprovados (LIMA, 2004). O autor ressalta que, em

---

<sup>7</sup> Esses jornais diários apresentavam textos com formato de pirâmide invertida, cuja estrutura é encabeçada pelo *lead*. Fontcuberta (1993) relaciona a criação do *lead* com a Guerra da Secessão norte-americana, quando os jornalistas que cobriam as batalhas precisavam enviar suas matérias via telégrafo para as redações. Com a urgência rotineira, os repórteres dispensavam opiniões no relato dando mais espaço às informações essenciais do fato, elencando-as em uma ordem de importância. Para não atrapalhar o movimento dos estabelecimentos, os operadores de telégrafo passaram a permitir que cada jornalista ditasse apenas um parágrafo por vez, forçando-os a selecionar o que existia de essencial no texto.

<sup>8</sup> Da qual podemos destacar nomes como os de Charles Dickens, Balzac e Mark Twain.

questões de preferência, até mesmo de importância, o Jornalismo Literário acabava por ser taxado como “primo pobre” da Literatura. Citando Hemingway como exemplo:

Mesmo que, hipoteticamente, desejasse se dedicar integralmente ao jornalismo, é possível que não encontraria nesse campo condições para se perpetuar tanto quando conseguia na literatura. Contextualmente, no bojo dessa preferência residia o fato de o jornalismo permanecer como espaço marginal da atividade moderna da escrita (LIMA, 2004, p. 191.).

O Novo Jornalismo alcançaria um *status* literário próprio em 1969. Lima (2004) afirma que já não se podia mais negar a qualidade literária da produção dessa corrente, e por isso, o gênero não poderia ser considerado inferior novamente.

Os redatores de revista, assim como os primeiros romancista, aprenderam por tentativa e erro algo que os estudos acadêmicos demonstram: que o diálogo realista envolve o leitor mais completamente do que qualquer outro instrumento [...] também situa e define o personagem mais rápida e efetivamente do que qualquer outro recurso [...] (WOLFE, *apud* LIMA, 2004, p. 198).

Os pioneiros do *New Journalism*, aos poucos, foram ganhando espaço, à medida que, mergulhados na realidade norte-americana, sabiam retratar de maneira atraente as pulsões contemporâneas. Segundo Lima (2004), o movimento chama atenção dos literatos da época quando se configura o livro-reportagem. Um exemplo de sucesso é Truman Capote e seu *best-seller A Sangue Frio*, classificado como “romance de não-ficção”:

Começam pelos jornais – *Herald Tribune*, *Daily News*, *The New York Times* -, crescem para as revistas dominicais de alguns periódicos – a *New York*, do mesmo *New York Herald Tribune*, por exemplo – notadamente *The New Yorker* e *Esquire* – e por fim, alcançaram o olimpo do estrelato narrativo no livro-reportagem, tendo como marco inicial da maturidade alcançada em *A Sangue Frio*, de Truman Capote, lançado originalmente em 1966 (LIMA, 2004, p. 195).

Lima comenta a postura do repórter ante os processos de produção de Jornalismo Literário - ressaltando, mais uma vez, o aspecto autoral do gênero –, no caso:

A estruturação do relato em cenas também aperfeiçoava uma qualidade única, específica, do jornalismo. Quando produziam perfis humanos, os novos jornalistas como que se grudavam com seus personagens, qual carrapatos, acompanhando-os, observando-os à exaustão, até que espontaneamente aconteciam as cenas do cotidiano realmente reveladoras do personagem, seu comportamento, suas atitudes, seu *status* de vida, suas contradições (LIMA, 2004, p. 206).

Wolfe (1973) ressalta que uma característica da produção jornalística literária é a liberdade de produção, ou seja, os repórteres teriam a autonomia de utilizar e explorar todos os recursos da escrita que lhes conviessem:

Entende-se o legado do *New Journalism* dessa forma. Como subsistema em formação do sistema jornalismo, recebe, em princípio, a resposta tenaz deste e de seu sistema primo – quanto à função mutuamente próxima de expressão impressa –, a literatura. Mas o vigor e a perduração do *New Journalism* eram por demais marcantes, até que a pressão fez o sistema perceber que nem a resposta tenaz nem a elástica trariam qualquer resultado na linha favorável a uma atitude de simples resistência. O ideal mesmo, viu-se, era adotar a resposta autodeterminativa, aproveitar o que fosse possível da experiência (LIMA, 2004, p. 210).

Lage (2002) expõe o que chama de “pontos problemáticos” do Novo Jornalismo:

a) a carpintaria literária, com o uso de técnicas, tais como a valorização de detalhes expressivos, o monólogo interior (discurso indireto livre) ou ainda a estrutura em que uma situação de equilíbrio é alterada por um fato que conduz a outros, até o restabelecimento do equilíbrio – todo o artesanato do romance ou do conto –, aplica-se a alguns gêneros jornalísticos, não a outros. Pode ser útil, por exemplo, na construção de perfis, que retratam em profundidade um personagem; nesse sentido, uma obra-prima é o pequeno texto sobre Marilyn Monroe, incluído no livro *Dogs bark...* de Capote. No entanto, não se presta à maioria dos textos destinados à informação pública.

b) É extremamente difícil, em situações reais, juntar o volume de informações necessário à produção de um texto literário – ainda que se disponha de tempo ilimitado para pesquisa. A notícia é o relato do que se sabe, não do que se ignora; é isso que a faz existir. A consciência extrema que se espera da literatura implica dispor de dados subjetivos, por definição não alcançáveis pela observação direta, e de todo o conjunto de dados objetivos que habilitem o narrador a aparentar onisciência e onipresença – a saber de tudo e estar em toda parte. As soluções apontam para dois caminhos: ou se acrescentam dados fictícios, possíveis mas não comprovados, ou se misturam dados fictícios, possíveis mas não comprovados, ou se misturam dados de diferentes episódios para compor um só. Em ambos os casos, deixa-se de praticar jornalismo e passe-se a praticar literatura. A arte literária justifica-se, na etapa atual da História, exatamente como revelação de conteúdos ou essências verdadeiros através das estruturas de ficção que cria no nível da aparência: assim, pouco importando se existiam Fabiano ou Baleia, personagens de *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, o que se conta é a essência do drama dos fugitivos da estiagem no Nordeste.

c) Literatura exige vagar e lavra artística do texto. Literatura apressada é, provavelmente, sublitteratura, construída com chavões e conduzindo

a conclusões que não passam de lugares-comuns. No entanto, a pressa é essencial em jornalismo, atividade industrial (produzida, portanto, em condições de hierarquia e disciplina rígidas) que se relaciona com produtos, e não com obras, pressupõe urgência e eficácia na transmissão de informações (LAGE, 2002, p. 140-142).

Por fim, Lima (2004) reitera que o *New Journalism*, dentro de sua intenção de captação e de fidelidade com o real, teve sua mais refinada expressão no livro-reportagem.

## **Questões discursivas para aproximação entre Literatura e Jornalismo**

### **A questão da autoria**

Para avançar nas discussões baseadas em análise, destaco o quadro teórico da vertente francesa da Análise do Discurso, sobretudo a partir dos estudos de Dominique Maingueneau, Michel Foucault, Eni Orlandi e Maria do Rosário Gregolin. Insta ressaltar as questões pertinentes à autoria – em particular a “paratopia” – para o entendimento das correlações entre as questões da autoria e das cenas enunciativas, o que nos levará, mais à frente, às questões das formas discursivas de produção de sentido e de recepção. Nesse esforço, a proposta é destacar a questão autoral como diretamente ligada à leitura e recepção do texto jornalístico literário.

A intenção é reconhecer e analisar as afinidades das paratopias e dispositivos enunciativos (bem como a relação com os enunciatários), basilares suportes à Análise de Discurso. Dessa forma, há que se concluir que as enunciações evidenciadas desencadeiam, dentro do gênero discursivo e textual, bases para o entendimento da multiface paratópica institucional do Jornalismo – e até mesmo da Literatura.

Em *O contexto da obra literária* (1995), Maingueneau apresenta o paradoxo de “um lugar e um não lugar” do discurso, sobretudo na seara literária. O autor assim explica:

A pertinência ao campo literário não é, portanto, a ausência de qualquer lugar, mas antes uma negociação difícil entre o lugar e o não lugar, uma localização parasitária, que vive da própria impossibilidade de se estabilizar. Essa localidade paradoxal, vamos chamá-la paratopia (MAINGUENEAU, 1995, p. 28).



A paratopia está direta e intimamente ligada a temas arraigados à enunciação. Dessa forma, refere-se aos aspectos de onde é que surge o discurso e para onde “vai”, isto é, seu enunciatário. Portanto, ela aponta quem diz, quando diz e para quem diz, isto é, as vias pertinentes à enunciação. É responsável por portar o “cerne” do que está sendo enunciado.

A enunciação literária questiona a representação comum do campo (lugar). Isso porque o discurso literário se constrói no limiar desse lugar, entre o dentro e o fora, porque está diretamente ligada a realidade (fora) e, por mais que esteja inserido na sociedade, não se mixa a ela. A proposta paratópica de Maingueneau (2012) reflete sobre a condição do autor diante de sua relação com a sociedade e a atividade literária, isto é, a circunstância e a elaboração de uma obra. Seus estudos emergem para ocuparem uma lacuna da análise literária que se atinha a apenas dois aspectos: a relação da obra com o seu tempo, ou seja, há um destaque para a característica histórica literária; e o elo direto da criação com o autor, elevando o aspecto estilístico da obra.

Maingueneau (2012) sugere uma paratopia que tem como base o tripé: “pessoa”, “escritor” e “inscritor”, que formam, juntos, a composição autoral, destacando dessa forma a figura do autor como essencial. Maingueneau segue apontando que institucionalizado o autor – para ilustrar este caso, um autor literário – a mística dessa figura deve ser evidenciada para sua legitimação autoral:

[...] para produzir enunciados reconhecidos como literários, é preciso apresentar-se como escritor, definir-se com relação às representações e aos comportamentos associados a essa condição. Claro que muitos escritores, e não os menos importantes, retiram-se para o deserto, recusando todo pertencimento à “vida literária”; mas seu afastamento só tem sentido no âmbito do espaço literário a partir do qual eles adquirem sua identidade: a fuga para o deserto é um dos gestos prototípicos que legitimam o produtor de um texto constituinte. Eles não podem situar-se no exterior de um campo literário, que, seja como for, vive do fato de não ter um verdadeiro lugar (MAINGUENEAU, 2012, p. 89).

Para Foucault (2007b), o autor é uma função discursiva, que exerce o papel de sobrepor discursos e ordená-los segundo uma intencionalidade hegemônica. O jornalismo, enquanto instituição, tem como referencial motriz o seu esforço como mediador e de ponte entre os fatos e o mundo. Sua paratopia encontra força quando, solidificado como instituição creditada de verossimilhança, ele passa a ser reconhecido e dotado de credibilidade. Transpassada por incontáveis discursos baseados em percepções distintas da realidade, a paratopia do jornalismo se dá, exatamente, na apreensão daqueles que a acionam como discurso.

Para perpassar e reconhecer os discursos e enunciações que se cruzam e se misturam, as paratopias se fazem necessárias. Dessa forma, dentro do discurso jornalístico, cujas figuras evidenciadas são os jornalistas, é importante compreender que a paratopia não está fixa na figura do repórter, mas sim nos discursos institucionalmente posicionados mercadologicamente e socialmente.

Sobre os procedimentos autorais, técnicas e estilo de produção, Maingueneau (2012) os classifica como “ritos genéticos”. O autor entende que essas características não estão ligadas exatamente à escritura por si só, mas sim à estrutura e à produção de sentido. Em *Gênese dos Discursos*, discorre sobre o assunto dizendo que

Mesmo que cada escritor tenha uma maneira única de fabricar seus textos, isso não impede que, em suas grandes linhas, essa maneira seja implicitamente condicionada pelo estatuto do discurso literário de um momento e para uma sociedade dados, assim como pela “escola” à qual, querendo ou não, ele se vincula. Não há incompatibilidade entre ritos pessoais e ritos “impostos” por um pertencimento institucional e discursivo (MAINGUENEAU, 2005, p.139).

Diante dessa premissa, Maingueneau percebe a força da interdiscursividade e a coloca como gênese do discurso. Não existe discurso único, fixo e imutável. Dessa forma, não há um autor controlador de um discurso exclusivo, e sim que se faz sentido a partir de outros interdiscursos:

Se toda paratopia minimamente expressa o pertencimento e o não-pertencimento, a impossível inclusão em uma “topia”, podemos classificar os tipos de paratopia que um produtor de discurso constituinte é suscetível de explorar. A paratopia pode assumir a forma de alguém que *se encontra em um lugar que não é o seu*, de alguém que *se desloca de um lugar para outro sem se fixar*, de alguém que *não encontra um lugar*; a paratopia afasta esse alguém de um grupo (paratopia *de identidade*), de um lugar (paratopia *espacial*) ou de um momento (paratopia *temporal*). Acrescentem-se, ainda, as paratopias *linguísticas*, cruciais para o discurso literário, que caracteriza aquele que enuncia em uma língua considerada como não sendo, de certo modo, sua língua (MAINGUENEAU, 2010, p. 161, grifos do autor).

## **A enunciação**

Sobre a figura do enunciador, Gregolin explica que “os sujeitos que pronunciam um discurso são cercados por regras que envolvem o ritual, as sociedades de discurso, as doutrinas e as apropriações sociais do discurso” (GREGOLIN, 2007, p. 111). A posição de onde o discurso

insurge e a maneira com a qual ele é enunciado estão diretamente ligadas à sua cena de enunciação. Esses detalhes, por seu turno, são determinantes e conscientes da forma como se dará seu sentido e sua recepção como projeção da intencionalidade autoral. Maingueneau (2012, p 135) explica que na constituição de uma cena enunciativa “a legitimação do dispositivo institucional, os conteúdos manifestos e a relação interlocutiva se entrelaçam e se sustentam mutuamente”. Muito mais do que se relacionar com aspectos históricos e/ou acontecimentos pontuais, essa cena evidencia entremeios multidisciplinares, que vão além de contextos rasos de determinado discurso.

De acordo com os estudos de Foucault (2007), qualquer discurso está ligado a contextos e a circunstâncias que o agregam um aspecto construtivo único, porém, correlativo. Dessa forma, um enunciado está sempre associado a outros enunciados, margeado por enunciados anteriores e iminentes réplicas: “Um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (2007a, p. 110), alternativos, possível, hipotéticos.

Dito isso, a cena enunciativa está ligada a um ambiente dotado de espaço, tempo, um enunciador e uma figura que recebe o discurso. A legitimação do discurso só se dá quando a enunciação acontece e encontra sentido em quem o recebe. Bakhtin (2002) revela a ligação íntima da cena com o discurso quando parecia a obra de um autor ao seu contexto histórico. Para o autor, essa soma faz parte da formação do discurso:

A *doxa* advinda da estética romântica privilegia a singularidade do criador e minimiza o papel dos destinatários, bem como o caráter institucional do exercício da literatura, sendo a instituição na maioria das vezes considerada um universo hostil à criação. É a própria estrutura do ato de comunicação literária que se vê negada dessa maneira. Contudo, para produzir enunciados reconhecidos como literários, é preciso apresentar-se como escritor, definir-se com relação às representações e aos comportamentos associados a essa condição. Claro que muitos escritores, e não os menos importantes, retiram-se para o deserto, recusando todo pertencimento à “vida literária”; mas seu afastamento só tem sentido no âmbito do espaço literário a partir do qual eles adquirem sua identidade: a fuga para o deserto é um dos gestos prototípicos que legitimam o produtor de um texto constituinte. Eles não podem situar-se no exterior de um campo literário, que, seja como for, vive do fato de não ter um verdadeiro lugar (MAINGUENEAU, 2012, p. 89).

No que tange ao Jornalismo, portando-se como uma instituição que respeita métodos e posturas arraigados na representação da notícia, implica em seu capital simbólico a verdade. Enquanto enunciador, é dotado de crédito e autoridade para manter sua influência coletiva –

consolidada a sua instituição. Maingueneau lembra que “qualquer texto é uma negociação sutil entre a necessidade de ser compreendido e a de ser incompreendido, de ser cooperativo e desestabilizar de um modo ou de outro os automatismos de leitura” (MAINGUENEAU, 1996, p. 42).

### **As formações discursivas**

Uma vez abordadas as questões ligadas à autoria e à enunciação, cabe a este próximo momento uma abordagem das questões mais especificamente ligadas à Análise do Discurso – para esta pesquisa, como dito anteriormente, há a opção pela análise de orientação francesa – para maior entendimento da ocorrência de formações discursivas e, mais tarde, a questão da recepção.

Para tanto, abarcarei, em especial, os estudos de Foucault (2007a, 2007b), Eni Orlandi (2005) e Gregolin (2007):

Partindo do problema da descontinuidade no discurso e da singularidade do enunciado, Foucault propõe que as dimensões próprias do enunciado sejam utilizadas na demarcação das formações discursivas. O que ele descreve como formação discursiva constitui grupos de enunciados. Isto é, um conjunto de performances verbais que estão ligadas no nível dos enunciados. Isso supõe que se possa definir o regime geral a que obedecem seus objetos, a forma de dispersão que reparte regularmente aquilo de que falamos, o sistema de seus referenciais; supõe, também, que se defina o regime geral ao qual obedecem os diferentes modos de enunciação, a distribuição possível das posições subjetivas e o sistema que os define e prescreve (GREGOLIN, 2007, p. 97).

Foucault (2007a) propõe que as formações discursivas demarcam conceitos os quais, mesmo discordantes, são peculiares e possuem aspecto indissociável, como por exemplo as técnicas descritivas e narrativas, bem como as questões hierárquicas que conduzem os enunciados de um texto, seus progressos e as possíveis interpretações (e reinterpretções) desses enunciados já existentes.

O entendimento das formações discursivas, segundo Foucault, dá-se na compreensão de elementos, mecanismos, circunstâncias, enfim, a rede de entrelaçamentos que imbricará na engrenagem discursiva e sua rede de conexões plurais. O discurso é percebido como o “lugar de emergência dos conceitos” (FOUCAULT, 2007a, p. 68). O autor defende a ideia de

discursos sobrepostos, transpassados, interferidos, plurais e complacentes, e refuta discursos únicos, incontestáveis.

Nesse movimento há uma consonância com Michel Pêcheux (2002), para quem

[...] todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sociohistóricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 2002, p. 56).

Segundo Dell’Isola (2007) o texto é um fenômeno plural. O princípio de pluralidade textual remete à constatação de que um texto é um microuniverso com parcelas de vários outros universos, de várias outras visões. A autora discorre sobre pluralidade, destacando a combinação que os textos sofrem em sua produção:

Nos textos orais e escritos, observa-se que é constante o processo de retomada a outros textos. Isso é essencial para a própria existência da atividade textual, inata à prática social humana em seus mais variados níveis e situações. Isto implica dizer que todo texto é uma mescla ou mistura de textos, o que pode se dar através de várias formas, ou seja, tanto de maneira visível e transparente, como de modo implícito ou opaco (DELL’ISOLA, 2007, p. 1695).

Dell’Isola (2007) cita Fairclough, para comentar a importância da linguagem na condução da vida social no mundo atual:

Em sua abordagem teórica, Fairclough (1989) atribui grande relevância à compreensão da linguagem na condução da vida social no mundo atual. Para ele, o discurso é uma forma de prática social que se realiza em dialética com estruturas sociais e tem poder constitutivo porque cria formas de crenças e de conhecimento, estabelece relações sociais e identidade (DELL’ISOLA, 2007, p. 1697).

O discurso é também a prática social de produção de texto, e o contexto, por sua vez, é a sua “moldura”. A leitura estipula uma relação do texto com uma realidade externa, relação esta determinada pela ação do sujeito leitor. A unidade do discurso é um “efeito de sentido”, como Orlandi explica:

A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: como o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2005, p. 15).

Segundo Maingueneau, o discurso é “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (2005, p. 15). A análise não pode estar distante das condições sociais que a produziram, pois são essas condições que criam a evidência do sentido. “O sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como elas o afetam” (ORLANDI, 2005, p. 20).

A AD francesa é caracterizada pela necessidade de identificação de outros discursos já existentes instituídos, como o religioso, o científico, o filosófico, entre outros. Valores inseridos na construção da mensagem e que auxiliam uma melhor compreensão. A análise de discurso identifica o conhecimento dentro do próprio texto, uma vez que nele há subsídios simbólicos e significativos. “Os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística” (ORLANDI, 2005, p. 16).

Orlandi (2005) cita Pêcheux (1975) para explicar que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (PÊCHEUX, *apud* ORLANDI, 2005, p. 17).

Sobre a construção de sentido, a autora lembra que ele não existe por si só, mas está diretamente ligado aos processos sócio-históricos nos quais as palavras são produzidas: “As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas ‘tiram’ seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (ORLANDI, 2005, p. 42-43).

Existem três pressupostos essenciais à Análise de Discurso, como aponta Orlandi, recortamos a terceira:

c) o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2005, p. 19-20).

A autora exemplifica a técnica de identificação de sujeito, quando diz que “uma mesma palavra, na mesma língua, significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma ou outra formação discursiva” (ORLANDI, 2005, p. 22).

Ela relaciona dois importantes momentos da análise nos quais a interpretação, atrelada aos processos de identificação, pode aparecer:

- a. em um primeiro momento, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto de análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise;
- b. em um segundo momento, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação. Por isso é necessário introduzir-se um dispositivo teórico que possa intervir na relação do analista com os objetos simbólicos que analisa, produzindo um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação: esse deslocamento vai permitir que ele trabalhe no entremeio da descrição com a interpretação (ORLANDI, 2005, p. 60).

Orlandi (2005) segue fazendo uma breve distinção entre texto e discurso. Para a autora,

Se o texto é unidade de análise, só pode sê-lo porque representa uma contrapartida à unidade teórica, o discurso, definido como efeito de sentidos entre locutores. O texto é texto porque significa. Então, para a análise de discurso, o que interessa não é a organização linguística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em sua relação com o mundo. É dessa natureza sua unidade: linguístico-histórica (ORLANDI, 2005, p. 69).

Em suma, para compreender de que forma o discurso se textualiza, é preciso percorrer os caminhos pelos quais a ordem do discurso e suas estruturas se materializam:

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa “dizer alguma coisa” e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação – essas condições, como se vê, são numerosas e importantes (FOUCAULT, 2007a, p. 50).

Foucault entende que os *esclarecimentos* de um discurso podem se localizar no seu passado. Por isso, ele evidencia a necessidade de se buscar, nesse passado, os elos estabelecidos anteriormente ao momento/circunstância de enunciação. Busca-se portanto, o que o autor chama de Arqueologia do Discurso. “A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 2007b, p. 157).

Dessa forma, o discurso se coloca em relação coexistente com outros discursos, como sua gênese de sobreposições, transformações, divergências e convergências mapeadas. Por isso, a arqueologia “tem de dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho” (FOUCAULT, 2007b, p. 144).

Segundo a assertiva de Foucault, a arqueologia pondera o grau e a “permeabilidade de um discurso”, colocando em evidência a rede de fatos e pontua os meios pelos quais esses fatos imbricam em discurso. Assim, a relação do discurso e as informações de ordem histórica da circunstância que permeia sua submersão se fazem válidas.

### **As questões de recepção**

Este momento propõe um panorama que dispõe as noções em envolvem o discurso e sua noção de recepção, em especial a partir dos estudos de Luis Costa Lima e Hans Robert Jauss, teórico da Estética da Recepção. Em *A história da Literatura como provocação à Teoria Literária* (1994), Jauss propõe que a partir do momento que há uma resposta, seja ela a gosto ou contragosto do público que a recebe – em determinada circunstância histórica e social – assertiva ou não de uma determinada obra literária, evidencia-se aí o seu valor, sobretudo estético. Entende-se, dessa forma, que esse valor está diretamente ligado à recepção que a obra contempla. Isto é, dá-se importância ao elo autor, obra e leitor – insta lembrar, inclusive, que esses valores estão ligados aos processos da crítica literária:

Afim, a qualidade e a categoria de uma obra literária não resultam nem das condições históricas ou biográficas de seu nascimento, nem tão somente de seu posicionamento no contexto sucessório do desenvolvimento de um gênero, mas sim dos critérios da recepção, do efeito produzido pela obra e de sua fama junto à posteridade, critérios estes de mais difícil apreensão (JAUSS, 1994, p. 7).

Jauss posiciona o olhar crítico – isto é, da crítica literária - sobre os textos literários clássicos tidos como obras de arte para o entendimento da estética da forma. O autor justifica um possível aspecto qualitativo às comparações dos textos novos em relação aos textos tidos como canônicos. O filósofo ressalta, também, a relação da recepção de uma obra com o leitor no dado período de criação e publicação, reconhecendo a obra – em sua estrutura – como organismo componente de uma realidade social, capaz de exercer uma função histórica.



Regina Zilberman (1982), ao debruçar-se sobre os estudos de Jausss elenca sete teses empregadas pelo autor para tipificar a Estética da Recepção. Dividida entre premissas e metodologia, elas perpassam os campos da historicidade como ferramenta de reforma articulada na relação autor-leitor, as expectativas do leitor e sua recepção, o apuro estético como constituinte e influenciador da recepção, bem como a afinidade da obra com o seu contexto histórico. Zilberman elenca uma série de convenções pelas quais ela acredita que intercedem o *modus* e a percepção do leitor – a partir de seu horizonte cognitivo. São elas:

- social, pois o indivíduo ocupa uma posição na hierarquia da sociedade;
- intelectual, porque ele detém uma visão de mundo compatível, na maior parte das vezes, com seu lugar no espectro social, mas que atinge após completar o ciclo de sua educação formal;
- ideológica, corresponde aos valores circulantes no meio, de que se imbuíu e dos quais não consegue fugir;
- lingüística, pois emprega um certo padrão expressivo, mais ou menos coincidente com a norma gramatical privilegiada, o que decorre tanto de sua educação, como do espaço social em que transita;
- literária, proveniente das leituras que fez, de suas preferências e da oferta artística que a tradição, a atualidade e os meios de comunicação, incluindo-se aí a própria escola, lhe concedem (ZILBERMAN, 1982, p. 103).

Antes de os estudiosos da crítica e da teoria literária – a partir do século XX – passarem à problematização e lugar do leitor diante da obra, muitos se detiveram sobre as questões ligadas ao autor e ao texto como cerne da análise – por portar as tramas de sentido erigidas pelo autor. O leitor, por seu turno, está atrelado diretamente à estética da recepção, incluindo-se como fator preponderante e constituinte da messe literária nessa perspectiva teórica.

Essa questão nos leva ao Estruturalismo, sobretudo o de Barthes e o de Todorov, que apesar de hoje ser visto com certa desconfiança e desprestígio, ainda sobrevive nas análises narrativas (crítica literária) – mesmo que apenas alguns de seus componentes metodológicos tenham sido absorvidos na análise contemporânea. A corrente toma o discurso de uma obra como um conjunto abstrato de procedimentos que o compõem, lançando um olhar que vai além da análise fixa – *estrutural* – delas mesmas.

De acordo com os estruturalistas, as bases narrativas são universais. Não há preocupação, portanto, com as transformações dos discursos literários através da história, e tão pouco sua relação com o receptor no momento em que emergem; os estruturalistas estão atentos apenas

à estrutura narrativa. Diante dessas premissas, Jauss elabora uma série de apontamentos que questionam a fragilidade do formato, entre eles: a) o fato de um universo linguístico fechado não ter relação com um mundo e b) um sistema de signos que não tem sujeito não pode ter uma relação com a instância da produção e recepção de sentidos. Sobre o Estruturalismo e suas aparentes falhas metodológicas, Jauss (1994) é categórico ao dizer que

Ambos os métodos, o formalista e o marxista, ignoram o leitor em seu papel genuíno, imprescindível tanto para o conhecimento estético quanto para o histórico: o papel do destinatário a quem, primordialmente, a obra literária visa (JAUSS, 1994, p. 23).

Para a Estética da Recepção a relação entre autor e leitor – e aí se inclui o emaranhado de relações internas e externas – é essencial e, sobretudo as marcas históricas que montaram o panorama que balizará a recepção do leitor:

A aplicação, portanto, deve ter por finalidade comparar o efeito atual de uma obra de arte com o desenvolvimento histórico de sua experiência e formar o juízo estético, com base nas duas instâncias de efeito e recepção (JAUSS, 2002, p. 70).

Jauss retira a atenção da obra e a deposita no leitor. É a partir do leitor, e não mais do texto, que se dá o esmero da experiência literária. É por meio dele que o texto se desloca da palavra e passa a ser recepção:

Jauss, não obstante essa dificuldade, propõe tomar o conjunto de “críticas” e “comentários” contemporâneos à obra como um discurso capaz de revelar o horizonte de expectativas sociais da época e, nesse sentido, de contribuir para a compreensão dos modos como ela foi lida, avaliada e transmitida à posteridade. Essa proposta repousa na tese segundo a qual à medida que ocorre distanciamento estético da obra em relação ao seu contexto de surgimento, o conjunto de interpretações que dela se fez é transmitido e incorporado numa espécie de história social dos efeitos. Assim, a teoria estético-recepcional não apreenderia somente o sentido da obra literária no eixo sincrônico (o das manifestações de um mesmo tempo) como também no eixo diacrônico, o que possibilitaria tratar dos sistemas de relações que existem entre manifestações expressivas e momento histórico-cultural (FILHO, 2007, p. 67).

As contribuições dos estudos de Jauss, mesmo que inicialmente partam de um princípio teórico epistemológico e menos sistemático, muito contribuíram para a elaboração de mecanismos de análise e procedimentos metodológicos.

## Breve caracterização da Literatura e do Jornalismo

### Aspectos do Jornalismo

#### *Construcionismo*

Dentro da lógica da teoria construcionista, o discurso jornalístico passa por inúmeras triagens que vão tratar seus processos de forma sistemática, de modo que sua epistemologia é pontualmente marcada - a partir da teoria entende-se que a elaboração do produto jornalístico (até mesmo o tradicional) passa por constrangimentos e acordos previstos. Essa linha analítica assinala uma construção de discurso que estabelece diálogos e fomenta discussões sobre suas enunciações – enquanto formações sociais - em troca de metodologias rígidas e fechadas. Dessa forma, a reflexão atenta para o aspecto interdiscursivo da notícia em resposta a possíveis questionamentos conspiratórios que apontam a redação noticiosa como discurso contaminado por interesses (nefastos ou não):

Para os acadêmicos que perfilham essa explicação, as notícias são histórias que resultam de um processo de construção, lingüística, organizacional, social, cultural, pelo que não podem ser vistas como o espelho da realidade, antes são artefactos discursivos não ficcionais - indiciáticos - que fazem parte da realidade e ajudam-na a construir e reconstruir (SOUSA, 2002, p. 5).

Na compreensão de que o relato noticioso é um componente na construção da realidade social (ALSINA, 2009), a notícia tem a tarefa de ser uma representação fiel e verossímil cuja enunciação busca, em primeiríssimo plano, ser crível. Em sua tarefa de transformar em narrativa a apreensão do fato, o jornalista passa por diversos filtros até que o discurso seja construído e transmitido. Dessa forma, o autor/repórter/jornalista poder ser considerado como elemento essencial de construção de realidades sociais, sempre refletindo sua institucionalidade. É claro que por meios de processos e instituições, o jornalismo e seu principal meio de exercício, a figura do jornalista, são autorizados e legitimados a cumprirem essa tarefa. Ou seja, há, em jogo, a questão do poder simbólico que o Jornalismo exerce sobre seu público, isto é, a sociedade que o consome.

O jornalismo não deve lidar com a noção de que constrói uma realidade absoluta, mas sim articula mecanismos que dão conta de tratar e falar sobre a realidade discursivamente – e aí se inclui a noção de que não existe uma realidade única. Para assegurar seu poderio, porém,

dentro das estruturas institucionais que defendem o estabelecimento de autoridade, o Jornalismo se utiliza de estratégias de convencimento de que seu discurso é irretocável e fidedigno ao real.

As interferências e reestruturações das realidades construídas pelo Jornalismo são iminentes, uma vez que o discurso passa por muitas “mãos” – do jornalista, do leitor, da empresa que o veicula e muitos outros – até a fase acabada da enunciação (se é que exista finitude). Essas interferências atuam nesse discurso, modificando, assim, a realidade por ele levantada, fazendo que com essa seja um construto contínuo, “constituindo e reconstituindo as significações sociais; mas também definindo e redefinindo, constituindo e reconstituindo modos de fazer as coisas – os processos existentes nas instituições existentes” (TUCHMAN, 2009b, p. 104).

Para compreender – não por completo, mas ao menos admitir relativizações que permeiam as discussões em torno das formações discursivas jornalísticas – a realidade do funcionamento da imprensa é preciso, primordialmente, aceitar que o discurso noticioso é tocado por muitas outras instâncias. Instâncias essas que fogem, inclusive, do domínio dos personagens instituídos a tocá-lo – jornalista e/ou instituição jornalística.

O Jornalismo se alicerça em bases que ditam seus mecanismos de formações discursivas e princípios que vão acompanhar todo o processo de enunciação. Dessa forma, esses mecanismos acabam por se tornarem uma exigência social – e até mesmo interna – para que se construa um objeto que seja dotado de verossimilhança e agregue, assim, a credibilidade necessária para se fazer crer. Para essa formação, são essencialmente necessários a honestidade perante os fatos e a verdade inabalável. O Jornalismo detém o domínio – não exclusivo – de legitimação de enunciador poderoso. Dessa forma, o Jornalismo constitui papel fundamentalmente relevante na história social, constituindo a seu discurso importância tão grande quanto os discursos literários e históricos. Assim, a teoria construtivista reconhece as intervenções de poder que passam pela construção do discurso jornalístico e, a partir desse conhecimento avança no equilíbrio desse elemento, no intento de dosar essa autoridade.

### ***A objetividade***

A objetividade é tida como um elemento essencial nos processos por onde o relato toca, porque é reconhecido como fiscal que assegura, ao relato, a verdade. Mais do que um método

ou mecanismo obrigatórios por onde o discurso deve passar, a objetividade jornalística está intimamente ligada às questões de veracidade e legitimidade do discurso noticioso. O formato de produção e consumo atual evidencia essa exigência por parte do leitor – há autor que diz estarmos vivenciando um quarto momento na história do Jornalismo: o digital.

A objetividade é um ponto sensível no que tange a discussão do Jornalismo Literário enquanto sua formação discursiva, uma vez que teoricamente seu discurso é carregado de subjetividade e sugestões que se distanciam das convenções de veracidade e realidade – bem como a imparcialidade diante dos fatos a serem trabalhados – concebidas pelas teorias do Jornalismo e da notícia. Dessa forma, neste momento propõe-se a abordagem de pontos que vão avançar no debate sobre os discursos noticiosos, suas apreensões de verdade e realidade e seus diálogos interdiscursivos.

Os mecanismos de produção da notícia formam um perfil que levam o entendimento de sua natureza narrativa e discursiva. A redação noticiosa não está vedada de elementos que perpassam o elaborar e enunciação discursiva, mesmo quando o jornalista, em seu papel objetivo máximo não se permite relações ou laços de acordos e contratos com o constructo. Discursivamente, o Jornalismo também é considerado representação – representação essa que é margeada, posicionada, construída e moldada a partir de mecanismos próprios que guiam a sua força motriz e seu poder enquanto instituição dotada de alteridade (Tuchman, 2009).

Durante o século XIX, diante de um movimento crescente que alicerçava os discursos em uma base científica, o Jornalismo acompanhou esse fluxo e tomou a responsabilidade que de, de uma forma ou de outra, deveria transmitir como em um relatório técnico-científico, seus textos sobre os contextos recortados. Mais tarde, com a chegada da indústria à imprensa, o forma de se produzir e consumir Jornalismo mudou. É uma possível explicação para a necessidade de uma relação íntima e fidedigna do jornalista com a realidade que ele fosse apresentar. Dessa forma, não existiria nenhum contraponto que o fizesse se distanciar dessa necessidade. Felipe Pena (2008) entende que é um equívoco antagonizar a objetividade e a subjetividade, uma vez que a primeira aparece exatamente na intenção de evidenciar que a segunda é efetiva.

Seu verdadeiro significado está ligado à ideia de que os fatos são construídos de forma tão complexa que não pode cultua-los como a expressão absoluta da realidade. Pelo contrário, é preciso desconfiar desses fatos e criar um método que assegure algum rigor científico ao reporta-los (PENA, 2008b, p. 50).

Os métodos que delimitam a produção jornalística mais convencional muito se aproximam da produção dos autores do Realismo Social. Entre os aspectos que são comuns aos discursos estão a contextualização social/cultural/econômica/política do momento que o relato emerge, a localização de espaço e tempo, para exemplificar. É o que contextualizam Kovach e Rosenstiel (2003), quando elencam na obra “Os elementos do jornalismo” as questões pertinentes ao gênero:

Na última parte do século XIX, os jornalistas falavam sobre alguma coisa que chamavam de realismo, não objetividade. Essa idéia era a de que se os repórteres cavassem os fatos e os ordenasse direito, a verdade apareceria naturalmente. O realismo emergiu numa época em que o jornalismo se separava dos partidos políticos e se tornava mais preciso. Coincidia isso também com a invenção do que os jornalistas chamam de pirâmide invertida, na qual o profissional coloca os fatos partindo do mais importante até o menos importante, achando que com isso ajuda os leitores a entender as coisas de uma forma mais natural (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 114).

Sodré (1999) contextualiza o trançado das histórias do jornalismo com a política e até mesmo a Literatura, e conta que o século XVI é o momento em que se começa a traçar a história do Jornalismo no Brasil, essencialmente a partir dos artigos opinativos e os relatos oficiais. Dessa forma, a construção do discurso jornalístico sempre esteve ligada ao discurso literário – o que é constatado nos modelos veiculados até o século XIX que traziam publicações cuja tessitura muito se assemelhava à Literatura da época.

Esse fato aponta para a noção de que os jornalistas da época eram figuras diretamente ligadas à escritura literária, politicamente engajados e de retórica respeitável. Sendo assim, antes de ser institucionalizada (ao fim da década de 1960), a profissão jornalística poderia ser exercida por qualquer indivíduo, com a ressalva importante: indivíduo esse que fosse capaz de manter um relato intrínseco do real (COSTA, 2005).

São diversas as possíveis explicações para que essa necessidade de distanciamento pessoal (e conseqüente garantia de veracidade) discursivo viesse a ser imposta como modelo, uma delas é o consumo crescente de um Jornalismo que fosse serviço em lugar de entretenimento. Essa necessidade gerou a cobrança de uma objetividade que assegurasse e consolidasse o poderio determinante perante o público (sociedade) e esse momento foi concomitante com a ascensão da imprensa enquanto instituição capaz de assegurar a realidade.

Esse debate traz uma questão que leva ao equívoco que o Jornalismo é capaz de fazer um reflexo do real em seu discurso. É equivocado pensar que o aspecto objetivo é mútuo à

realidade. A realidade apreendida nos discursos jornalísticos passam por uma esteira de interações, intervenções e multinterpretações que vão desembocar em uma versão de realidade, e não “a” realidade crua, como “ela é”.

A credibilidade junto ao público leitor comum sustenta, portanto, conhecimento jornalístico, não com a garantia da verdade lógica, e sim com a caução da veracidade, entendida como verossimilhança ou como um apego, uma inclinação, para a verdade consensualmente estabelecida em torno do fato – uma verdade “prática”, portanto, referente à ação humana no espaço social. É uma “verdade” sujeita a desconfianças (SODRÉ, 2009, p. 47).

Entende-se que, ao limitar a participação (e proibição de um posicionamento), atribui ao Jornalismo a inocência necessária para se fazer crível, isto é, arroga-lhe o convencimento de que a verdade está ali, no relato (MORETZSOHN, 2007). Os códigos de ética e de conduta (até mesmo o que ensinam as graduações) ainda doutrinam essa espécie de dogma.

Há que se compreender que o ideal de subjetividade pode ser um aliado na batalha contra o panorama de troca de enunciações equivocadas e recheadas de equívocos em função de evidência e legitimação de circunstâncias falsas – e possíveis armadilhas ao receptor desatento.

A relação do jornalista/autor com o fato/objeto, por si só, já incute a carga de interações e mecanismos pelos quais passarão o relato, e esse processo releva, igualmente, o mundo no qual o autor se situa e atua. A problemática se encontra em como esse autor, a partir de sua bagagem e ferramentas disponíveis pessoais, desfragmentará e remontará esse objeto. Para isso, é necessário que ele o apreenda em seu formato mais puro e próximo do real.

No entendimento de que a realidade é passível de aproximação, há de se entender, igualmente, que essa não é apreensível em sua totalidade. Existe uma lógica subjetiva que toca essa realidade e, de alguma, forma, esse toque já se configura interferência. Os repórteres munem-se de imparcialidade, imunidade, e honestidade para trabalhar no que é de relevância, abrangência e interesse público e buscam em seu trabalho de representação do real aproximar-se o máximo possível dessa realidade e transplantá-la para o seu relato noticioso. Que mecanismos o levam para o mais semelhante possível do objeto?

Para Pena (2008b), a objetividade jornalística é determinante no sentido de sustentar o poder de legitimação discursiva que o Jornalismo detém perante a sociedade. Para o autor, esse mecanismo, mais do que uma vertente ética, é uma metodologia que endossa a influência

social. A não aceitação desses mecanismos que perpassam os caminhos por onde a narração noticiosa trilha corresponde diretamente ao fato de que é inaceitável que a realidade seja tocada e interferida. Ora, o Jornalismo carrega uma carga de responsabilidade significativa para vedar qualquer movimento que vá em direção a essa interferência.

A narrativa jornalística e a ordem que posiciona a sucessão do fato, a partir de um modelo objetivo, apresentam-se em um produto interdiscursivo, cuja face da verdade será sempre mutável, isto é, está sempre sendo buscada, por mais que esteja calçada na verossimilhança e o mais próximo da realidade possível. Hohlfeldt (2001) defende o trabalho semântico como um aliado da objetividade:

[...] clareza e simplicidade, embora categorias formais, tendem a auxiliar o desempenho das categorias de conteúdo, em especial a objetividade e a exatidão/precisão, eis que resultam na concisão [...] Efetivamente, um texto simples e claro é conciso, e permite que a objetividade, a exatidão, a veracidade, enfim, que resultam na imparcialidade, sejam melhor percebidas pelo receptor (HOHLFELDT, 2001, p. 2).

A partir dessa premissa, o trabalho do repórter é investigar, esmiuçar, dar voz às fontes e olhar de um ângulo antes inexplorado. Assim, ao tocar o objeto o jornalista não o torna um relato não objetivo. Na mesma medida, a necessidade de aproximação do objeto original não é diretamente abrir mão de uma opinião pessoal e, sim, contemplar as possibilidades que estiverem disponíveis a sua volta. Abster-se da caça à realidade leva o jornalista a abrir mão do que lança signos, isto é, se exime de mecanizar a produção de um sentido quando a força motriz do funcionamento do seu trabalho é exatamente o sentido.

### ***O Newsmaking***

O modelo atual do fazer jornalístico encontra-se em um momento cuja demanda é por produtos instantâneos, isto é, de consumo de fácil acesso e imediato. Dessa forma, buscam-se formatos que sejam leves e diretos. Como visto anteriormente, a objetividade pode ser uma aliada desse consumo. O modelo norte-americano – cuja ascensão se deu em meados do século XIX e no Brasil a partir da segunda metade do século XX – ensina que a centralização



das principais informações do relato – quem?, quando?, onde?, o quê?, como? e por quê? – seja no primeiro parágrafo evidencia esse imediatismo<sup>9</sup>.

Pena (2008b) aponta que, a partir desse formato, muitos aspectos internos e externos à redação noticiosa são contemplados, como o desembarace para o entendimento fácil do leitor, a apresentação de espaço e tempo tão caros a consciência da narrativa e outros. Esses aspectos, no modelo de pirâmide invertida (incutido pelo formato do *lead*), são elencados hierarquicamente, e não pela lógica progressão dos fatos. Esses são pontos que evidenciam ainda mais a noção construcionista da notícia.

No esforço de entendimento da produção noticiosa, a abordagem da teoria do *newsmaking* pode ser uma aliada, visto que elenca uma série de procedimentos e noções estruturais de desembocam na apresentação do modelo de redação jornalística atual. A teoria evidencia hábitos profissionais os quais os jornalistas seguem em suas atividades diárias. Dessa forma, esses fatores atuam como verdadeiros legitimadores do produto que o Jornalismo oferece.

Porém, em qual instância se dá a determinação de que um fato seja ou não seja notícia? O Jornalismo, a partir de juízos e técnicas próprias que dão conta de estabelecer. Até que seja publicada, são levados em conta os critérios de noticiabilidade, a relação com a audiência, os embaraços organizacionais e os valores-notícia, para exemplificar minimamente. As organizações são empresas que visam lucro, dessa forma, o relato noticioso deve ser visto como um produto dotado de valores implícitos que compreendem as demandas mercadológicas – de leitor, como também da própria empresa.

Ao chegar às impressoras de jornais, a industrialização acarretou a diminuição de espaço para relatos humanísticos e ascendeu a produção de redações curtas e rapidamente consumíveis. De acordo com Wolf (1995), noticiabilidade é “o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, dentre os quais há que seleccionar as notícias” (WOLF, 1995, p. 195). *A priori*, os critérios de noticiabilidade ordenam a hierarquização (de importância) pela qual o relato de um fato deve passar – inclusive se ele vai ser relatado ou não. Dessa forma, o Jornalismo erige seus mecanismos de formações discursivas, alinhando hábitos e ferramenta que desembocarão em um modelo

---

<sup>9</sup> O modelo jornalístico atual é realidade na Inglaterra e nos Estados Unidos da América desde fins do século XIX, e é a partir do início do século XX que esse formato passa pelo Brasil. Mas é somente na metade desse século que o modelo de pirâmide invertida (que prioriza as informações “mais importantes” no cabeçalho da redação) se consolida nas redações brasileiras.

instituído, respeitável e crível diretamente relacionado com seu leitor, que o tem como modelo verdadeiro.

Na intenção de submeter os relatos a uma forma coerente e convincente de narrativiza-lo, os mecanismos jornalísticos de produção de notícia compõem um processo ao qual Alsina (2009) distribui em cinco fases: designação, a partir de níveis hierárquicos, escolha e organização do meio de divulgação; administração dos níveis de relevância dos fatos; reconhecimento da verdade que está ligada ao fato e arremate da forma como o relato será divulgado.

White (1999) argumenta que no processo de seleção de fatos que devem ou não virar notícia, inicialmente deve passar por portões (*gates*) para, mais tarde, virarem enunciado noticioso. Dessa forma, o jornalista age como um filtro (*keeper*) que vai admitir o que passa e o que não passa pelo portão. Assim, o funcionalismo da teoria do *gatekeeper* leva a crer que existe aspecto arbitrário no construto da notícia, levando a noção de que o jornalista interfere subjetivamente (por meio de avaliações peculiares, bagagens e também constrangimentos organizacionais) no processo de produção de notícia.

O funcionamento do centro de produção de notícia é mobilizado como em uma indústria, cujo dinamismo é exercitado em uma rotina própria e competências institucionalizadas. Há uma exigência interna e externa ao discurso que o leva a ser comprometido com a verdade e a figura do jornalista é grande responsável pelo funcionamento da máquina produtora de notícias, enquanto personagem *gatekeeper*.

Segundo Wolf, já que as reflexões sobre a noticiabilidade

[...] associavam o conteúdo dos jornais ao trabalho de seleção das notícias, executado precisamente pelo ‘guarda da cancela’, os recentes estudos sobre a produção de notícias relacionam a imagem da realidade social, fornecida pelos *mass media*, com a organização e a produção rotineira dos aparelhos jornalísticos (WOLF, 1995, p. 183).

Os critérios muito têm a ver com toda a estrutura que rodeia a notícia. Podem ir das questões econômicas que aportam à produção até o formato do veículo que ancora a publicação. Alguns valores-notícia que os estudiosos apontam como universais são a atualidade, o ineditismo, o insólito e clareza – os mecanismos de noticiabilidade levam em conta o trabalho de colher histórias que não são conhecidas. Wolf atesta a ideia ao afirmar que “constitui notícia aquilo que altera a rotina, as aparências normais” (WOLF, 1995, p. 206).

Percebe-se que alguns fatores a respeito da relação com os leitores que também influenciam nas formas de produção de notícia, entre elas as informações que lhe são úteis (serviço), o potencial de reconhecimento e a brevidade do relato. Formas de produção em que as articulações unem o fato às maneiras e o farão entendido. Isso significa que esses valores mudam de contexto a partir do seu público e da sua empresa.

A rotina do Jornalismo factual elege algumas características em detrimento de outras, opera mecanismo de inclusão e exclusão de fatias, sob a alegação de que possui poder (simbólico) para fazê-lo. Para tanto, articula um conglomerado de ações que pinçarão, em um emaranhado de atividades, fatos e realidades cotidianas aquilo que deve ou não ser noticiado. Essas ações que montam funcionamento o Jornalismo creditada geradora de notícias/discursos.

Wolf (1995) lista quatro fatores que um acontecimento deve contemplar para incutir a noticiabilidade: existir algo de relevante no acontecimento, ser verificável, ser de interesse público e de interesse da concorrência. Diante desses fatores, Wolf pontua outros quatro que devem vir em sequência: reconhecimento dos envolvidos no relato, impacto sobre a nação, escala de indivíduos que o evento tem a capacidade de envolver e possível desdobramento no futuro. Ou seja, diante dos critérios de Wolf, quanto maior for a quantidade de pessoas alcançadas de alguma forma (ao participarem ou forem tocadas pelo fato), maior é a probabilidade de virar notícia.

O espaço de tempo entre o acontecimento e sua transposição para relato jornalístico é um fator determinante na produção da notícia. A indústria do jornalismo “quente” e perecível busca articular seus mecanismos para um produto final (de alcance amplo) que chegue rápido ao receptor. Em um cenário de redes sociais cujas postagens e edições das notícias são instantâneas, internet 4G e gadgets equipados com ferramentas de um computador desktop, esse aspecto ressalta ainda mais esse elo de instantaneidade da notícia.

A relação que faz com seu receptor (que apreende, interpreta e passa para frente) é fator relevante nos processos. Dessa forma, dá-se ao discurso jornalístico e sua rotina poderoso aspecto polifônico, que revela relação destacável entre enunciador e enunciatário.

## Da notícia à reportagem

Para falar sobre o texto e suas peculiaridades, Coimbra (1003) cita Elisa Guimarães (1990), que diz que a estrutura “só passa a existir [...], quando o contexto das interferências externas a ele se completa com o de sua estrutura formal e do seu conteúdo temático” (GUIMARÃES *apud* COIMBRA, 1993, p. 8). Com isso, a autora quer dizer que o texto somente é identificável quando representado por normas do sistema linguístico, influenciando o comportamento do receptor e nele produzindo algum efeito.

Nilson Lage (2005) define a notícia como um “relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante” (LAGE, 1993, p. 16). Ele ainda fez que a “sua natureza é pragmática, ou seja, relacionada às condições de comunicação e à intenção de torná-la eficaz” (LAGE, 2005, p. 73). Para o autor, diferentemente de uma narração rotineira, que segue uma ordem cronológica de acontecimentos, na notícia jornalística segue-se uma ordem de grau de importância. É a partir dessa estrutura que foi concebido o *lead*, que na “síntese acadêmica de Laswell, informa quem, o que, quando, onde, como, por que e pra quê” (LAGE, 1993, p. 27).

A notícia se desenvolve em um contexto no qual o texto obriga uma aproximação dos usos orais, baseando-se no relato oral dos fatos, valorizando a informação mais importante do evento. “Descobriu-se a importância dos títulos, que são como anúncios do texto, e dos furos, ou notícias em primeira mão” (LAGE, 2002, p. 15). O modelo vigente na América do Norte difundiu-se ao redor do mundo, sobretudo por conta da industrialização. Para o autor, até mesmo os críticos aceitaram bem as “normas básicas” para a produção de notícias norte-americana.

Na medida em que a reportagem se configurava uma evolução da notícia, ela passou a empregar características que outrora eram dispensáveis. Tomava, então, contornos literários, capaz de seduzir o leitor e elevar seu nível de satisfação. A reportagem buscava a captação de diversas opiniões e angulações.

As matérias que saem desse investimento consciente de informações não têm a linearidade de uma pirâmide invertida, a direção única de uma cronologia, nem se satisfazem com a partição e blocos. O ritmo narrativo apela, então para planos de tempo e de espaço inter-relacionados, fundidos e habilmente opostos (MEDINA, 1978, p. 122).

O Jornalismo e a ficção se utilizam da descrição e da narrativa. Olinto (2008) aponta que

As duas condições, que cercam o homem e tudo o que ele faz, se interpenetram e formam, às vezes uma só condição. E, tanto na vida real, nos gestos de cada instante, com no que escreve, o ser humano está dentro das limitações do tempo e do espaço, que são sua angústia e sua grandeza (OLINTO, 2008, p. 39).

Adaptando-se ao novo modelo de fazer notícia, isto é, fazendo reportagem, “o redator não tem a à disposição recursos prontos, mas passa a criar. Nesse momento, só se diferencia do escritor de ficção pelo conteúdo informativo de sua narração, por isso narração noticiosa” (MEDINA, 1978, p. 122). A reportagem trazia consigo um formato que permitia certa interação com o público, à medida que introduzia em seus textos técnicas narrativas e linguagens utilizadas na Literatura, alterando, portanto, o modo de produção da notícia. A relação da reportagem com o leitor evidenciava a necessidade, então, do conteúdo com histórias com as quais o leitor pudesse se identificar. Para Cremilda Medina (1978), a diferença entre a notícia e a grande reportagem está no processo de narração dos modelos. A autora acredita que o tratamento do fato jornalístico pela reportagem amplia e desdobra uma simples notícia, fazendo com que o conteúdo informativo seja abordado de forma estilística.

Lage (2002) lembra que, na reportagem, há a autonomia do jornalista no processo de elaboração da matéria. Ele destaca, ainda que na reportagem há a disponibilização do maior número de dados, diferenciando-se da notícia que, segundo o autor, “pressupõe apresentação bem mais sintética e fragmentária” (LAGE, 2002, p. 112-113). Sobre a reportagem, Milman (1998) é categórico:

A reportagem é uma modalidade jornalística deprimida nas redações de hoje. Pelo menos, na sua forma mais elaborada. Sem a compreensão adequada das condições metodológicas que a tornam possível, a idéia de jornalismo inteligente que ela realiza dá lugar a uma realidade na qual se reproduz um jornalismo indigente. Por essa razão, para quem se interessa, ou faz, ou, sobretudo, pretende fazer jornalismo, discernir entre a metodologia sofisticada da reportagem e a metodologia esquemática do noticiário é talvez saber fazer a mais relevante das distinções (MILMAN, 1998, p. 29).

Medina (1978) diferencia a notícia da reportagem abordando a interpretação que a primeira faz da segunda:

As linhas de tempo e de espaço se enriquecem: enquanto a notícia fixa o aqui, o já, o acontecer, a grande reportagem abre o aqui num círculo amplo, reconstitui o já antes e depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente. Através da contemplação dos fatos que situam ou explicam o fato nuclear, através da pesquisa histórica ou antecedentes, ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato – a reportagem leva a um quadro interpretativo do fato (MEDINA, 1978, p. 134).

Medina vai além, citada por Coimbra (1993), fazendo uma associação com o idioma inglês:

Uma reportagem, uma entrevista ou série de entrevistas, uma vez obtidas em capo (o Real) são estruturadas em um texto, a que tecnicamente se dá o nome geral de matéria. (Não é por acaso que, em inglês, matéria é story) (MEDINA *apud* COIMBRA, 1993, p. 17).

Lima (2004) lembra que notícia e reportagem pertencem a dois gêneros jornalísticos distintos, sendo o primeiro o “jornalismo informativo” e o segundo o “jornalismo interpretativo”. Uma vez que a reportagem utiliza a narrativa em seu texto, Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986) a classificam como “todo e qualquer discurso capaz de evocar um mundo concebido como real, material e espiritual, situado em um espaço determinado” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 11). Os autores acrescentam que “será sempre necessário que a narrativa (ainda que de forma variada) esteja presente numa reportagem, ou não será reportagem” (p. 11).

Sobre narração, Coimbra (1993) recorre a Fiorin e Savioli (1990):

Na narração a visão de mundo do enunciado é transmitida por meio de ações que ele atribui aos personagens, por meio de caracterização que faz deles ou das condições em que vivem, e, até mesmo, por comentários sobre os fatos que ocorrem (FIORIN; SAVIOLI *apud* COIMBRA, 1993, p. 82).

Lage (2005) propõe quatro importantes distinções entre notícia e informação jornalística (que inclui a reportagem):

- a notícia de um fato, acontecimento que contém elementos de ineditismo, intensidade, atualidade, proximidade e identificação que o tornam relevante: corresponde, frequentemente, à disfunção de algum sistema – a queda do avião, a quebra da normalidade institucional etc., já a informação trata de um assunto, determinado ou não por fato gerador de interesse;
- a notícia independe, em regra, das intenções dos jornalistas; a informação decorre de intenção, de uma “visão jornalística” dos fatos;
- a notícia e a informação jornalística contêm, em geral, graus diferentes de profundidade no trato de assunto. A notícia é mais breve,

sumária, pouco durável, presa à emergência do evento que a gerou. A informação é mais extensa, mais completa, mais rica na trama de relações entre universos e dados;

- a notícia típica é da emergência de um fato novo, de sua descoberta ou revelação; a informação típica dá conta de um estado-de-arte, isto é, da situação momentânea em determinado campo de conhecimento (LAGE, 2002, p. 114).

Sodré e Ferrari (COIMBRA, 1993), por sua vez, trazem três tipos de reportagens, os quais consideram “fundamentais”:

- a reportagem de fatos (*fact-story*) volta-se ao ‘[...] relato objetivo de acontecimentos, que obedece na redação à forma de pirâmide invertida’; [...] os fatos não narrados em sucessão, pela ordem de importância’;
- a reportagem de ação (*action-story*) cuida do relato de uma maneira movimentada, começando ‘[...] sempre pelo mais atraente, para ir descendo aos poucos na exposição dos detalhes’ de tal sorte que o leitor ‘[...] fica envolvido com a visualização das cenas, como num filme’;
- e a reportagem documental (*quote-story*), cujo relato é acompanhado ‘[...] de citações que complementam e esclarecem o assunto tratado’, ao mesmo tempo em que se apóia ‘[...] em dados que lhe conferem fundamentação’ (FERRARI; SODRÉ, *apud* COIMBRA, 1993, p. 25).

A reportagem, portanto, leva até o leitor mais esclarecimentos e angulações sobre um mesmo fato o que a notícia, corriqueiramente, trataria com a objetividade que lhe é comum.

## **Jornalismo informativo x Jornalismo interpretativo**

Partindo do pressuposto de que toda reportagem exige investigação e interpretação, cabe, neste momento da pesquisa, abordar o “jornalismo informativo” e o “jornalismo interpretativo”. Historicamente, o jornalismo informativo tem como principal função informar fatos da atualidade, promovendo temas voltados ao interesse humano. Lima (2004) resgata algumas características pontuais para formulação de seu sentido.

Com o jornalismo, porém, tem a ver com a indústria cultural, fazendo parte do grande bojo da comunicação de massa – pelo menos no que diz respeito à televisão e ao rádio, no caso brasileiro – e da comunicação coletiva – no caso brasileiro do jornalismo impresso -,

também desempenha algumas funções subjacentes, que são típicas a todo o espectro da comunicação moderna, produzida industrialmente pelos grandes centros geradores e distribuidores da cultura de massa (LIMA, 2004, p. 13).

A estrutura da mensagem, por si só, já evidencia o caráter prático de informar. É sempre uma fórmula que alinha as informações de maneira clara, precisa, exata e objetiva, e “em virtude disso, essa prática é muitas vezes criticada como superficial, incompleta” (LIMA, 2004, p. 17).

Sobre o jornalismo interpretativo, Lage (2002) afirma ter tido maior reconhecimento no século XX, na Europa, especialmente em países nos quais os intelectuais participavam ativamente do sistema político. O autor define como “um tipo de informação em que se evidenciam consequências ou implicações dos dados” (LAGE, 2002, p. 136).

Lima (2004) afirma que o jornalismo interpretativo

Busca não deixar a audiência desprovida de meios para compreender o seu tempo, as causas e as origens dos fenômenos que presencia, suas consequências no futuro. Vai fundamentar sua leitura da realidade na elucidação dos aspectos que em princípio não estão muito claros (LIMA, 2004, p. 20).

O autor aponta, ainda, alguns pontos que são contemplados pelo Jornalismo Literário (não presentes no jornalismo informativo):

- o *contexto* do fato nuclear ou da situação nuclear – quando se trata de um tema mais duradouro e que não reflita apenas uma ocorrência menos, quase isolada -, para que se tenha uma visão clara de toda a rede de forças, naquele fenômeno focalizado, que lhe determina, impele, faz ser como é;
- os *antecedentes*, para resgatar no tempo as origens do problema, como veio crescendo até o eclodir do fato que se examina ou a maturação da situação que se aborda;
- a *projeção*, visando inferir do presente e do passado os desdobramentos do caso, suas consequências possíveis, seu alcance futuro;
- o *perfil*, que é o lado da humanização da reportagem, já que o jornalismo se diferencia também por ser uma forma de comunicação que se volta para o homem, em última instância, como seu foco central e como tal visa emocionar, ao lado da elucidação racional, para transmitir um retrato completo dos temas que aborda (LIMA, 2004, p. 21).



A intenção é ultrapassar as barreiras do enfoque corriqueiro, construído linearmente, criando bases na profundidade e na problemática contemporânea. Lima (2004) completa escrevendo que, no jornalismo interpretativo não há o contentamento apenas com as relações de causa e efeito, e sim uma “multiplicidade deles”.

## **Aspectos da Literatura**

### **A questão da representação**

A teoria da mimese posiciona a formação literária como imitação da realidade. Barthes (1978), porém, explica que por mais esforços que se empenhe, a Literatura jamais obterá êxito em representar o real. É a partir desse esforço que se dá a força da mimese.

Desde os tempos antigos até as tentativas de vanguarda, a literatura se afaina na representação de alguma coisa. O quê? Direi brutalmente: o real. O real não é representável, e é porque os homens querem constantemente representá-lo por palavras que há uma história da literatura. Que o real não seja representável – mas somente demonstrável – pode ser dito de vários modos: quer o definamos, como Lacan, como o impossível, o que não pode ser atingido e escapa ao discurso, quer se verifique em termos topológicos, que não se pode fazer coincidir uma ordem pluridimensional (o real) e uma ordem unidimensional (a linguagem). Ora, é precisamente a essa impossibilidade topológica que a literatura não quer, nunca quer render-se. Que não haja paralelismo entre o real e a linguagem, com isso os homens não se conformam, e é essa recusa, talvez tão velha quanto a própria linguagem, que produz, numa faina incessante, a literatura (BARTHES, 1978, p. 21).

Outros autores defendem que a única forma de se aproximar do real é por meio da representação, isto é, o real só pode ser representável por meio das representações que a partir dele tomam forma. A mimese é o local onde se alicerça qualquer obra literária. É o produto que o escritor, ou criador de uma arte, apresenta diante da sua apreensão do real.

É importante o entendimento do conceito de mimese e de imitação e seu papel de fio condutor para a abordagem da questão da representação. Partiremos dos estudos de Aristóteles (1992), Platão (1991) e o contemporâneo Luiz Costa Lima (2003). O conceito de mimese remete imediatamente à representação como continente vital à Literatura. A Literatura é um

composto que envolve a ficcionalidade, isto é um processo criativo de um autor que transpõe, retira, entrelaça, sobrepõe um universo de verdades e possibilidades para as letras.

É a realidade que provê subsídios para a criação literária. Por isso, o material literário possui ligação tão forte com o real, colocando, dessa forma, o conceito de mimese em voga. A Literatura, mesmo colocando em questão a condição real – no momento em que faz ficção – tem discurso fixado na realidade. Esse jogo de “é, mas pode não ser”, leva Barthes (1978, p.16) a chamar de “trapaça magnífica” contra a língua, uma vez que a posiciona *fora do poder*, em uma “revolução permanente da linguagem” que ao fim ele chama de Literatura.

Platão encabeça historicamente os estudos a respeito da mimese em *A República*, quando, mesmo caracterizando a imitação em diálogo com a questão da aparência, a considerando uma “cópia da cópia”. Para ele, a mimese é a pura imitação, por isso algo enganoso, não verdadeiro. Em *Poética*, Aristóteles elenca e discorre sobre pontuações que se baseiam nas prerrogativas de mimese e verossimilhança. Ele explica que deve existir a liberdade de se permitir que a narrativa se dê dentro do conceito de verossimilhança. Tomando os conhecimentos de Platão, coloca o conceito de mimese não só como mera cópia mas o reformula, agregando os aspectos de criação e recriação ao conceito. Aristóteles apresenta a “mimese artística” e coloca o objeto já criado em processo de recriações, a partir das relações de sobreposição dos objetos já existentes.

A obra toma a poesia como objeto de estudo e descreve métodos de construção, seus mecanismos de sentido e resultarão, em todos as espécies que ele elenca – entre elas a tragédia e a comédia, por exemplo – a imitação está atrelada à premissa da imitação, o que as confere, dessa forma, o aspecto mimético. O autor deixa claro que essas construções podem se dar das mais variadas formas, de acordo com o a natureza da produção artística.

A imitação seria uma tendência do homem e nela se daria o fermento da arte poética. “Ao homem é natural imitar desde a infância – e nisso difere ele dos outros seres, por ser capaz de imitação e por aprender por meio da imitação, os primeiros conhecimentos; e todos os homens sentem prazer em imitar” (ARISTÓTELES, 1992, p. 40).

No que diz respeito à recepção, Aristóteles revela o diálogo autor/leitor para o êxito mimético da obra (Aristóteles, 1985). Os conhecimentos pré-estabelecidos e as circunstâncias históricas de ambos deve ser levada em conta e esse amontoado de referências que ambos dispõem desembocarão na perspectiva receptiva, peculiar a cada leitor – concomitante a cada momento histórico, social, econômico, cultural, etc. Aristóteles aponta que o prazer final proporcionado

pela imitação está exatamente na afinidade e na reconhecimento do tema imitado. É o que defende também Horácio, que em sua *Arte poética* explica que é indispensável a observação dos modelos reais para a partir deles balizar os modelos a serem criados na obra. Ele revela a necessidade de se basear em “bom senso” para que os construtos representativos sejam exitosos no convencimento.

Luiz Costa Lima toma a mimese em Aristóteles como base de compreensão do ajuntado literário moderno. Dessa forma, assim como o cânone, o autor entende a estética mimética à luz da reflexão pontualmente histórica e cultural. Para ele

[...] o produto mimético é um dos modos de estabelecimento da identidade social, ele assim funciona à medida que permite a alocação de um significado, função da semelhança que o produto mostra com uma situação vivida ou conhecida pelo receptor, o que é sempre variável (COSTA LIMA, 2003, p. 45).

Costa Lima assume a valoração de contextos externos ao texto – as particularidades de vivência do leitor, suas circunstâncias pessoais, seu contexto histórico-social, acrescentando a ele um papel ativo na construção da compreensão da obra. Posto isso, há que se admitir, de acordo com a vivência do autor da obra, a mimese enquanto representação social:

O próprio da mímesis da produção é provocar o alargamento do real; ou melhor o que seria tomando como limite entre o possível e o impossível – como a impressão despertada pelo jogo de luzes e sombras – como um possível atualizado. Em suma o produto rebelde às representações, à aplicação da ideia de Ser, continua a ser um produto mimético se só é capaz de funcionar pela participação ativa do leitor (COSTA LIMA, 2003, p. 181).

Dessa forma, o empenho essencial do entendimento da estética mimética é encará-la como representação social de acordo com as particularidades do autor – e o que ele propõe em sua obra, abarcando, claro, a ideia de que o texto ficcional só desemboca no seu receptor quando nele encontra sentido. Costa Lima é categórico ao explicar que a mimese, dentro da sua expressão primordial de representar, não deve ser confundida com manifestação suprema e absoluta de nenhuma realidade, e sim de articulá-la em objeto capaz de ser assimilável em sua condição discursiva.

Para Foucault, as representações não estão umbilicalmente ligadas a um mundo que lhes cede o seu sentido, mas sim, se abrem por conta própria formam em seu cerne as relações de

sentido e a linguagem – linguagem essa que, à esta altura, está intimamente ligada nessas trocas que a representação faz com si própria.

Não somente na Literatura as prerrogativas de mimese e verossimilhança são indispensáveis ao discurso jornalístico – e mais ainda ao discurso jornalístico literário. Quando a “verdade” se faz irremediavelmente presente e essencial à narrativa noticiosa, observam-se, claro, mecanismos e diferentes aplicações dentro do discurso, sendo amalgamado, arquitetado e tecido de formas diversas, de acordo com a premissa de que os discursos são sobreposições de outros discursos.

A narrativa noticiosa em nenhum momento pode ser *inventiva*, o que não lhe confere a proibição de ser *criativa*, capaz de inspirar o prazer da leitura por meio das suas estratégias de construção textual e na sua força de articular searas distintas (jornalísticas e literárias) na transformação do fato trabalhado (como Jornalismo) – e retrabalhado (como Literatura). Os construtos internos do Jornalismo e da Literatura certamente carregam divergências, porém, no que tange sua responsabilidade em bases verossímeis e miméticas, muito se alimentam da mesma fonte. É importante perceber que a mimese e a verossimilhança não devem se incluir e estarem presentes apenas no cabedal da Literatura, isto é, dos discursos que aceitam as narrativas ficcionais, mas sim, também, nos discursos que se alicerçam na factualidade e na verdade, como os discursos jornalísticos.

## **Verdade *versus* Realidade**

A discussão que envolve as relações que permeiam a realidade e a ficção calha na discussão dos dois discursos que estão no horizonte imediato da pesquisa: o factual e o criativo. Ao factual, o jornalístico, cabem a objetividade e o real. Ao criativo, por sua vez, o ficcional e o estético. O universo próximo dos dois conceitos também é o objeto de White – que tratará a história como construto da verdade:

A distinção mais antiga entre ficção e história, na qual a ficção é concebida como a representação do imaginável e a história como a representação do verdadeiro, deve dar lugar ao reconhecimento de que só podemos conhecer o real comparando-o ou equiparando-o ao imaginável (WHITE, 2001, p. 115, grifos do autor).

Como entendido anteriormente, as relações entre a verdade e a ficção se firmam na mesma base do imaginário (White, 2001), o que lhes confere convergências e divergências. O

entendimento da dimensão que se dão os discursos dos conceitos pode ser difuso exatamente pelas aproximações.

Para o autor, a construção a realidade se dá a partir de escolhas de quem a constrói, e é por isso “que não se trata de fazer uma escolha entre objetividade e distorção, mas entre diferentes estratégias para constituir a ‘realidade’ no pensamento, de modo a lidar com ela de maneiras diferentes” (WHITE, 2001, p. 37).

A elasticidade entre o fio que liga os mundos da realidade e da ficção leva a crer que discutir a pretensão de discursos que se pregam absolutos a respeito da verdade é vital para caminhar em direção à discussão ampla. A forma como se dá a apresentação da realidade em um discurso – texto – está diretamente ligada à apreensão da miríade de possibilidades de contextos. É o que lembra Costa Lima quando diz que “as modalidades discursivas mantêm circuitos dialógicos diferenciados com a realidade” (COSTA LIMA, 2006, p. 385).

Dissociar os discursos da ficção e da realidade é algo, no mínimo, dispendioso, e por que não, impossível, de se fazer. É, na mesma medida, arriscado. Isso porque a natureza de um discurso é aberta a dilatações, mutações, sobreposições. Sua natureza é aberta. “A ficção implica na presença de uma aporia<sup>10</sup> diversa daquela que respalda a escrita da história: não se pretende ser uma investigação do que foi, sem que, por isso, o mundo de fora deixe de tocá-la” (COSTA LIMA, 2006, p. 225). Os teóricos Welck e Warren explicam que “a verdade na literatura é o mesmo que a verdade fora da literatura, isto é, conhecimento sistemático e publicamente verificável” (WELCK; WARREN, 2003, p. 29). Ideia confirmada por Barthes, que mostra que a Literatura “é absolutamente, categoricamente realista: ela é a realidade, isto é, o próprio fulgor do real” (1978, p. 16).

A ficção, por mais que tenha suas bases nas apreensões subjetivas e suas criações sejam amplamente criativa, também podem – e o fazem – abarcar um discurso que seja factual, apurável, certificável. O discurso literário, por mais que sua construção seja criativa e solta, não dispensa os pés no campo da verossimilhança e de um mundo real. O Jornalismo, de acordo com seus dispositivos de funcionamento e artimanhas de construção de discurso compreende que é importante ter sua apreensão e trato do real como objetos capazes de se fazerem críveis. É nessa premissa que se baseia a sua influência planetária – baseada em

---

<sup>10</sup> De acordo com Comte-Sponville (2003), em seu *Dicionário Filosófico*, a aporia é um enigma que nos recusamos a decifrar. É um problema mais do lógico do que místico ou espiritual. O autor a define como uma contradição insolúvel para o pensamento.

credibilidade. Há de se admitir – e o próprio Jornalismo deveria fazer o mesmo – que os mecanismos por onde perpassam seus discursos baseados em verdade, suas formas, suas artimanhas, seus meandros de sobreposições nada mais são do que tornar discurso, mesmo que de forma velada, ficcional.

### **Bakhtin: Dialogismo e Polifonia**

Diante de um discurso tão transpassado por outros discursos, tão amplo para aplicações teóricas e metodológicas da análise e da crítica, a Literatura apresenta-se como construto complexo para fornecer um conceito e uma metodologia de análise absolutos. Em sua teoria literária, Mikhail Bakhtin (1895/1975) tece seus pensamentos e metodologias de análise, sobretudo a partir os textos do gênero romance – em especial os romances de Fiodór Dostoiévki – e expõe a relações da linguagem e seu dialogismo e as interações verbais (2002; 2006; 2008). Suas reflexões expõem as fragilidades dos paradigmas do estruturalismo como força de análise literária e subscrevem substancialmente o ostracismo dessa corrente. Bakhtin refuta os métodos de análise fechados e de ferramentas absolutas. Sua metodologia muito se aproxima dos estudos de Foucault, que compreenderam uma nova abordagem das relações discursivas.

Além dos conceitos, como o de “polifonia” – que remete à abertura do discurso –, Bakhtin propõe o aspecto não findado desse discurso – o que ele chama de “não-finalizabilidade” – propondo que, imprimindo a ele o aspecto de amplitude, muitas variáveis de transformações são iminentes. Dessa forma, o autor tenta entender como e porque o romance é um gênero tão exitoso a partir de seu discurso, formas de construção, linguagem.

Para Bakhtin, a formação do discurso romanesco parte da apreensão da vivência comum. É a partir de suas artimanhas de construção que se dá o objeto de observação que o autor destaca para traçar suas reflexões. Sua concepção traz uma nova forma de colocar a natureza da linguagem, por meio do dialogismo, como método eficiente na identificação e mapeamento de domínios discursivos. Dessa forma, encarando a amplidão e evidente abertura que um discurso pode conferir, ele expõe a dicotomia que reconhece a realidade discursiva sobre dois prismas distintos: a finalizada e a dialógica (Bakhtin, 2006).

Ao reconhecer o aspecto do não-finalizado, Bakhtin colhe, como produto, o benefício da interação verbal. Esse processo se dá a partir do momento que as palavras são deslocadas e

dotadas de neutralidade (Bakhtin, 2006). O autor acredita que o aspecto de não finalização que o romance confere, atribui uma forma peculiar capaz de singularizá-lo junto aos outros formatos de discursos ficcionais. Essa abertura – não prejudicial, mas sim benéfica no que se refere à interação com outras instâncias ligadas às questões da enunciação – pode proporcionar complementaridade discursiva à Literatura. Outra instância que o russo atribui positivamente à pluralidade do discurso literário é o dialogismo, isto é, sua capacidade de aceitar e incorporar o “outro” – diálogo – liga-se a isso a noção de “heterogeneidade”, isto é, que um discurso é constituído a partir de outro discurso, o que o faz falar aquilo “que já foi dito”.

Para Bakhtin, o romance é o gênero a que melhor se aplica este funcionamento, é por isso se aproxima da complexidade de vivências que existem fora do texto – no contexto extratextual. É o que citam os estudiosos da obra bakhtiniana Morson e Emerson (2008), quando explicam que Bakhtin concebia o mundo como um lugar que é, na mesma medida, confuso, aberto:

A polifonia, o cronótopo do romance, alguns tipos de diálogo, a “unidade aberta” da cultura e muito outros conceitos-chave servem como modos de compreender como o mundo seria suficientemente ordenado para o genuíno conhecimento científico e, não obstante, aberto para a verdadeira criatividade (MORSON; EMERSON, 2008, p. 56).

São inerentes ao romance esses aspectos que permitem ao autor o diálogo com as instâncias que permeiam o discurso. Desde a enunciação, as estratégias discursivas e a estilística, o gênero, segundo Bakhtin, sustenta essas interações dialógicas. Essas instâncias que perpassam o discurso literário formam e transformam, de alguma maneira a gênese desse discurso que, mais tarde, se desembocará em uma identidade passível de ser identificada e elevada por mecanismos de crítica e análises literárias sistematicamente abertas.

O diálogo com o outro – que cumpre a recepção –, estabelecido por Bakhtin enquanto o conceito de dialogismo vai contemplar os mesmos benefícios e o autor (narrador) no discurso. O russo explica que

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. [...] O livro, isto é, o ato de fala impresso, constitui igualmente um elemento da comunicação verbal. Ele é objeto de discussões ativas sob a forma de diálogo e, além disso, é feito para ser apreendido de maneira ativa, para ser estudado a fundo, comentado e criticado no quadro do discurso interior, sem contar as reações impressas, institucionalizadas, que se encontram nas diferentes esferas da

comunicação verbal [...] o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc. (BAKHTIN, 2004, p. 123).

Assim como no texto literário, que tem a polifonia como componente estético discursivo, o discurso jornalístico – fundado na narrativa preocupada com o empírico que o formato noticioso demanda –, também abriga em seu núcleo genético a polifonia. O Jornalismo, e nessa esteira, também, o Jornalismo Literário, faz uso da prática polifônica quando, em seu discurso, abre espaço para adições, evidenciando, dessa forma, seu discurso nunca finalizado, isto é, fechado. Entende-se que, mesmo com essa transformação pelas quais passam as formações discursivas, não há perdas de tradições ou peculiaridades do discurso jornalístico, uma vez que ainda existe respeito em relação às questões tão quistas desse discurso, como o compromisso com a veracidade dos fatos.

### **Quando o Jornalismo e a Literatura se encontram: o Jornalismo como gênero literário**

Proença Filho (2001) afirma que só existe Literatura (essa que utiliza uma língua como suporte) onde existe um povo e o desenvolvimento de uma cultura. Para ele, a Literatura é um meio de comunicação especial que possui uma linguagem peculiar. O texto literário, por sua vez, pode ser considerado um objeto linguístico na mesma medida em que é estético e ideológico. A liberdade para criação é uma característica marcante no discurso literário. O autor afirma que não existe gramática normativa para interferir no texto literário, e estabelece que, diferentemente da linguagem comum, o discurso literário envolve dimensões universais, individuais, sociais e histórias.

O texto da literatura é um objeto de linguagem ao qual se associa uma representação de realidades físicas, sociais e emocionais mediatizadas pelas palavras da língua na configuração de um objeto estético. O texto repercute em nós na medida em que revele emoções profundas, coincidentes com as que em nós se abriguem como seres sociais (PROENÇA, 2001, p.7-8).

O autor segue explicando que narração pode ser compreendida como uma sucessão de fatos em uma sequência ordenada. Ele também comenta que a narrativa é a “designação genérica atribuída aos textos em que se caracteriza uma sequência de acontecimentos, ou uma história”



(PROENÇA, 2001, p. 52). Sobre a narrativa literária, para Benjamin (1985), a fonte dos narradores é a experiência passada de um indivíduo para o outro, o que define seu senso prático em uma característica natural. Para o autor, a narrativa é uma forma artesanal de comunicação, na qual não há a intenção de conduzir a narração como acontece em um relatório.

Mas, será possível considerar o jornalismo uma manifestação literária? Alceu Amoroso Lima explica que, na medida em que o jornalismo utilizar a palavra superficialmente, estará longe de ser considerada Literatura. Para ele, o jornalismo só é Literatura quando exerce a expressão verbal “com ênfase nos meios de expressão” (LIMA, 1969, p. 23). Lima (1969) configura o Jornalismo como gênero literário devido às características como a atualidade, a objetividade, o realismo, a precisão, a concisão, a clareza e a cultura:

O gênero literário, portanto, em vez de ser como queriam os antigos, um tipo de construção estética determinada por um conjunto de normas objetivas a que toda composição deve obedecer – é um tipo em construção estética determinada por um conjunto de disposições interiores em que se distribuem as obras segundo as suas afinidades intrínsecas e extrínsecas. Nessa concepção flexível e não rígida de gênero literário é que podemos incluir o jornalismo (LIMA, 1969, p. 18).

O autor, porém, faz ressalvas quando leva para o centro da discussão as questões que estão ligadas à estilística:

Se considerarmos a literatura como arte da palavra com fim puramente estético, então não podemos colocar o jornalismo como um pretendente a essa dignidade e muito menos como um gênero literário. Sou dos que consideram a literatura como arte da palavra. Mas como arte da palavra compreendida no sentido do senso comum – isto é, da expressão verbal como ênfase nos meios e não como exclusão dos fins. A literatura não substitui os fins pelos meios, como quer essa concepção puramente extremada. Ela faz dos meios um fim, mas sem excluir outros fins (LIMA, 1969, p.21-22).

Amoroso Lima aponta que o gênero se pontua na pluralidade de esquemas que vão relacionar estéticas peculiares e amplas que desembocarão em uma expressão. Ele acrescenta que essas expressões se dão por meio das palavras – elementos que se apresentam com próprio e diferenciado se comparado às outras artes. O autor considera Literatura toda expressão que sua forma de manifestação seja a palavra e seu esmero estético se encontra na foco que lhe é conferido.

O Jornalismo é igualmente um gênero que se constitui pela palavra. As construções noticiosas se baseiam em um mecanismo próprio que se imbricam em um jogo de manejos de palavras, porém, nem por isso, deve ser considerado um texto literário. Sua intenção primordial é a representação de uma realidade cujo alicerce seja a verdade – um mundo factual e não imaginário.

Amoroso Lima elenca quatro qualidades específicas do Jornalismo que indicam sua vocação informacional (que a distancia do discurso literário): é uma arte verbal e uma arte verbal em prosa, é uma prosa de apreciação e é uma apreciação de acontecimentos. O estudioso lamenta que o Jornalismo seja encarado de forma depreciada e rasa.

## **A questão discursiva**

### ***A análise textual e os gêneros do discurso literário aplicados ao Jornalismo Literário***

#### **Crônica**

A crônica é um gênero de margens tão igualmente difusas quanto as do livro-reportagem. Apesar de sua natureza jornalística (em uma história secular íntima), seu formato abriga harmoniosamente as discursividades literárias, na verdade, articula discursos histórico, jornalístico e literário. Melo cita Diaféria, que quase como uma poesia, descreve a beleza que cabe na estrutura de uma crônica:

A crônica descobre pessoas no meio da multidão de leitores. Ela revela ao distinto resfriado e de nariz pingando, que assoa e vocifera. A crônica serve para mostrar o outro lado de tudo, dos palanques, das torres, dos eclipses, das enchentes, dos buracos, do poder e da majestade (DIAFÉRIA *apud* MELO, 1985, p. 120).

Para a estrutura da crônica, o autor/jornalista/escritor leva sua apreensão de mundo a partir do cotidiano, do dia a dia, do corriqueiro que está à sua volta. Essa realidade é apresentada de forma naturalizada e adaptada a uma expectativa de compreensão pelo leitor, exatamente porque ali há algo que ele identifica: uma realidade comum. Na crônica, a apreensão e concepção do real não possui a obrigação de se fincar única e exclusivamente no informativo. Em seu contrato de escritura e leitura não há a preocupação em evidenciar as relações de

deslocamento discursivo. Seu formato se encontra no elo entre os textos de informação e entretenimento.

Para Afrânio Coutinho, “Cronistas foram também os primeiros romancistas, notando-se que o romance urbano ou de costumes era, por assim dizer, um desenvolvimento natural da crônica” (COUTINHO, 1997, p. 124). O gênero já passou pela história, ao ser utilizado como relatos de momentos históricos (guerras, por exemplo): “sentido de relato histórico que a crônica chegou ao jornalismo” (MELO, 2003, p. 149). A ascensão do modelo de crônica mais próximo do atual se deu em um período em que a Revolução Burguesa chegou à imprensa e motivou um movimento análogo, movendo a comunicação para um novo formato objetivo, com finalidade. Ao longo de sua prática, o gênero sofreu adaptações, o que lhe confere certa legitimidade discursiva. A crônica é um objeto cuja natureza é interdiscursiva, por isso cabe incluí-la tanto ao discurso do Jornalismo, quanto no discurso da Literatura sem que haja perdas discursivas ou trocas injustas. Muitos escritores brasileiros – até mesmo os canônicos, como Machado de Assis e Clarice Lispector – estiveram relações com o jornalismo:

Crônica e cronista passaram a ser usados com o sentido atualmente generalizado em literatura, é um gênero específico, estritamente ligado ao jornalismo. [...] O uso da palavra para indicar o relato e comentário dos fatos em pequena seção de jornais acabou por estender-se à definição da própria seção e do tipo de literatura que nela se produzia. Assim, a crônica passou a significar outra coisa: um gênero literário de prosa, ao qual menos importa o assunto, em geral efêmero, do que as qualidades de estilo, a variedade, a finura e a argúcia na apreciação, a graça na análise de fatos miúdos e sem importância, ou na crítica de pessoas. Crônicas são pequenas produções em prosa, com essas características aparecidas em jornais ou revistas. A princípio no século XIX, chamavam-se as crônicas “folhetins”, estampados nos rodapés dos jornais (COUTINHO, 2003, p. 120).

O discurso cronista possui uma relação íntima e direta com o que acontece no ambiente que emerge. Dessa forma, ele é leal a atualidade, agindo, também, como ferramenta de crítica social. Há uma trama de palavras mais livre do formalismo, que incorpora aspectos verbais e se aproxima da forma coloquial de se estruturar. Isso lhe agrega a intimidade, bem como a enunciação pessoal, de opinião. O discurso interage com o leitor (e com as relações públicas) e responde às suas expectativas.

Durante muito tempo predominou-se o formato de relatos de aspecto interpretativo, tecidos de forma autoral, com tom pessoal do autor marcante. Suas temáticas iam do esporte à política. Mais tarde – no Brasil do século XIX – é que o texto tomou forma mais familiar da que é

conhecida hoje. É o formato mais comum que ainda possui espaço no jornalismo factual. É interessante observar que mesmo nos veículos cujas redações são enxutas, há um espaço cativo para a publicação do gênero, mesmo que seja antagonista à narrativa noticiosa.

## **Biografismo**

Sobre o sujeito biografado e a peculiaridade da narrativa biográfica, Vilas Boas (2004) explica que a biografia “em rigor é a compilação de uma (ou várias) vida(s). Pode ser impressa em papel, mas outros meios, como cinema, a televisão e o teatro podem acolhê-la bastante bem” (VILAS BOAS, 2004, p. 18). Massivamente impostas pela mídia (em suas mais variadas instâncias), as figuras das celebridades absorveram grande parcela do interesse do leitor. O autor alerta para o cuidado de se promover essas celebridades a título de heróis, enquanto Pena (2002) busca em Featherstone uma possível explicação para a espetacularização de uma vida falsamente construída com bases no heroísmo:

[...] na contemporânea cultura de consumo, a vida heróica ainda é uma imagem importante. Só que esta é uma pseudo-vida heróica, já que os heróis não são heróis, apenas “interpretam heróis”. Sua valorização está na capacidade de representar efeitos dramáticos e manter fascínio sobre si. Em outras palavras, na capacidade de se tornarem celebridades (PENA, 2002, p. 152-153).

A eleição de uma figura para ser biografada deve estar sujeita a inúmeras hipóteses, Vilas Boas indica que

Os biógrafos tendem a preferir biografar um indivíduo (bandido ou herói) que ao menos mereça o seu respeito e estimule sua capacidade individual de investigação. Evidentemente, outros fatores entram no conflitante jogo da criação biográfica, como o mercado, as preferências centrais do autor, sua relação com o personagem central, entre outros (VILAS BOAS, 2004, p. 18).

Jean Baudrillard, mencionado por Pena (2002) afirma que a sociedade contemporânea vive, neste momento, uma “musealização” da memória, na qual o que se passou está sendo imediatamente emoldurado para a posteridade. Jesús Martín-Barbero, também citado por Pena, credita esse fato a um conflito moderno da experiência do tempo.

O modelo biográfico atual segue uma linha simples e praticamente universal: uma ordem cronológica explícita. Pierre Bordieu (1998) se mostra relutante com o formato que, segundo ele, cria uma “ilusão biográfica”, uma vez que uma vida não segue uma linha fixa de coerência e ordem. O sociólogo francês salienta que não há uma totalização do indivíduo,

uma vez que seu papel e sua personalidade são mutantes de acordo com seu círculo externo, o que lhe atribui contornos múltiplos.

A biografia como dimensão histórica constitui um local de preservação da memória singular e plural. Os historiadores a adotam, hoje, como método de pesquisa a construção do indivíduo em um laço social, no qual o ele dialoga com a história e esta dialoga com ele. Lima (2004) designa as biografias ao nicho dos “livros-reportagem perfil”. O autor assim os define:

Trata-se da obra que procura evidenciar o lado humano de uma personalidade pública ou de uma personagem anônima que, por algum motivo, torna-se de interesse. No primeiro caso, trata-se geralmente de uma figura olimpiana. No segundo, a pessoa geralmente representa, por suas características e circunstâncias de vida, um determinado grupo social, passando como a personalizar a realidade do grupo em questão. Uma variante dessa modalidade é o livro-reportagem biografia, quando um jornalista, na qualidade de ghost-write ou não, centra suas baterias mais em torno da vida, o passado, da carreira da pessoa, normalmente dando menos destaque ao presente (LIMA, 2004, p. 51).

Ele explica que o livro-reportagem é um instrumento e produto jornalístico porque é

(...) basicamente, a função que o livro-reportagem exerce, apesar de matizes particulares, procede essencialmente, do jornalismo como um todo. Os recursos técnicos com que essa função é desempenhada provêm do jornalismo. E o profissional que escreve o livro-reportagem é, quase sempre, um jornalista (LIMA, 2004, p. 20).

A abordagem da biografia como um subgênero do jornalismo literário traz à tona inúmeros questionamentos pertinentes ao modo de produção literária atual. Dentre eles, podemos destacar: Por que as biografias passaram a se tornar objeto de interesse dos jornalistas e dos leitores? Em que aspecto o texto jornalístico-literário biográfico se diferencia/se aproxima do histórico?

Nenhum outro gênero literário tem sido tão atormentado pela obrigação de incluir. Acadêmicos-biógrafos responsáveis atualmente reúnem centenas e centenas de fichas de dados acerca de seus sujeitos à medida que vão conduzindo a pesquisa, e sentem-se no dever de colocar cada uma delas em seus textos. Passam a surgir biografias monstruosas, cujos autores sequer as consideram material de leitura. São livros de referência, e se não contar tudo sobre seus infelizes biografados em algum lugar entre as páginas do livro – é possível ser descoberto pelo índice remissivo – aí então é uma desgraça (WITTEMORE, *apud* VILAS BOAS, 2004, p.34).

O autor ressalta que “escolher o fato mencionável ou a citação, descartando centenas de outras (...) demanda uma habilidade ausente em alguns biógrafos, mas todos são forçados a buscá-la, queiram ou não” (VILAS BOAS, 2004, p. 68), e destaca o benefício da utilização de ferramentas da sociologia e da antropologia no reforço do atravessamento disciplinar tão peculiar ao discurso biográfico.

Em *Teoria da biografia sem fim* (2004), Felipe Pena cita Philippe Lejeune e seu pacto referencial para explicar a relação de acordo entre o biógrafo (emissor) e o receptor (leitor).

Ele diz:

Na análise de Lejeune, há uma relativização da função referencial [...], que teria compromisso direto com o real, a verdade. O que parece pertinente, pois o que se poderia chamar de “verdade”, certamente está inserido em um modelo de expressão no mínimo dotado de linguagem, o que já está suficiente para tal relativização. Mas ainda há as dificuldades apontadas pelo autor, que são a ideologia de quem produz, a distância entre a intenção e a forma pela qual ela é recebida, e elementos externos como a publicidade e tentativas de classificação de gênero, além das diversas possibilidades de leitura seja pela crítica ou pelo leitor médio. Assim, Lejeune divide a função referencial entre os conceitos de identidade, ligada ao fato estabelecido; e a semelhança, ligada à fidelidade do texto ao modelo extra-diegético e suas significações (PENA, 2004, p. 9).

Para Pena, “o compromisso com a realidade exterior à obra (de acordo com o paradigma de semelhança) e a submissão às chamadas provas de verdade são aspectos essenciais do discurso biográfico” (2004, p. 10). Os campos da história, da Literatura e do Jornalismo estão harmonicamente interseccionados na intenção de um produto final híbrido e narrativamente singular. O Jornalismo Literário deve ser visto como um formato original e de metodologias próprias, o que lhe concede um discurso diferenciado sim, mas, sobretudo dotado de alteridade. É um gênero híbrido e interdisciplinar, que se apoia em outros variados discursos em seu processo teórico-epistemológico. O gênero é a miscigenação das técnicas, procedimentos e elementos do jornalismo tradicional construcionista, somado a essas mesmas ferramentas da Literatura, em especial do romance, gênero moderno. A construção textual é especialmente trabalhada em um método – não fixo – em que a dimensão autoral, a experiência externa, a linguagem e abordagem de nuances é de insubstituível importância.

### **O texto Perfil**

Contrapondo a amplitude que o texto biográfico em livro deve contemplar, o texto perfil diz respeito a apenas alguns momentos da vida do personagem. Vilas Boas (2003) pondera que

em alguns aspectos o perfil é uma narrativa curta (em relação à biografia) tanto no tamanho quanto na perenidade das informações e apreensões do repórter. Diferentemente do Jornalismo regular, os perfis não têm caráter noticioso, isto é, o repórter se utiliza de técnicas jornalísticas para a apuração, porém, o que chega ao leitor não é uma notícia. Segundo Coimbra (1993), o perfil é a reportagem que enfoca em uma pessoa, cuja vida é contada. “A experiência humana é nossa principal referência. Mas o jornalismo convencional – rígido, cartesiano, funcionalista – apresenta o indivíduo abstratamente” (VILAS BOAS, 2003, p. 18).

O perfil é o que Coimbra chama de “reportagem narrativo-descritiva de pessoa”. Para Vilas Boas (2003), para a produção de um texto perfil não há necessidade de apego à objetividade, tão importante ao jornalismo convencional, já que, quanto maior a proximidade do jornalista com o perfilado, melhor será o resultado do texto:

Os perfis cumprem um papel importante que é exatamente gerar empatias. Empatia é a preocupação com a experiência do outro, a tendência a tentar sentir o que sentiria se estivesse nas mesmas situações e circunstâncias experimentadas pelo personagem. Significa compartilhar as alegrias e tristezas de seu semelhante, imaginar situações do ponto de vista do interlocutor (VILAS BOAS, 2003, p. 14).

O autor explica que aconteceram mudanças no modo de produção dos textos de perfil, que desde a década de 1930 começaram a retratar figuras mais humanizadas em seus textos. Ele afirma que personagens famosos são os que recebem maior atenção da imprensa, em detrimento dos não conhecidos, que recebem notoriedade apenas em casos nos quais o grotesco acontece. Personagens não celebridades foram perfilados de Joseph Mitchell, jornalista conhecido por textos publicados na revista norte-americana *The New Yorker*. Para Coimbra (1993), esses personagens não conhecidos são classificados como “anáfora”, cuja imagem, e todas as informações necessárias para conhecê-lo, são descobertas a partir do próprio texto.

Os perfis ganharam maior notoriedade a partir das publicações nas revistas norte-americanas *Life*, *Vanity Fair*, *Esquire* e outras. Vilas Boas (2003) aponta que a utilização de trechos narrativos incorporados a um texto descritivo pode ser interessante à composição de um texto perfil. Para Coimbra (1993), o jornalista deve ter alguma noção a respeito de procedimentos literários para a construção de um bom perfil. Ele explica que a observação, aliada ao uso de estratégias literárias resultarão em um bom trabalho. É importante lembrar que os perfis não

podem ser considerados totalmente Literatura, exatamente porque não são, em princípio, ficcionais:

Com o jornalismo literário, o autor pode ser observador ou até mesmo um participante da ação. Além do visto, o não-visto – pensamentos, sentimentos, emoções – é descrito a partir de um trabalho de campo efetivo, de uma apuração vigorosa, de uma entrevista pautada pelo tempo farto, pela atenção e pela acuidade. Os sentidos do repórter se encontram permanentemente alertas na leitura dos acontecimentos – seja uma cor esmaecida, um sopro quente, um aceno interrompido, uma textura áspera, um aroma inesperado, um suspiro que se liberta, um ranger intermitente (NECCHI, 2007, p. 5-6).

Para análise desse tipo de texto, Vilas Boas (2005) o divide em quatro partes – fazendo referência a Leonardo da Vinci, que dizia que para analisar um rito deve-se dividi-lo em quatro. São elas: lembrança, espaço, circunstância e interação.

Da lembrança flui a história de vida; o espaço é a geografia do encontro – a tela do portrait, digamos; a circunstância representa o tal ‘momento significativo’ a que se referiu Cartier-Breson; e a interação é o que leva a uma expressão (facial, gestual, opinativa, etc.) (VILAS BOAS, 2003, p. 20).

Vilas Boras (2003) afirma que, no Brasil, os perfis ganharam notoriedade a partir da revista *Realidade*. Ele tece algumas características do texto da época, como a mistura de autoria e participação do repórter nas reportagens e seu comprometimento profundo no processo de captação do real, revelação de detalhes, atenção ao cotidiano e, principalmente, a atenção às peculiaridades físicas e comportamentais dos personagens. A intenção era montar um retrato mais próximo do literário possível. “O jornalista que descreve procura colocar o leitor em posição visual de compreender o acontecimento, a narrativa, como localizado num determinado espaço” (OLINTO, 2008, p. 39).

O repórter que escreve um texto perfil, portanto, deve estar atento às técnicas jornalísticas como apuração de informações e entrevista, adotando, em consonância, técnicas literárias que tornarão seu produto, principalmente, atraente para o leitor.



## O livro-reportagem

O livro-reportagem (ou romance-reportagem) é um objeto que suscita questionamentos a respeito da base de sua natureza. Por se tratar de um produto jornalístico, muito são questionadas as margens que permeiam o seu discurso com a Literatura. Desde que o discurso jornalístico começou a influenciar o literário, há a compreensão que se trata de uma mescla de apreensões (sobretudo a partir dos mecanismos do Jornalismo de apuração) para a obtenção de um produto esteticamente literário, sem que, com isso, o conteúdo informativo seja detrimido. Edvaldo Pereira Lima, em *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da Literatura* (2004), explica que este gênero proporciona um espaço no qual uma abordagem “ampla, profunda e completa” se torna possível – isto é, contemplando a dimensão e o turno que forem demandados – dimensões editoriais que as redações noticiosas modernas, de acordo com o seu ritmo de produção, não conseguiriam suportar: “A narrativa de profundidade deve possuir qualidade literária” (LIMA, 2004, p. 133). De qualquer modo, os romances-reportagem se popularizaram e tomaram contornos que contemplavam “tanto um tipo particular de narrativa que mistura Literatura e jornalismo, quanto uma das tendências dominantes na ficção brasileira da década de 1970” (COSSON, 2002, p.60). Cosson atribui autonomia e concebe ao discurso do gênero um hibridismo que funde “a força política do jornalismo com a força poética da literatura” (COSSON, 2002, p.70).

A ascensão do livro-reportagem no Brasil se deu no período da Ditadura Militar (sobretudo na década de 1970), quando a censura sobre as publicações literárias era relativamente mais branda do que no discurso noticioso. Nos Estados Unidos da América, Truman Capote foi um dos pioneiros do estilo, quando dizia fazer o que ele intitulou *non fiction novel* (romance de não ficção). Sua obra mais conhecida, *A Sangue Frio*, foi durante muito tempo *best-seller* ao redor do mundo. Há aqueles que dizem que, ao escrever *Os Sertões*, Euclides da Cunha já produzia livro-reportagem em 1902. A junção harmoniosa dos dois discursos proporciona ao gênero uma credibilidade no que tange a arqueologia de discursos que apreendem as realidades circunstanciais de períodos históricos em que emergem. O livro-reportagem faz, sobretudo, um retrato contemporâneo que explicita elementos sociais, e por isso possui bases tão fincadas no discurso jornalístico/histórico.

Sobre esse truncamento de questões, Lima (2004) explica que a própria adoção de aspectos estilísticos, de linguagem e apresentação especialmente literárias e aspectos de escolha de

pauta, apuração, redação e edição, especialmente jornalísticos já evidenciam a amplitude de discurso do gênero. Ele ainda aponta que, para se adequar ao perfil editorial sugerido pela indústria faz com que o formato acabe por se assemelhar, mesmo que implicitamente, às estilísticas românticas da narrativa.

O livro-reportagem, muito grosso e simples modo, articula a Literatura com a realidade que afeta a vida em sociedade, seja de forma mais – ou menos – imediata. Em narrativa de profundidade, pode proporcionar ao leitor um produto apurado, inteligente e sensível. Supõe novas abordagens, oferece possibilidades sem que se perca a informatividade de vista. Sua estrutura pode ser entendida como a extensão tanto das narrativas convencionais do dia a dia, quanto, principalmente, das narrativas das grandes reportagens, ou seja, são grandes reportagens em formato de livro.

## ANÁLISE DE *CORPUS*

### Considerações sobre o recorte do *corpus*

Insta relembrar, neste momento que, ao ser lançada, a revista *Realidade* marcou o auge do emprego da reportagem no Jornalismo brasileiro. Ressalta-se o tratamento diferenciado às pautas, a abordagem sutil, porém, profunda dos temas – muitas vezes reflexos dos anseios, das dúvidas, enfim da mentalidade da sociedade brasileira daquele momento. A publicação foi lançada no período de Regime Militar (1966) no qual houve constante perseguição às manifestações de opiniões contrárias ao Governo, principalmente à imprensa. *Realidade*, além ao contrapor o modelo industrial de se fazer Jornalismo (único da época), se utilizava de formas para contornar possíveis interferências do Poder. Esse fator configurava mais um motivo para estimular a criatividade do repórter na construção de seu texto.

Em ambas as publicações (*Realidade* e *piauí*), não se encontram a apropriação da objetividade pura e dogmática, tão pouco formas sintéticas de informar. Ao debruçar-se sobre seus textos, não é difícil perceber que o autor penetra facilmente na narrativa, agindo como repórter/personagem, assumindo um tom autoral em sua narração dos fatos.

*Realidade* fora o primeiro investimento da Editora Abril em uma publicação de informações gerais. Na época de seu lançamento, a Abril possuía 16 outras publicações, todas elas segmentadas. Curiosamente, é mais ou menos nesse quadro que estreou a *piauí*, 40 anos depois. Aparentemente, a fórmula de sucesso de ambas as revistas, das quais foi extraído o *corpus* da pesquisa, pode ser atribuída à liberdade do autor em desvendar, acrescentar, misturar, mobilizar, aprofundar-se. Para ambas não existe tempo máximo para produção, tão pouco espaço fixo para publicação dos textos.

O fato é que as revistas se implementam em dois ambientes sociais diferentes, com uma concepção de público diferenciada, com anseios de leitores distintos, com recursos informacionais diferentes. Se o público de *Realidade* já estava cansado do produto oferecido pelo Jornalismo convencional, o de *piauí* tem, ao alcance de um clique (no mouse do computador, toque dos *gadgets* sensíveis ao calor ou botão do controle remoto), diversas opções com fórmulas sintéticas de transmissão de informação. A análise não possui a pretensão de abarcar uma totalidade de possibilidades. Os textos recortados proporcionam infinitas entrâncias que renderiam infinitos estudos outros. A intenção é notar aspectos

estilísticos desse produto que mesmo sendo jornalístico, se distancia dos formatos e das referências tradicionais de suas produções.

## ***Apresentação do corpus***

### ***A revista Realidade***

#### ***Notas sobre a revista***

A revista *Realidade* foi lançada em abril de 1966, isto é, no período do Governo Militar. O regime foi instaurado em março de 1964, após um golpe de estado que derrubou o então presidente João Goulart e colocou à frente da Presidência da República o general Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente militar. Estudiosos apontam que os militares justificaram o golpe com a necessidade de reestabelecer a ordem do país, já que o governo de Goulart sofreu com a instabilidade constante desde que o presidente havia tomado parcialmente o poder após a renúncia de Jânio Quadros. Havia também, segundo eles, um perigo de uma revolta comunista, o que transformaria o país em uma república socialista.

Em abril de 1964 foi publicado o Ato Institucional nº 1, com a justificativa de que o País devia manter longe as ameaças do que os militares chamavam de inimigos internos.

O AI-1 prometia manter a Constituição de 1946 e o Congresso Nacional, mas restringiu bastante os poderes do Executivo. Foi suspensa temporariamente a imunidade parlamentar, o que permitiu muitas cassações, também foi extinta por seus meses a vitaliciedade e a estabilidade dos funcionários públicos, o que permitia demissões e afastamentos de pessoas “indesejáveis”, os “inimigos internos”. Nessa época, foram perseguidos principalmente os participantes do governo deposto (MORAES, 2007, p. 40).

Dois anos mais tarde, viria a ser lançada *Realidade*, que circulou nacionalmente. Ironicamente, apesar de ser considerada uma publicação de vanguarda, com um formato nunca antes visto, o perfil editorial sempre esteve atento às relações amistosas com o governo vigente. Era comum, por exemplo, a publicação de perfis de presidentes e autoridades políticas da época. Neste caso, a intenção era apresentar uma outra face do personagem em questão, isto é, a vida cotidiana do lado de fora dos eventos oficiais.

Seu idealizador – e redator-chefe –, o jornalista Paulo Patarra pensou em uma publicação mensal de reportagens que deveria contemplar os seguintes requisitos:

1) revista mensal com muita cor e papel bom; 2) é de classe, de peso, funcionando como ápice da pirâmide de revistas da Editora Abril; 3) para a Editora, a revista é cartão de visita, bandeira, prova de sua capacidade de bem editar; 4) a revista deve trazer prestígio; 5) é de interesse geral, mais masculina que feminina no relacionar e tratar os assuntos. Melhor: é revista masculina porque não feminina; 6) muita mulher precisa ser ganha pela revista; 7) prestígio se consegue com escolha dos assuntos, com a qualidade do texto e apresentação; 8) a receita não é a atualidade; 9) a revista vai precisar equilibrar texto e ilustração, não pode ser revista só de texto ou ilustração; 10) o que deve ser a revista é função direta de duas coisas: a) necessidade e possibilidade da Editora; b) necessidade de possibilidade dos leitores (MORAES, 2007, p. 45).

Moraes (2007) cita Bernardo Kucinsky, autor de um dos mais importantes trabalhos sobre *Realidade*, para dizer que dentro da redação da revista não existia preferências entre um assunto ou outro, e que todas as pautas recebiam o mesmo valor entre a direção e os jornalistas. Ele considera que a publicação é uma das precursoras da chamada imprensa alternativa.

Criada em 1966, em plena revolução da sexualidade e introdução da pílula anticoncepcional, e dirigida por Paulo Patarra, *Realidade* fazia sucesso com um jornalismo baseado na reportagem social, na discussão crítica da moral e dos costumes, mostrando um Brasil real, em profundas transformações. Era também um jornalismo com ambições estéticas, inspirado no *new-journalism* norte-americano, numa técnica narrativa baseada na vivência direta do jornalista com a realidade que se propunha a retratar [...] Por essas qualidades *Realidade* seria uma matriz importante do ciclo alternativo (KUCINSKY *apud* MORAES, 2007, p. 77).

A revista *Realidade* tornou-se êxito editorial com um tipo de reportagem que envolvia o leitor, principalmente, em função da abordagem dos elementos que formava o panorama nacional daquele momento. Com influências do que era chamado de *New Journalism* nos Estados Unidos, seu conteúdo mal poderia se sustentar no formato jornalístico de outrora, rigoroso e objetivo. O profissional jornalista era livre para imprimir seu toque de individualidade, sua forma de expressão, sempre abusando, claro, da experimentação estética.

*Realidade* não se prende ao fato de o dia a dia, propõe sair da coerência para a permanência. Seus temas não são os fatos isolados imediatos, mas sim a situação, o contexto em que esses fatos se dão. Poderíamos dizer que sua concepção do presente é a de um tempo atual dilatado em estendida presentificação (LIMA, 2004, p. 226).

A publicação muito utilizou das técnicas literárias no seu modo de produção de conteúdo. Apresentando matérias que beiravam a polêmica, de cunho investigativo, que dividiam a opinião pública, o piloto da revista foi lançado em 1965, com a tiragem de cinco mil exemplares. Mais tarde, em abril de 1966, a primeira edição oficial foi para as bancas com a tiragem de 251.250 exemplares, que foram esgotados em apenas três dias. Em fevereiro de 1967, atinge o recorde de 505.300 exemplares distribuídos.

Pesquisas para definição de público leitor – e *Realidade* também foi pioneira nessa prática – revelam que a revista dirigia-se predominantemente à elite nacional, ou seja, à chamada classe média, àqueles que além de poderem pagar por uma revista como *Realidade* tinham acesso à educação, às universidades, e participavam, enfim, dos grandes debates nacionais (MORAES, 2007, p. 17).

Sua última edição seria publicada em 1976, dez anos após seu lançamento. Os motivos de seu encerramento são explicados por novos investimentos editoriais – a revista *Veja* fora lançada em 1968. Apesar de não estar mais em circulação, a revista viria a influenciar novas publicações brasileiras. Segundo José Hamilton Ribeiro (um dos repórteres, que por um período chegou a ser redator-chefe da publicação), o fim da revista pode ser explicado da mesma forma que seu surgimento, ou seja, por meio de circunstâncias conjunturais, que seriam as seguintes, conforme explicou em entrevista à Moraes (2007):

A primeira causa foi essa: foi que a pauta da revista era muito ousada, muito aberta, muito provocativa. Com a ditadura, não pode falar de estudante, não pode falar de sexo e aí já foi um golpe moral. Havia ou outro lado, a editora, a empresa, que bancava a *Realidade*, quando a *Realidade* passa a ser incômoda empresarialmente, toma uma decisão ciente e silenciosa de deixar a *Realidade* fenecer para criar um espaço para nascer a *Veja* (RIBEIRO *apud* MORAES, 2007, p. 63).

### ***Considerações sobre a edição nº1 de Realidade***

A edição de estreia de *Realidade* traz Pelé na capa. Em uma foto em primeiríssimo plano, ele usa na cabeça um *busby* (espécie de capacete típico da guarda inglesa), como referência ao país onde a Copa do Mundo da Fifa aconteceria em junho daquele ano. É a chamada para a matéria principal da edição. Existem mais três outras chamadas na capa em questão: “Aparecida é a santa do povo”, para uma matéria de sete páginas sobre religião – uma cobertura da festa anual que acontece em Aparecida do Norte (São Paulo); “As fotos da vida antes de nascer”, que chama para uma matéria de ciências (como o sumário da edição

classifica), de 15 páginas, sendo que em 14 delas há fotografias coloridas que ocupam cerca de 70% do espaço na página; e, por fim, “São Domingos grita: brasileiros, *go home*”, para uma matéria da editoria internacional, cuja extensão é de dez páginas, também com várias fotografias coloridas.

A edição de 30 x 24cm possui 140 páginas, sendo 38 delas inteiramente dedicadas à publicidade, sobre a “Carta do Editor”, na época o dono da Editora Abril, Victor Civita, pouco se extrai para análise. O texto sugere que o Brasil passava por um momento de renovação (possível referência ao Governo Militar) e que o leitor de *Realidade*, a partir da leitura da revista, estaria melhor preparado para o que estava por vir: “Assim é com humildade, confiança e prazer que dedicamos REALIDADE a centenas de milhares de brasileiros lúcidos, interessados em conhecer melhor o presente para viver melhor o futuro” (CIVITA, 1966, p. 3).

A escolha da matéria a ser analisada se deu por razões estruturais. Inicialmente determinamos que a reportagem deveria ter chamada na capa – por uma questão de importância; matérias com chamada de capa, normalmente, são as maiores e mais especiais, do ponto de vista editorial –, porém, das quatro chamadas, uma é um texto de ficção, o que nos impediria de reconhecer aspectos jornalísticos no discurso; outra é uma galeria de fotos, e a restante possui um texto menor (com mais ilustrações) em relação à reportagem selecionada.

### **Análise da reportagem selecionada**

A matéria selecionada da revista *Realidade* tem como título “A benção, Senhora!”. Com sete páginas de conteúdo, seu texto se mistura com 11 fotos, sendo seis delas coloridas e as outras cinco em escala de cinza. Curiosamente a matéria não possui assinatura do repórter, autor da matéria, nem na chamada do sumário, nem no início do corpo da reportagem. Dessa forma, ao longo da análise o autor será referido sempre como “repórter” ou “jornalista”.

O título do texto, já de antemão, afasta-se dos modelos factuais do fazer jornalístico. Não há *verbo dicendi* tão comum aos enunciados diários. Mais do que isso: há um vocativo. Apesar de remeter “A benção, Senhora” ao “povo” (citado no antetítulo), o chamado já pode ser considerado ousado diante das formalidades do discurso noticioso. O jornalista inicia a reportagem com a descrição de uma cena. Não se sabe em que dia do ano ou semana se passa. O lugar é a cidadezinha de Aparecida (interior de São Paulo), cidadezinha essa que pode ser

considerada a personagem principal da narrativa. O autor descreve, então, uma cena peculiar de algum dia que ocorre naquela cidade:

No meio da noite a igreja está fechada e a cidade é um deserto. Há só um velho homem, sentado na calçada da Farmácia Nossa Senhora Aparecida. No Brasil existe mais de duzentas farmácias Nossa Senhora Aparecida. Nenhuma, porém, merece tanto o nome: esta é a Farmácia Nossa Senhora Aparecida da Praça Nossa Senhora Aparecida, em frente à Basílica Nacional de Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Aparecida. E o velho não está apenas sentado na calçada da Farmácia. O velho está rezando num têrço de contas pretas e graúdas (1966, p. 58).

Observa-se que não existe uma obrigatoriedade de ir direto a algum ponto objetivo de um texto factual. Conhecemos “quem”, “onde” e “o quê”, mas pouco importa para o autor informar o “quando” (sabe-se apenas que foi “no meio da noite”), “como”, “porque” logo nesse primeiro parágrafo. O texto discorre sobre a rotina da cidade de Aparecida, isto é, uma cidade que está intimamente ligada às questões religiosas. A escolha da pauta evidencia relativa distância de uma objetividade tão crucial ao jornalismo tradicional. Fazer relatos ligados a questões religiosas e místicas mexem, substancialmente, com o imaginário pessoal de um indivíduo. Um fiel lê e se reconhece – se transporta para o lugar com a riqueza de descrições que o autor proporciona –, o não crente pondera se encara o relato apenas como redação noticiosa, o cético decide se segue a leitura até o ponto final ou pula para a próxima matéria.

Logo no início da narrativa há o recorte de um personagem. Observa-se, neste momento, que há a eleição de um indivíduo que vai agregar para o relato a legitimidade de um discurso direto, comum aos relatos factuais. Não há, porém, diálogo explícito. Quando o personagem diz “Vou dormir, não” (p. 48), sugere que tenha sido questionado se ficaria acordado. Dessa forma, fica evidente, mesmo que velada, a interação do repórter com a narrativa. O texto corre com a descrição fina – recurso especialmente literário – desse personagem:

E Pedro Cerqueira das Neves, sitiante em Teófilo Otôni, Minas Gerais, volta às suas ave-marias. Sessenta e três anos de idade, nenhum cabelo branco, mãos grandes e calosas, pele tostada, terno de brim e camisa listrada – Pedro é um dos três milhões de romeiros que, no ano passado, visitara a pequena imagem pretinha, encontrada no rio Paraíba há 248 anos por pescadores e transformada, através do tempo, na mais popular e mais nacional devoção do país: Nossa Senhora da Conceição Aparecida (1966, p. 58).



Diagramaticamente, a redação é distribuída em colunas que são divididas por subtítulos. Esses subtítulos ditam mudanças de tempo e de espaço. Sobre a apreensão do tempo, não há, ao longo da narrativa, uma preocupação em seguir uma ordem cronológica de relato de fatos. O autor percorre a história para remontar momentos que julga essenciais para montar o mosaico dramático – e romântico – que sua narrativa demanda. No trecho a seguir, há a utilização, inclusive, de um recurso muito comum de histórias mundiais:

Era uma vez um conde que gostava muito de peixes. Chamava-se D. Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar, general e governador de São Paulo e Minas, que formavam, então, uma só província. Em dia indeterminado, entre 17 e 31 de outubro do ano de 1717, o conde que gostava de peixes passou por Guaratinguetá, vindo de São Paulo e a caminho de Minas. A Câmara quis, então, agradá-lo, com uma peixada que ficasse na história. Ficou (1966, p. 60).

Dessa forma, o autor narrador revela hábitos peculiares da cidadezinha. A partir de uma apuração que não se sabe quanto tempo durou, mas que passa a percepção de que aquele já era um ambiente familiar para ele. Como podemos observar no trecho:

Nos noventa hotéis e pensões sempre cabe mais um. A maioria mantém agenciadores, homens de uniforme branco e boné azul que caem em cima dos romeiros assim que desembarcam. Alguns tomam a mala do recém-chegado à fôrça e arrastam o visitante para a pensão que lhes paga comissão por cabeça. De vez em quando um romeiro, assustado quando lhe tomam a mala, grita:

- Pega ladrão! (p. 62).

Ao destrinchar as passagens que ocorrem na cidade, o autor propõe, ao leitor, que esse se inclua no meio da multidão que visita Aparecida a partir de seu texto. Ao conhecer lugares e rotina, esse receptor experiencia a vivência do local por meio do transporte imaginário que a narrativa possibilita. Há em um momento a utilização de um aspecto muito comum aos enunciados literários: a adjetivação. Neste caso, quando diz “A môça ceguinha queria muito ver a Santa” há, no uso, uma singela intenção de eufemismo (ou quase um disfemismo) para configurar a coloquialidade que o texto confere. Esse aspecto pode ser encontrado ao longo do texto, quando o autor menciona “roceiro” (p. 62) ou faz uso de expressões populares como “Não ficou pedra sôbre pedra” (p. 64). Apesar de existir um jogo de palavras que formam uma rica estética textual, não há preocupações com formalismos de linguagem.

Os personagens descritos são deslocados, não necessariamente pessoalmente interligados, mas ligados no abstrato: a fé na Santa. A descrição minuciosa de comportamento e gestos conferem à narrativa o aspecto dramático que é presente em todo o relato.

No seu nicho de ouro, atrás do altar principal, a imagem de terracota, de 39 centímetros de altura, quatro quilos de peso, manto azul com as armas do Brasil e do Vaticano, cabeça cingida por uma coroa cravejada de pedras preciosas, recebe as primeiras visitas. A fila que se forma para passar diante dela é permanente.

Ali, o ritual é um só: o romeiro lança um olhar para a imagem ao alto, faz o sinal da cruz, coloca com a mão o beijo na parede ao pé do nicho, deixa uma escola no cofre logo abaixo, repete o olhar, o sinal da cruz, e vai saindo. Há lágrimas, sorrisos, suspiros e, às vezes, desmaios. Mas a fila parece sempre a mesma fila e tem sempre os mesmos gestos (1966, p. 60).

Em algumas cenas, o narrador inclui-se no relato e, onipresente, é capaz de descrever gesto a gesto o embaraço e, mais tarde, sentir-se confortável para atribuir sentimentos aos personagens em atuação, como no trecho:

Numa tarde, padre Galvão estava no confessionário quando notou uma moça que tirava os sapatos em plena basílica. Depois, foram as meias. Em seguida, o vestido. Padre Galvão precipitou-se ao encontro da moça que já ia tirando a combinação. Pai e mãe da jovem explicaram aflitos: quando ela era pequena, esteve desenganada e tinham feito promessa de apresentá-la nua à Santa. Não fora possível vir antes, a moça já estava com 17 anos e só agora podiam cumprir a promessa. Padre Galvão explicou pacientemente que a intenção e a visita bastavam, que não era preciso levar a coisa ao extremo e que a jovem devia se vestir e bem depressa. O que foi feito, ainda que os três ficassem desconsolados (1966, p. 64).

Mesmo possuindo caráter tendencioso (na escolha da pauta), há de se pontuar que ao abordar a vida da cidadezinha de Aparecida, existe um valor de noticiabilidade inculcado. A abrangência que se dá o tema é grande, dessa forma, a pauta se justifica em virar reportagem. Insta ressaltar, também, que o autor relata as histórias de fé sem a intenção de que “o que não tem fé” seja convencido a mudar de ideia. O autor deixa em aberto – e isso remete ao aspecto de não-finalizabilidade discursiva e se distancia do dogma jornalístico de responder a todas as perguntas – para que o leitor decida, por si só, de que forma pretende apreender o relato.

O sacrilégio tem força de lenda. Dizem até que os milagres operados por meio da imagem seriam reparação e desagravo pela ofensa recebida. Mas para o povo, para o velho que passou a noite na calçada da Farmácia Nossa Senhora Aparecida, não importa a origem da Santa. O importante é que ela está lá.

- A bênção, Senhora! (1966, p. 64).

Não se sabe de quem são as aspas finais, se do autor ou do povo.

## **A revista *piauí***

### **Nota sobre a revista**

No ano de 2006, ano de lançamento de *piauí*, o Brasil passou por eleições nas esferas estadual e federal dos poderes Executivo e Legislativo. Foram eleitos deputados federais, senadores, governadores e vice-governadores (dos 26 estados e Distrito Federal) e membros das assembleias legislativas (dos 26 estados e da Câmara Federal [DF]), além do presidente e vice-presidente da República. Após passar por um segundo turno, Luiz Inácio Lula da Silva, membro do Partido dos Trabalhadores (PT), garantiu seu segundo mandato consecutivo, superando o concorrente direto Geraldo Alckmin (do Partido Social-Democrata Brasileiro, o PSDB). Durante o mandato anterior (2002/2006), o governo de Lula passou por um período de instabilidade por conta de acusações de corrupção dentro do Partido dos Trabalhadores – o PT. Apesar de todas as acusações, registrava-se, com a vitória na corrida eleitoral, consolidado o apoio popular ao então presidente.

Em outubro daquele ano, com a proposta de criar uma revista com perfil editorial que fosse diferente de tudo o que existia no Brasil, a revista foi lançada na Feira Literária Internacional de Parati, a FLIP – coincidência ou não, teria características tão originais quanto as propostas pelo então *New Journalism* norte-americano, no Brasil, Jornalismo Literário. Seu lançamento resgatou um estilo jornalístico fragilizado havia 40 anos, quando a revista *Realidade* ainda circulava:

A revista nasce da constatação do idealizador, o cineasta João Moreira Salles, com a ajuda de alguns amigos, de que não havia no Brasil nenhuma publicação que reunisse tudo o que gostava de ler: bons textos de ficção, reportagens com abordagem e temas variados, quadrinhos, entre outros, que se materializaram com a criação do veículo (VALENTINI; IJUIM, 2010, p. 76).

Sua primeira edição vendeu cerca de 38 mil exemplares. Hoje, a tiragem mensal é de 60 a 70 mil exemplares. O tamanho físico da revista é de 26,5 x 34,8cm (a página). A revista apresenta uma forma incomum de narrar os fatos. Com bom humor, ironia e de forma

despretensiosa, a realidade brasileira é abordada através de artigos, quadrinhos, ilustrações, contos e outros. O perfil editorial é centrado na singularidade. Não existe apenas um tema a ser abordado. Seu conteúdo se alicerça na diversidade espelhada no que é o Brasil: múltiplo. É importante relevar que, apesar de pautar a contemporaneidade, existe pouca, se não nenhuma, preocupação com a cobertura de “fatos quentes”. A publicação não possui público-alvo definido. É lida por pessoas de ambos os sexos e de todas as idades, “talvez isso explique a heterogeneidade do público, pois, de acordo com o IVC, 14% são jovens de 20 a 24 anos, mas também há pelo menos 6% dos leitores que passam dos 80” (VALENTINI; IJUIM, 2010, p. 78).

Os jornalistas têm liberdade para sugerir assuntos a serem abordados, bem como autonomia para apuração e tempo necessário para a produção (SALLES, 2014). O conteúdo vai de encontro ao que o Jornalismo atual propõe: a redução dos textos, utilização de imagem como informação, a instantaneidade dos fatos. A *piauí* entende que os jornais e revistas atuais comentam um mesmo fato e brigam, dessa forma, com a internet e a televisão pela atenção do leitor. A intenção da editoração, portanto, é narrar a história de forma abrangente e aprofundada. E, sobretudo contextualizada. Os textos são longos e autorais. Para a revista *piauí*, é vital que as narrativas sejam contadas de forma original, não usual, fator que as aproxima das estéticas literárias.

Quando questionado – em entrevista pessoal<sup>11</sup> durante o “Festival *piauí* de Jornalismo”, acontecido em 15 e 16 de novembro de 2014 – se a revista faz Jornalismo Literário, João Moreira Salles, um dos quatro fundadores da revista, esquiva-se e explica que não é jornalista e sim um documentarista, por isso quem deve classificar (ou simplesmente não classificar) são as outras pessoas. Ele explica que vê, nessa classificação, uma pretensão, e que isso diminui o Jornalismo de certa forma. Para o cineasta, é como se para se legitimar e ser considerado bom, o Jornalismo tivesse que tomar de empréstimo categorias de outro campo. Ele acredita que o gênero já é suficientemente interessante, com códigos ricos que não precisam da legitimidade intelectual e estética que venha de outro lugar. Salles explica que entende o construto discursivo de *piauí* como um jornalismo narrativo, o qual se preocupa com a forma, de maneira que o leitor sinta interesse e prazer pelo fluir da história a partir da habilidade que ela é contada, não apenas pela informação, mas também pela sedução da forma. Ele conta que costumava dizer que uma reportagem que dá certo na *piauí* é aquela

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida no dia 17 de novembro de 2014.

sobre um assunto que não interessa ao leitor, ou seja, que está longe de seus interesses mas que, ao arriscar, esse leitor chega até o final do texto. A maneira que a revista “fala”, para Salles está diretamente ligada a uma convicção que ele tem sobre o documentário: o documentário não é um assunto, é uma maneira de falar sobre um assunto. Dessa forma, ele entende que é preciso contar a história através de um personagem, isto é, inverter o caminho óbvio e encarnar a narrativa em um personagem – e não imediatamente num fato noticioso.

A redação é enxuta para o porte da revista: são 15 pessoas, porém, muitos colaboradores – e essas colaborações são algo que Salles insiste em incentivar. Ele conta que a revista é, para muitos autores, o veículo no qual se publica pela primeira vez (sobretudo na seção “Esquina”). Cerca de 90% do total de conteúdo de uma edição é disponibilizado no site oficial da revista sem custos. Lá é possível acessar um acervo que contém as edições passadas, inclusive de outros anos.

### **Considerações sobre a edição nº 97 de piauí**

A publicação que forneceu o *corpus* da pesquisa é uma edição especial de aniversário (o oitavo da revista). A capa é uma ilustração do cartunista Angeli que traz um par de pinguins (o animal é o símbolo da “marca”) ocupando o topo de um bolo, supostamente de festa de aniversário. Além da figura, a capa é composta por 12 chamadas, sendo uma principal – “DILMA E O PODER; O convívio da presidente com Lula e o PT por Daniela Pinheiro” –, uma ilustração que lembra um selo que chama para o “The Alfa Centauro Herald Especial: o mapa astral dos candidatos”, outras 5 do mesmo tamanho – “Na lama, pero no mucho, Graciela Mochkofsky volta do exterior e vê a crise argentina de perto”; “Minha tia com Down, um relato de Nacho Carretero”; “E agora? Wolfgang Streek discute os impasses do capitalismo”; “Já era, Bernardo Esteves acompanha um debate sobre o fim do mundo” e “O sapo mutante, Rachel Aviv e o cientista na mira de um fabricante de herbicida”, e mais outras 5 chamadas menores, localizadas à direita da página – “Diário da Dilma: ‘O povo não gosta de magricela’”; “Campanhas e caçadores da intimidade dos políticos”; “Dublê de escritores: um conto de Marcílio França Castro”; “Os xales de madame Lévi-Strauss” e, por fim, “25 anos de democracia nos cartuns de Angeli”.

Ao todo, a edição possui 84 páginas, sendo 15 delas dedicadas à publicidade (uma delas da própria marca *piauí*, em divulgação do “Festival piauí de Jornalismo”, que viria a acontecer em novembro). Diagramaticamente, o texto é dividido em capitulares (primeira letra da

primeira palavra do primeiro parágrafo ampliada). Quando analisadas, a partir do teor textual em questão, elas são usadas para separar espaços onde determinadas situações acontecem (cenários).

A seleção da reportagem “A afilhada rebelde” se deu por conta de seu destaque na capa da edição. Esse destaque remete à uma estrutura: a matéria é a maior (em volume de texto) em relação a todas as outras ao longo da revista. Além desse aspecto estrutural, há o apelo de noticiabilidade da reportagem. Publicada quatro dias após o primeiro turno das votações presidenciais (e obviamente elaborada muito antes desse período), o texto coloca a presidente-candidata ao segundo mandato em evidência, incutindo, assim, um aspecto de atualidade e relevância aos relatos.

### **Análise da reportagem selecionada**

A reportagem extraída da revista *piauí* nº 97 possui dez páginas, sendo uma delas inteira só ilustrativa e outras seis dividem espaço com publicidade. É um perfil da revista ilustrar a matéria com quadrinhos ou charges (ilustrações), dessa forma, há quatro ilustrações ao longo da matéria. Quem assina a grande reportagem é Daniela Pinheiro, repórter e editora.

A narrativa apresenta relatos de situações e momentos que envolvem a Presidente da República do Brasil Dilma Rousseff, seus eventos presidenciais e bastidores de governo, sobretudo sua relação com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao longo do texto há apresentação de situações pelas quais a personagem passa, com localização de tempo e espaço. Os capitulares são aliados na localização do texto: se houver uma pausa na leitura, fica mais fácil encontrar o trecho no qual a leitura foi interrompida. Eles indicam, também, mudanças de cenários da narrativa, que faz supressões de tempo, abandonando formato narrativo cronológico organizando, da forma que acha mais interessante, a tessitura do relato - há momentos de resgate que vão em 2011 para, em seguida, voltarem para maio de 2014.

Publicada em outubro de 2014, mês de votações presidenciais no país, a reportagem agrega valor-notícia porque tem pauta “quente”: coloca a presidente-candidata em primeiro plano e há interesse público nisso – mesmo que seu formato seja uma grande reportagem, cujo aspecto se assemelha a um documentário, com dados informativos e recortes históricos. Não se sabe o tempo de produção da narrativa, mas diante de sua longa e descritiva perspectiva, decerto, não foi pouco.

O título “A afilhada rebelde” já é um indicativo de que o teor discursivo da reportagem pode apresentar: um tom opinativo. A adjetivação (“rebelde”) é um toque autoral que o formato da piauí (enquanto construção de Jornalismo Literário) suporta. A repórter narra de forma onipresente, isto é, se mostra presente nos relatos que descreve – e em alguns momentos está presente de fato. De forma peculiar e pouco incisiva, ela inicia o texto descrevendo uma cena. Apesar de negar um formato objetivo para a redação, até o fim do primeiro parágrafo a autora responde às perguntas importantes para o Jornalismo tradicional:

Era o final de uma manhã de brisa fria e sol quente, no início de setembro, quando o presidente do sindicato dos taxistas de São Paulo, Natalício Bezerra da Silva, tomou o microfone e se dirigiu à restrita plateia: “Vamos respeitar, hein? Nada de gracinhas. Não se convida uma pessoa para vir na casa da gente e a gente hostiliza.” O grupo aguardava a chegada da presidente da República e candidata à reeleição, Dilma Vana Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, que naquele momento tinha 36% das intenções de votos – o que a colocava em empate técnico, no primeiro e segundo turnos, com Marina Silva, do Partido Socialista Brasileiro, catapultada às alturas nas pesquisas depois da morte do cabeça da chapa, o ex-governador Eduardo Campos, em agosto (PINHEIRO, 2014, p. 19).

A repórter se faz presente por meio dos relatos das fontes, mas não deixa essa presença explícita. Em raros momentos, usa aspas para corroborar o conteúdo ou completar uma ideia. Não há diálogos longos, apenas breves citações: “Quatro dos seis ministros vinham do governo Lula. No PT, comentava-se a facilidade com que Dilma rifava companheiros. ‘Demissões por malfeito são ossos do ofício’, disse ela à época” (p. 20). Em alguns momentos, Pinheiro diz quem falou o quê, mas não aponta nomes: “Um ex-ministro do governo Lula [...]” (PINHEIRO, 2014, p. 21).

Há, também, dados informacionais que o aproximam da objetividade jornalística: “[...] maior colégio eleitoral do país – alcançava 47%. Em âmbito nacional, 34% do eleitorado afirmavam não votar nela [...]” (PINHEIRO, 2014, p. 19). No mesmo sentido, na intenção de legitimar o discurso, a repórter se apresenta como organização, isto é, não faz o relato em primeira pessoa.

Para esta reportagem, foram ouvidas 26 pessoas ligadas à presidente ou ao Partido dos Trabalhadores. A maioria pediu anonimato. Dentre os procurados, apenas Dilma Rousseff e o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, se negaram a falar com piauí (PINHEIRO, 2014, p. 19).

Mais tarde, porém, observamos o que talvez seja um deslize – que está resguardado pelas divisões capitulares que desformam a fluxo cronológico da narrativa: a jornalista escreve em primeira pessoa: “Encontramo-nos quase dois meses antes do acordo de delação premiada [...] encontrei-me com um advogado de um dos réus da Operação Lava a Jato, em um bar do Leblon, no Rio” (PINHEIRO, 2014, p. 27).

Em outros momentos, há uma intervenção tão evidente que, confortavelmente, a repórter se autoriza a expor opinião e acrescentar comentários a partir das informações que tece: “[...] partidos e de mais de 80% do Congresso Nacional garantiriam um governo de sucesso. O resto era contornável. No mais, ele era o grande vencedor da eleição (p. 19); “O empresariado estava encantado” (p. 20); “O estilo Dilma tinha um preço. Uma coisa era ser faxineira quando estava por cima, outra era manter a pose sendo bombardeada de todos os lados” (p. 24); “[...] tem-se uma visão magnífica da Baía de Guanabara” (PINHEIRO, 2014, p. 27).

Alguns dos recursos literários recorrentes da narrativa de Pinheiro são a adjetivação e, algumas vezes acontece o uso de figuras de linguagem, como hipérboles e deboche, que evidenciam o tom pessoal da jornalista: “Ao assumir o mandato, Dilma Rousseff – a gerentona, a mãe do Programa de Aceleração do Crescimento [...]” (p. 19); “Foi um divisor de águas” (p. 20); “O segundo ano de governo começou tépido e inodoro como uma fala de Michel Temer” (PINHEIRO, 2014, p. 20). Reconhecemos também a recorrência de metáforas ao longo do discurso: “Em seu primeiro choque de realidade” (p. 20); “[...] a revista inglesa The Economist pediu a cabeça de Guido Mantega [...]” (p. 24); “Sentada em seu gabinete, batucou no computador, durante horas [...]” (p. 26); “[...] ela decidiu pôr o pé no acelerador” (PINHEIRO, 2014, p. 22).

A jornalista demonstra conhecer bem os mecanismos que circundam o poder presidencial, bem como as estratégias de governo, o que evidencia seu esmero como repórter que se preocupa em cobrir um fato em sua amplitude: “[...] que tinha pouco a mostrar e teve importante papel na elaboração do Mais Médicos e do Pronatec – duas vitrines do governo” (PINHEIRO, 2014, p. 26).

A relação com a personagem principal, apesar de não ser diretamente pessoal, faz o leitor crer que o nível de conhecimento a respeito daquela mulher que está em cena é tão grande a ponto de ser possível reconhecer hábitos, sentimentos, haver interpretação de gestos e de tom de voz, identificados nos trechos: “Costuma dizer que [...]” (p. 22); “Com voz mansa [...]” (p.



24); “Mais uma vez, ela entendeu o recado” (p. 25); “As manifestações também provocaram uma reação inédita na presidente: ela mudou de ideia” (PINHEIRO, 2014, p. 25).

Há momentos em que a jornalista parece articular um júri, no qual existe acusação e defesa. Em um jogo de vilanização e heroísmo, a personagem é ora acusada:

[...] com quem Dilma trabalhou diretamente na Casa Civil, presenciou cenas de descontrole. ‘O que é perverso é que os esporros dela são sempre para quem está embaixo. Ela sabe com quem pode gritar. É que nem lobisomem, sabe para quem pode aparecer’, disse, irônico (PINHEIRO, 2014, p.21).

Ora é defendida: “‘Você acha que alguém chega num cargo desses sendo boazinha, pedindo por favor?’, perguntou. ‘Ela é incrível, maravilhosa, mas não está aqui para ficar de nhe-nhe-nhém’” (PINHEIRO, 2014, p. 22):

A reeleição de Dilma ganhara fôlego. De nada adiantara mostrar as obras, os programas, as falas de Lula. A vantagem só foi recuperada quando o PT pegou em armas e passou a atacar sem piedade a adversária. As dificuldades do governo, segundo meu interlocutor, nunca foram de macroeconomia, mas de estilo. “Arrogância”, ele disse. Argumentei que, se eleita, ela poderia fazer um governo mais livre, sem se preocupar com Lula ou com o PT, já que provavelmente seria seu último cargo político na vida. Ele balançou a cabeça e deu um sorrisinho. Antes de se retirar, arriscou o porvir: “O fato é que, se ela ganhar, foi o PT que ajudou. E aí, no dia 1º de janeiro, o governo passa a funcionar no Ipiranga. Se perder, ela vai levar essa culpa para sempre. Infelizmente, isso é a política” (PINHEIRO, 2014, p. 27).

Por se tratar de um assunto político, presume-se que haja tendência. – tanto os partidários pró-Dilma podem dizer que há ataque, quanto os partidários anti-Dilma podem dizer que houve brandura nas abordagens. O relato encontra relevância porque proporciona esse rico diálogo e aspecto de não finalização da discussão. Há inúmeras formas de apreensão do discurso e a forma como se encerra a narrativa – possibilidades do que pode acontecer – evidencia esse fato.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção é que o trabalho acrescente a um campo que tem exploração em ascensão, proporcionando múltiplas leituras e futuros estudos. Contata-se que após o fim de *Realidade*, a revista *piauí* mantém o estilo literário de escrita, tão rico e profundo, vivo dentro do Jornalismo. Algumas hipóteses para esse fato podem ser a possível crise de identidade que o jornalismo vem passando – em uma observação pessoal. A produção que outrora buscava estar mais próxima do humano, a fim de fazer um retrato mais próximo do literal possível, cedeu (ou perdeu) lugar para o pouco espaço dedicado a textos com maior densidade, a abordagem clichê dos fatos, ou até mesmo as demandas cada vez mais superficiais dos leitores.

Evidenciou-se, dessa forma, a importância de identificar e reconhecer divergências e convergências do discurso do Jornalismo Literário com o Jornalismo comum (tradicional) e com a estética literária. Identificando não só seus aspectos de linguagem e organização narrativa, como também questões históricas e epistemológicas. Colocar em diálogo as questões de verdade e fantasia, de real e representação de objetividade e criação, de factual e ficcional.

Em uma metáfora simples, se colocássemos o Jornalismo Literário em um júri, ele certamente seria réu por tentativa de rupturas de dogmas jornalísticos naturalizados, institucionalizados. Porém, será ele condenado e culpado? A relevância desta pesquisa se dá a partir da constatação da abordagem quase que embrionária observada nos cursos de graduação que compreendem o Jornalismo e as Letras. Dessa forma, a intenção foi manter aquecida a máquina que move o objeto, acrescentando, dessa forma, mais discussões e explorações a seu respeito. Insta ressaltar que, aqui, não se pretendem apontar epistemologias absolutas e designações completas. Essa pesquisa é, tal qual o discurso do Jornalismo Literário, aberta a acréscimos, desfragmentações, sobreposições e transformações. Não há, aqui, uma pretensão em abarcar, mas sim avançar, de forma ao mesmo tempo interessada e analítica, nos caminhos que levam o discurso jornalístico literário para o centro de discussões sobre suas formações e sobrevivência no gosto do leitor.

O Jornalismo Literário propõe um formato que supostamente não cabe a uma enunciação noticiosa/informativa. Abriga uma forma ampla de narrar um fato/história que foge da narrativa rápida e quente do fazer jornalístico tradicional. Sobre sua construção, aspectos que resignam a criação – que tem acesso livre na narrativa literária – batem a porta da narrativa

noticiosa e pedem para entrar. Sua narrativa permite a voz autoral – o repórter pode ser narrador-personagem, o uso de figuras de linguagem como a metáfora. Ou seja, há, nessa disposição textual, a permissão para a ação subjetiva.

Walter Benjamin (1985) entende que a narração está praticamente morta, e credita isso ao surgimento da Literatura romântica e à grande imprensa (informação), que para o autor se dá pela verificação imediata, o que a difere da narrativa, que possui vez, busca poupar grandes explicações. A narrativa jornalística com toques de estética literária pode acrescentar qualidade aos textos convencionais de reportagem.

[...] convém lembrar que a produção, não apenas de livros, mas dos próprios textos, é um processo que implica, além do gesto da escrita, diversos momentos, técnicas e intervenções, como as dos copistas, dos livreiros editores, dos mestres impressores, dos compositores e revisores. As transações entre as obras e o mundo social não consistem unicamente na apropriação estética e simbólica de objetos comuns, de linguagens e práticas ritualizadas ou cotidianas [...] Elas concernem mais fundamentalmente às relações múltiplas, móveis e instáveis, estabelecidas entre o texto e suas materialidades, entre a obra e suas inscrições (CHARTIER, 2007, p. 12, grifo do autor).

É preciso pensar a narrativa noticiosa além das sugestões construcionistas e gessos imobilizantes dos formatos evangelizados através dos anos. Limitar os discursos jornalísticos a moldes e rotulá-los de subgêneros pode ser arriscado. Dessa forma, pensar o discurso com amplitude, de acordo com o que os teóricos sugeriram é interessante.

Por mais que a Literatura fale de contextos que remetem a uma realidade que compreende as circunstâncias que se dá seu texto (uma realidade), seu discurso não deve suplantar os discursos históricos e/ou noticiosos. Seus arranjos complexos, porém, abrangentes (onde se evidenciam a verossimilhança, o diálogo e a polifonia, por exemplo) deve, enquanto objeto fruto de um imaginário (com bases na realidade, como já foi dito) convencer, isto é, fazer sentido, encontrar afinidade e identificação de quem o recebe. Não devem ser limitados a estruturas fechadas de concepção ou apreensão de mundos.

Um discurso que se constitui em outros, que permite consentimentos, que exerce trocas, em uma techedura ampla, que se faz em um sentido interno e externo. É essa trama abrangente e flexível que defendem Bakhtin e Foucault em seus estudos de discurso/literário. Esse mesmo aspecto da Literatura está aplicado no Jornalismo, por mais doutrinada que a instituição possa parecer. O discurso noticioso é também pluridiscursivo, suscetível a manejos, de natureza

dialógica e polifônica, tal qual é o discurso literário. O Jornalismo Literário, por seu turno, emerge como hibridização dessas duas searas discursivas distintas. Dessa forma, pode ser encarado como uma possibilidade da plurifocalização de discursos que, por maiores que sejam suas divergências, imbricam em uma formação discursiva autônoma e peculiar, mesmo que de dimensão múltipla.

No Jornalismo do dia a dia, o Jornalismo Literário pode ser visto, dentro da lógica mercadológica, como não muito rentável – de acordo com sua dinâmica pouco ou nada acelerada. O tempo necessário para um texto de êxito pode não ser uma realidade para muitas instituições que primam muito mais pelo retorno do instantâneo. Em contrapartida, seu produto bem trabalhado, bem acabado, cuja linguagem é talhada com primor pode ser um diferencial que seduza o leitor cansado de encontrar os mesmos produtos dispostos na estante.

As convenções que se formaram às margens do encontro dos dois discursos (jornalístico e literário) devem ser, obrigatoriamente, passíveis de discussão – e essa foi uma das propostas dessa pesquisa. As relações entre o enunciado, a recepção, os entremeios das formações discursivas, os mecanismos de formação de sentido e recepção: todos esses conceitos são essenciais para a compreensão desse “novo” discurso. O acionamento das duas formas discursivas evidencia que há um contrato de leitura e de relacionamento baseado no que se identifica e no que faz sentido para quem recebe o discurso.

Identificou-se por meio da análise que esses textos com referências tão marcantes do *New Journalism* norte-americano, abusam da adoção das técnicas literárias, mas estão sempre alicerçados na realidade – verificada e pontuada ao longo dos textos. O leitor saboreia a riqueza de detalhamento das situações e o recurso aos pontos de vista diferenciados. Tudo isso é possível de ser encontrado tanto no texto publicado em *Realidade* quando no texto de *piauí*. Em ambas as publicações, a realidade é construída de forma artística, que beira a poesia, mas sempre havendo a valorização do fato.

As narrativas de *piauí* e *Realidade* são construídas baseadas no que é familiar ao leitor, no que causa empatia junto ao público. Estética e beleza buscam estar sempre aliadas à preocupação com a ética e a veracidade dos fatos, que tem como resultado o prazer da leitura. Evidenciou-se, portanto, que o Jornalismo, mesmo com a sua necessidade da objetividade, e a Literatura, com todo o seu respeito aos sentidos únicos e amplos de cada palavra, podem se misturar de forma produtiva.

O discurso jornalístico deve perceber e constatar que até mesmo seu construto baseado no fato (leia-se “verdade”) passa pelos mecanismos de seleção, acordos, adjunções e transformações. Negar esses aspectos é já reconhecer que existe um processo ficcional em seu funcionamento. Dessa forma, devemos atentar que para o fato de que o jornalismo se empenha – de acordo com seu *modus operandi* – não em alcançar a apreensão de uma realidade plena, mas sim de buscar ser o mais próximo da verdade que possa ser (a partir da produção e difusão de representações discursivas). De acordo com o que explica Sodré, “usar recursos consagrados na literatura para melhor realizar uma reportagem ou uma notícia não implica produzir ficção literária” (SODRÉ, 2009, p. 157).

A lógica (se é que existe uma) do Jornalismo Literário compreende as margens móveis entre os dois discursos que, por sua vez, compreendem as margens de criação e da realidade. Os discursos jornalísticos e literários (e também pode-se incluir o histórico) muito podem se beneficiar uns dos mecanismos dos outros. O Jornalismo Literário é considerado, na mesma medida, uma enunciação de potencial transgressor (e, por extensão, transformador) e diferenciado de produção jornalística, quem sabe até sucedendo as tradições as quais a prática jornalística está habituada. As discussões sobre o Jornalismo Literário devem avançar não apenas a partir do levantamento de questões que estejam ligadas apenas as formações de linguagem, mas também deve se encarar seu patrimônio simbólico, seu discurso dotado de autoridade, e seu lugar enquanto força motriz de uma estrutura que apreende história.

Em 1966 *Realidade* ousou mais em contrapor o modelo da grande imprensa, o que faz hoje, em 2015, a revista *piauí*. O que a segunda revista faz em seu tempo é, sem dúvidas, uma manifestação clara de que o Jornalismo Literário brasileiro continua vivo. Em suma, ambas as reportagens bebem da fonte da forma literária de compor um texto, mesmo fazendo uma abordagem do real, isto é, os fatos marcante da vida do personagem. As características podem ser percebidas, mostrando que o Jornalismo Literário ainda é uma realidade possível.

Ao longo das abordagens feitas no texto dessa dissertação observou-se que as práticas discursivas permeiam tanto a Literatura quanto o Jornalismo, de forma amplas e aberta ao diálogo. Dessa forma, não devem existir modelos ou métodos determinando as questões envolvidas em suas formações discursivas. Toma-se essa determinante também para o discurso do Jornalismo Literário. Associá-lo a moldes, aplicar mecanismos ou impor técnicas de procedimentos seria como uma tortura dos sujeitos (autor e leitor) que operam o discurso,

podando-o de sua mais ampla difusão. Percebe-se isso a partir do momento que é impossível identificar fronteiras entre os vastos domínios da Literatura e do Jornalismo.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. **A poética clássica**. São Paulo: Cultrix, 1997.
- ARISTÓTELES. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Poética**. Tradução Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poética, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Arte retórica e arte poética**. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Tecnoprint S/A, 1985.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo. Martins Fontes, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Problemas na poética de Dostoiévki**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Aula**. Tradução de Leila Perrone Moisés. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Tradução de Hortência dos Santos. 8. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- BAPTISTA, Íria Catarina Queiróz , ABREU, Karen Cristina Kraemer. **A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial - Revista Científica Plural – ISSN1982- 8888**. Curso de Comunicação Social da Unisul – Tubarão/SC Edição 004 – julho de 2010. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/baptista-iria-abreu-karen-a-historia-das-revistas-no-brasil.pdf>>. Acesso em 19 de outubro de 2014.
- BASTOS, Hermenegildo. **Formação e Representação**. Revista Cerrados n. 21. Revista do Curso de Pós-graduação em Literatura. Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2006.
- BENCHIMOL, Jaime (org.). **Narrativa documental e literária nas biografias**. Maguinhos: história, ciências, saúde. Rio de Janeiro. vol. 2, nº 2, jul. – out. 1995.
- BENETI, Carina Andrade. **A qualidade da informação jornalística: do conceito à prática**. Florianópolis: Insular, 2009.
- BENETTI, Marcia. **Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis, Vozes, 2008.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. 4. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, M e AMADO, J. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BURKHARD, Gudrun. **Tomar a vida nas próprias mãos – Como trabalhar a própria biografia o conhecimento das leis gerais do desenvolvimento humano**. São Paulo: Editora Antroposófica, 2000.

CANDIDO, Antonio. **A nova narrativa**. In: A educação pela noite & outros ensaios. São Paulo: Ática, 1989. p. 199-2015.

\_\_\_\_\_. **O papel do Brasil na nova narrativa**. Revista de Crítica Literária Latinoamericana. Año 7, No. 14, CELACP, 1981.

CORAÇÃO. Cláudio Rodrigues. **Repórter-Cronista: Jornalismo e Literatura na interface de João Antônio com Lima Barreto**. 2009. 187 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática) – UNESP, Bauru, 2009.

COLBACHINI, Marina Lee. **A crise da representação: especificidades e confluências entre New Journalism e literatura**. Anais do seta, n. 4. São Paulo, 2010.

COMTE-SPONVILLE, André. **Dicionário Filosófico**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria dos gêneros jornalísticos**. São Paulo: Summus, 2008.

CHARTIER, Roger. **A história hoje: dúvidas, desafios, propostas**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Cpdpc/FGV, vol. 7, nº 13, 1994.

\_\_\_\_\_. **Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura (século XI-XVIII)** Tradução Luzmara C. Ferreira. São Paulo: Unesp, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

COIMBRA, Oswaldo. **O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura**. São Paulo: Ática, 1993.

COSSON, Rildo. **Romance-reportagem: o império contaminado**. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Orgs.). **Jornalismo e Literatura - a sedução da palavra**. São Paulo: Escrituras, 2002.

COSTA, Cristiane. **Pena de Aluguel: escritores jornalistas no Brasil – 1904 a 2004**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COSTA LIMA, Luiz. **História, ficção, literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **Mimesis e modernidade: formas de sombra** 2. ed. São Paulo: Graal, 2003.

\_\_\_\_\_. **Limites da voz: Kafka**. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. Vol. 6. Parte III – Relações e Perspectivas. Codireção Eduardo Faria Coutinho. 6. ed. São Paulo: Global, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ensaio e Crônica**. In: A literatura no Brasil. V. 6. 4. ed. São Paulo: Global, 2007.

DELEUZE, G. (1969) **Lógica do Sentido**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998. 342p.

DELL'ISOLA, Regijna L. Péret. **Intergenericidade e agência: quando um gênero é mais que um gênero**. In: Simpósio Internacional de Estudos de gêneros textuais, 4. Santa Catarina, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. London: Longman, 1989.

FERREIRA, Tailze Melo. **Realismo, cânone e exclusão na literatura brasileira contemporânea**. In: Revista de Letras, Vol. 44, No. 1, Lugares Institucionais da Literatura. Jan. - Jun., 2004.



FONTANA, Mônica. **Os limites entre fato e ficção: jornalismo literário em perspectiva.** In: PG Letras 30 anos, 2006, Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 2007b.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 2007c.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos.** São Carlos: Claraluz, 2007.

HOHLFELDT, Antonio. **Objetividade: categoria jornalística mitificada.** In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, Campo Grande, 2001.

ISER, Wolfgang. **Problemas da teoria da literatura atual: o imaginário e os conceitos-chaves da época.** In: COSTA LIMA, Luiz. Teoria da literatura em suas fontes. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 2

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação a teoria literária.** São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **A estética da recepção: colocações gerais. A literatura e o leitor: textos de estética da recepção.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **O prazer estético e as experiências fundamentais da poiesis, aisthesis e katharsis.** A literatura e o leitor: textos de estética da recepção. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo.** São Paulo:

Geração Editorial, 2003.

KRETTE JR., Wilson. **Perspectivas históricas do jornalismo do literário ao New Journalism chegando à polêmica do jornalismo gonzo.** I Congresso de História da Mídia do Sudeste. [Doutorando no Programa de Educação, Arte e História da Cultura na Universidade Presbiteriana Mackenzie (2009)]

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia.** São Paulo: Ática, 2002.

\_\_\_\_\_. **Teoria e técnica do texto jornalístico.** Petrópolis: Elsevier, 2005.

LAJOLO, Marisa. **O que é literatura.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

LEROUX, Liliane. **Informação e autoformação nas narrativas de si: o compromisso com a verdade e o desvio ficcional.** Liinc em Revista, v.6, n.2, p. 260-272. Rio de Janeiro, set., 2010.

LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literário.** São Paulo: Edusp, 1969.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura.** Campinas: Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. **O que é livro-reportagem.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo literário para iniciantes.** São Paulo: Clube de autores, 2010.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo e literatura: aproximações, recuos e fusões.** In: Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional, Vol. 13, No 13 (2009).

MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em Análise do Discurso.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

- \_\_\_\_\_. **Discurso Literário**. Tradutor: Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O contexto da obra literária**. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Análise de textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Tradução De Freda Indursky. Campinas: Pontes/Unicamp, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Pragmáticas para o discurso literário**. Tradução Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MANHÃES, Eduardo. **Análise do discurso**. In. DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.
- MARQUES, Fabrício. **Literatura e Jornalismo: Convergências, Divergências**. Temas: ensaios de comunicação. v. 1. n. 1. 2002.
- MARTINS, M. O. **Estratégias da Representação do Real: um olhar semiótico às narrativas do new journalism e de linha direta**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- MILMAN, Luiz. **A metodologia do jornalismo: breve excuroso sobre a natureza de um conflito**. Revista Tendências na Comunicação. Porto Alegre: L&PM, 1998.
- MORAES, Letícia Nunes de. **Leituras da revista Realidade – 1966-1968**. São Paulo: Alameda, 2007.
- MORENTE, M. Garcia. **Fundamentos de Filosofia - Lições Preliminares**. 4. ed., São Paulo, Mestre Jou, 1970.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- MORSON, Gary Saul; EMERSON, Caryl. **Mikhail Bakhtin, criação de uma prosaística**. São Paulo: Edusp, 2008.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. **Notícias do fantástico: jogos de linguagem na comunicação jornalística**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.
- MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- MOUILLAUD, Maurice. **Posturas do leitor**. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrel. O jornal: da forma ao sentido. Brasília: UnB, 2002a.
- NECCHI, Vitor. **A (im)pertinência da denominação “jornalismo literário”**. VIII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação. Intercom, 29 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0527-1.pdf>>. Acesso em: 01 de setembro de 2014 às 00:01.
- OLINTO, Antonio. **Jornalismo e Literatura**. Porto Alegre: JÁ Editores, 2008.
- ORLANDI, Eni. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos**. ed. 6°. São Paulo: Pontes, 2005.

PASSOS, Mateus Yuri. **Jornalismo literário e ciência: o emprego de rompimento de níveis e a relativização de perfis.** Conexão - Comunicação e Cultura, Vol. 7, No 14, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Fontes, 2002.

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário.** São Paulo: Contexto, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Teoria do jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Teoria da biografia sem fim.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

\_\_\_\_\_. **Celebridades e heróis no espetáculo da mídia.** IN: Revista Brasileira de Ciências de Comunicação. Intercom. São Paulo, 2002.

PESSA, Bruno R. **Reportagem e grande reportagem, os pontos de partida.** Mestrando em Comunicação Social - Universidade Metodista de São Paulo - Orientação: Profa. Dra. Sandra Reimão. Disponível em <

[http://www2.metodista.br/unesco/1\\_Regiocom%202009/arquivos/trabalhos/REGIOCOM%2034%20-](http://www2.metodista.br/unesco/1_Regiocom%202009/arquivos/trabalhos/REGIOCOM%2034%20-)

[%20Livro%20Reportagem%20O%20que%20C3%A9\\_%20para%20qu%C3%AA%20-%20Bruno%20Ravanelli%20Pessa.pdf](http://www2.metodista.br/unesco/1_Regiocom%202009/arquivos/trabalhos/REGIOCOM%2034%20-%20Livro%20Reportagem%20O%20que%20C3%A9_%20para%20qu%C3%AA%20-%20Bruno%20Ravanelli%20Pessa.pdf)>. Acesso em: 15 de setembro de 2014.

PINHEIRO, Daniela. **A afilhada rebelde.** In: piauí. ed. 97. São Paulo: Abril, 2014.

PLATÃO. **Diálogos: banquete, Fédon, Sofista, político.** Tradução de J. C. Souza e J. C. Costa. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

PROENÇA FILHO, Domício. **A linguagem literária.** São Paulo: Ática, 2001.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. **Análise de gêneros do discurso na teoria bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológica.** Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 4, n. 2, p. 415-440, jan./jun. 2004.

SALLA, Thiago Mio. **O fio da navalha: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política.** São Paulo: T.M. Salla: 2010.

SCHÖNHAGEN, Philomen. **Unparteilichkeit im Journalismus: Tradition einer Qualitätsnorm.** Tübingen: Niemeyer, 1998.

SICLIAR, Moacyr. **Jornalismo e literatura: a fértil convivência.** In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex. **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra.** São Paulo: Escrituras, 2005.

SOARES, R.P.F. **A influência do new journalism nas biografias escritas por jornalistas.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005. Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, 2005.

VALDATI, Nilcéia. **Escrita: indústria cultural, literatura e imprensa.** Boletim de Pesquisa NELIC, ISSN 1984-784X, Florianópolis, SC, Brasil. Qualis B1, 2001.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento.** Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **O texto nos meios de comunicação: técnica de redação.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

\_\_\_\_\_. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística.** 5. ed. São Paulo: Summus, 1986.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo.** Santa Catarina: Argos-Letras Contemporâneas, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo:** porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004. v. 1.

\_\_\_\_\_. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo: Unisinos, 2005.

TUCHMAN, Gaye. **A objetividade como ritual estratégico:** Uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja, 1999.

\_\_\_\_\_. **As notícias como uma realidade construída.** In: ESTEVES, João Pisarra. *Comunicação e sociedade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009b.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

VICCHIATTI, Carlos Alberto. **Jornalismo:** comunicação, literatura e compromisso social. São Paulo: Paulus, 2005.

VILAS BOAS, Sérgio. **Biografias e biógrafos:** jornalismo sobre personagens. São Paulo: Summus, 2004.

\_\_\_\_\_. **Perfil:** como escrevê-los. São Paulo: Summus, 2003.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo:** questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1999.

WEIZENMANN, Mateus. **Foucault:** sujeito, poder e saber [recurso eletrônico] / Mateus Weizmann - Pelotas: NEPFil online (Série Dissertatio-Studia ; 02), 2013.

WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WHITE, David Manning. **O gatekeeper:** uma análise de caso na seleção de notícias. In:

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso:** ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 2001.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** Lisboa: Presença, 1995.

WOLFE, Tom. **The New journalism.** Nova York: Haper & Row, 1973.

ZILBERMAN, R. **Estética da recepção e história da literatura.** (Série Princípios, 41). São Paulo: Ática, 1989.

## PERIÓDICOS

Piauí, São Paulo, ano 9, n. 97. 2014.

Realidade, São Paulo, ano 1, n. 1, abril. 1966.

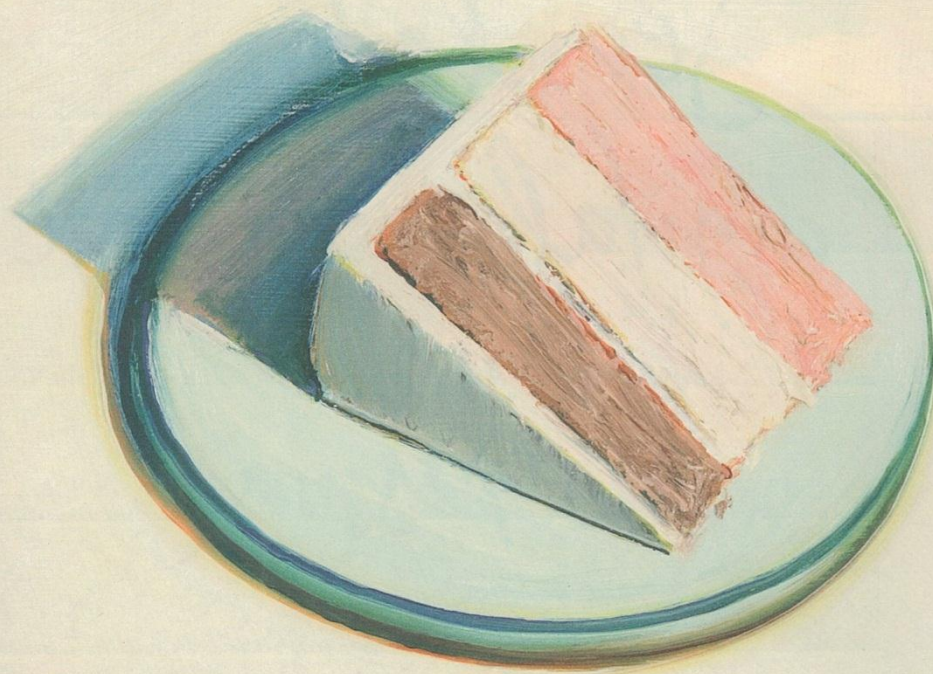
**ANEXOS**

## ANEXO A – CORPUS REVISTA PIAUI – “A AFILHADA REBELDE”





piauí 97\_outubro 14



CAME SUIZELI/STYLING: ANNE VITTI/STYLING; THEOBALD/ARTISTBYSTYLING.COM

18 anais da política

### A afilhada rebelde

As relações tumultuadas de Dilma com Lula e o PT  
DANIELA PINHEIRO

30 diário da Dilma

### Quem nasceu pra carapanã nunca será mangangá

Tirei a balança do banheiro. Como diz minha mãe,  
"está no inferno, abraça o capeta"  
RENATO TERRA

32 questões transcendentais

### Alfa-Centauro Herald

O mapa astral dos candidatos  
PAI OLEGÁRIO DE OGUM

36 carta de Buenos Aires

### O eterno naufrágio

Em Nova York dizem que a Argentina vai acabar;  
volto depois de um ano e percebo que o país  
afunda na velocidade prevista  
GRACIELA MOCHKOFISKY

44 anais da ciência

### Sapo de fora não chia

Enquanto estudava os efeitos de um herbicida, um  
cientista era perseguido pelo fabricante do produto  
RACHEL AVIV

52 tribuna livre da luta de classes

### Como vai acabar o capitalismo?

Em vez de pensar que um comitê central decretará  
o fim do sistema, devemos deixar que ele desmorone  
por si mesmo  
WOLFGANG STREECK

60 história pessoal

### Minha tia Chus

Ela nasceu antes da descoberta da síndrome de  
Down, e os médicos recomendaram a meus avós  
que a internassem  
NACHO CARRETERO

66 ficção

### Roteiro para duas mãos

Fui dublê datilográfico de Kerouac, Cortázar,  
Hemingway; arranquei todos os ritmos e sotaques  
da máquina de escrever  
MARCÍLIO FRANÇA CASTRO

6 colaboradores

Quem fez o quê na edição de outubro

8 chegada

### A tragédia da vida privada

Quando a política descobriu  
os pecados íntimos  
ALEJANDRO CHACOFF

12 esquina

A algaravia eleitoral nos templos;  
o clube das *chicas* chiques; os xales  
de madame Lévi-Strauss; onde os  
feios têm vez; a escritora e o mestre  
do terror; o reduto da coalhada

78 cartas

Delfim dá pano para manga

81 despedida

### Esse mundo já era

Para trocar o Holoceno pelo  
Antropoceno, só falta convencer  
os geólogos  
BERNARDO ESTEVES

capa\_ANGELI



anais da política

LULA PALOMARES, 2014



Durante um jantar com um empresário, a ex-primeira dama Marisa Leticia e os filhos de Lula atacaram Dilma: "Ingrata, traidora, falsa." O "Volta, Lula" começou na casa do ex-presidente



# A AFILHADA REBELDE

O estilo, as ideias, as decisões e a ambígua relação de Dilma com Lula

DANIELA PINHEIRO

**E**ra o final de uma manhã de brisa fria e sol quente, no início de setembro, quando o presidente do sindicato dos taxistas de São Paulo, Natalício Bezerra da Silva, tomou o microfone e se dirigiu à restrita plateia: “Vamos respeitar, hein? Nada de gracinhas. Não se convida uma pessoa para vir na casa da gente e a gente hostiliza.” O grupo aguardava a chegada da presidente da República e candidata à reeleição, Dilma Vana Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, que naquele momento tinha 36% das intenções de votos – o que a colocava em empate técnico, no primeiro e segundo turnos, com Marina Silva, do Partido Socialista Brasileiro, catapultada às alturas nas pesquisas depois da morte do cabeça da chapa, o ex-governador Eduardo Campos, em agosto.

“Eu não estou preocupado com vocês, não. Nossa categoria é respeitosa, mas pode aparecer alguém de fora, querer aprontar, tumultuar, aí vai ter”, continuou o sindicalista, ainda que sua preocupação fosse infundada, já que o ambiente estava cirurgicamente controlado. A imprensa foi espremida num pequeno palanque. Apenas dirigentes sindicais identificados – a maioria trazendo estampados no peito adesivos com a cara da candidata – tinham acesso à área diante do palco. Populares eram vetados. Uma mulher, moradora de um prédio vizinho, foi orientada por um segurança

a dar a volta no quarteirão para entrar em casa. Meia hora depois, Dilma Rousseff foi recebida por uma audiência calorosa. A equipe da candidata filmava tudo.

A menos de um mês das eleições, a campanha da presidente precisava se blindar de vaia, perguntas incômodas, manifestações populares fora do script. E pior: tinha que lidar com uma inédita e sombria perspectiva nas urnas. Dentre os eleitores, apenas 38% achavam sua gestão “boa ou ótima”. Ainda segundo o Datafolha, mais da metade da população a considerava entre regular e péssima. Sua rejeição em São Paulo – maior colégio eleitoral do país – alcançava 47%. Em âmbito nacional, 34% do eleitorado afirmavam não votar nela “de jeito nenhum”. Era o maior percentual negativo entre os presidencialistas. Desde o início da corrida eleitoral, pela primeira vez parecia concreto o risco de o PT deixar o poder depois de doze anos no comando do país.

A popularidade de Dilma Rousseff, ao chegar ao governo, ultrapassava os 70% de aprovação. O caminho entre o pedestal e a corda bamba foi curto e difuso. É difícil determinar a pedra que pavimentou a rota do declínio: se as decisões econômicas ou a inexperiência política da governante; se a onda de mudança que veio à tona nas manifestações de junho ou o temperamento insular da mandatária; se a ojeriza aos rituais da política ou a tentativa de imprimir a própria marca ao governo; se a

persistência da crise internacional ou o espectro de seu padrinho político, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lhe fez sombra durante todo o processo. Uma relação peculiar que – como disse certa vez o ministro Gilberto Carvalho – ainda vai merecer estudos acadêmicos.

Para esta reportagem, foram ouvidas 26 pessoas ligadas à presidente ou ao Partido dos Trabalhadores. A maioria pediu anonimato. Dentre os procurados, apenas Dilma Rousseff e o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, se negaram a falar com **plauí**.

**A**o assumir o mandato, Dilma Rousseff – a gerentona, a mãe do Programa de Aceleração do Crescimento – tinha em mente o que queria fazer: dar continuidade às políticas de inclusão social do governo Lula e implementar uma agenda desenvolvimentista, das grandes obras de infraestrutura, assunto que sempre lhe foi caro, para mover a economia. O país tinha crescido em ritmo chinês e parecia recuperado do impacto da crise global de 2008. Além disso, havia a perspectiva dos ganhos do pré-sal e da vitrine da Copa do Mundo.

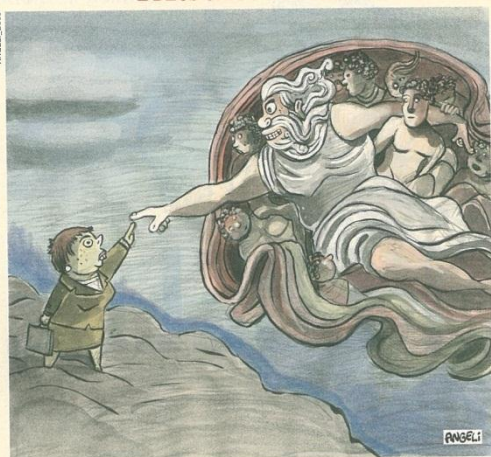
A primeira equipe ministerial tinha a cara da dupla. Dos 37 ministros, quinze haviam sido indicados por Lula. Entre eles, Guido Mantega, mantido na Fazenda, e Fernando Haddad, na Educação, com vistas à sua campanha eleitoral

para a Prefeitura de São Paulo. O ex-presidente também pediu para segurar José Sérgio Gabrieli no comando da Petrobras. Dilma ainda herdou boa parte dos dirigentes de estatais e autarquias, e até a chefe do escritório da Presidência em São Paulo, a então desconhecida Rosemary Noronha. E acomodou as nomeações de ocasião feitas pelos partidos da coligação. De sua lavra, emplacou as ministras mulheres e o ex-prefeito de Belo Horizonte, o amigo Fernando Pimentel, no Desenvolvimento.

Desde que Lula inventou a candidatura de sua ex-ministra das Minas e Energia e da Casa Civil, o que ele via como qualidade em Dilma, uma fatia do petismo e dos partidos aliados enxergava como defeito intrinsecamente: o voluntarismo, as opiniões fortes, o temperamento irascível, a inexperiência política e até o vocabulário prolixo, de falas longas e enfadonhas, permeadas de termos técnicos. Um dos mais próximos interlocutores de Lula disse ter sempre defendido que ela precisava de “assessoria emocional” para ser presidente.

Lula parecia calcular que sua presença ao alcance em caso de emergência, a competência gerencial da sucessora, a boa onda na economia e a força do apoio de dezessete partidos e de mais de 80% do Congresso Nacional garantiriam um governo de sucesso. O resto era contornável. No mais, ele era o grande vencedor da eleição. Seu poste havia chegado lá.

## E DEUS CRIOU A MULHER



Os primeiros meses de governo foram redentores. Em poucas semanas, Dilma já mostrava a que viera: vetou a distribuição de cargos federais para parlamentares da base governista e anunciou um corte de 50 bilhões de reais no Orçamento. Foi à China, visitou vizinhos latino-americanos, recebeu no Planalto o presidente americano Barack Obama. Jactava-se de ser a primeira mulher a discursar na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas. Era uma estadista.

A classe média e a elite em fim reconheciam um rosto familiar: Dilma era discreta, tinha compostura, falava português sem erros de concordância, fazia o estilo durona e parecia intransigente diante de evidências de corrupção. Distanciava-se do jeito Lula de ser. Rapidamente, a impressão foi captada pelas pesquisas de opinião. Em maio de 2011, o Ibope registrava que ela tinha 73% de aprovação popular.

Ainda na primeira quadra do ano, Dilma teve uma pneumonia e precisou se afastar. A bancada do PMDB aproveitou para fazer o que melhor sabe: escambo político. Na votação do Código Florestal, ameaçou ir contra o governo caso não fossem atendidos os pedidos de emendas e cargos. Em seu primeiro choque de realidade, a presidente também respondeu com as armas que melhor maneja: ameaçou demitir os ministros do partido. Instalou-se a primeira das muitas crises com a base aliada. Sem avisar Dilma, Lula desembarcou em Brasília para acalmar os ânimos dos correligionários. Reuniu-se com o vice-presidente, Michel Temer, foi fotografado ao lado de José Sarney e Renan Calheiros, dourou a pílula e, para alguns, atribuiu à inexperience da sucessora a confusão, afinal contornada.

A mensagem ficou clara: a luz do poste era ele. Dilma, é lógico, não gostou. Sentiu-se atropelada por Lula, enquanto ele acreditava estar apenas acomodando a situação. O PMDB acabou votando em peso a favor da emenda que anistava os desmataradores, derrotando o governo. E ninguém foi demitido. Recentemente, um petista paulista resumiu o caso: "Essa inabilidade política, misturada com arrogância, marcou as ações dela. Como pôde achar que era ligar, ameaçar o vice e ele ia pedir desculpas?" Mas Dilma saiu maior do episódio: era ela brigando quixotesca contra os venais da política.

Em maio, o país tomou conhecimento do portentoso aumento de patrimônio do ministro Antonio Palocci. Em apenas um ano, sua empresa de consultoria havia faturado 20 milhões de reais. Na época, uma ministra disse ter ouvido da presidente: "Eu achei que fossem 3 ou 4, mas 20 é foda."

A saída de Palocci da Casa Civil foi um divisor de águas. Além de ter a confiança do empresariado mais graúdo, era ele quem negociava a votação de projetos e o preenchimento de cargos no governo. No Planalto, também acalmava o ambiente. Com ele, Dilma não precisava se expor às querelas brasilienses, à romaria dos parlamentares atrás de verbas, às visitas de ocasião dos representantes do PIB. Palocci fazia bem o serviço.

No lugar dele, assumiu a senadora petista Gleisi Hoffmann. Ao lado da também petista Ideli Salvatti, na articulação política, elas formavam, com Dilma, a trinca que passou a dar o tom das negociações do governo com seus aliados. A nomeação repercutiu mal no entorno, que ficou com a impressão de que as duas eram "café com leite": não tinham pulso firme ou estofamento político. Como verbalizou o então ministro da Defesa, Nelson Jobim, a piauí, em agos-

to de 2011: "Ideli é muito fraquinha e Gleisi nem sequer conhece Brasília."

A presidente tinha suas razões. Primeiro, não queria outro "superministro" para lhe fazer frente – Palocci era uma exceção. Até o último minuto, Lula garantiu ao titular da Casa Civil que ele ficaria no cargo, mas Dilma sepultou a hipótese. Em público, ele pediu demissão, aceita por ela depois de vinte dias de crise. Quis para o lugar alguém em que pudesse confiar, mas, sobretudo, mandar. Agradava-lhe ainda a ideia de valorizar duas mulheres naqueles cargos, antes só ocupados por homens.

Nesse momento, para vencer a tentativa de dar palpites – como ele mesmo declarou –, Lula se embrenhou numa maratona de viagens internacionais que lhe tomaram quase todo o ano de 2011. Coincidiu com a época em que o governo Dilma começou a ter uma feição própria. As demissões em série deram ao marquês João Santana uma senha para colar na presidente: Dilma era a faxineira da corrupção.

Em seis meses, sete ministros foram demitidos – seis envolvidos em denúncias de irregularidades no cargo. Se a faxineira cantou parte da opinião pública, internamente acendeu um sinal de alerta. Entre os aliados, o crachá de faxineira pressupunha a corrupção incrustada na máquina do Estado, expondo-lhe as tripas. Quatro dos seis ministros vinham do governo Lula. No PT, comentava-se a facilidade com que Dilma rifava companheiros. "Demissões por malffeito são ossos do ofício", disse ela à época.

Em Lula e sem Palocci, Dilma ia ficando mais Dilma. Em meados de 2011, por ocasião do aniversário de 80 anos de Fernando Henrique Cardoso, ela enviou um cartão de felicitações cheio de elogios ao ex-presidente tucano. O petismo estremeceu. Não bastasse, ela tomava providências em áreas das quais seus antecessores mal haviam tido coragem de se aproximar: instalou a Comissão da Verdade para esclarecer crimes da ditadura militar, assunto que Lula procrastinava, e aprovou a Lei de Acesso à Informação, acabando com o sigilo eterno de documentos públicos.

O empresariado estava encantado. Como havia assumido o governo com o dólar depreciado, o que prejudicava a indústria, Dilma Rousseff procurou beneficiar o setor controlando o câmbio, por exemplo. Preparava o maior pacote de concessões da história, que daria à iniciativa privada um bom pedaço das estradas, aeroportos e ferrovias do país. Com a imprensa, o clima era de início de namoro.

O governo seguia em velocidade de cruzeiro quando, no final de outubro, veio o baque: Lula foi diagnosticado com um câncer na laringe. Ela, que havia tratado a mesma doença havia pouco mais de dois anos, ficou devastada com a notícia. Sem o padrinho por perto, o poder dos lulistas no Planalto foi se esvaziando. A começar pelo do secretário-geral da

Presidência, Gilberto Carvalho, e de Marco Aurélio Garcia, assessor especial para Assuntos Internacionais, sobre os quais ela costuma dizer que "falamos coisas que não são do nosso governo". No Planalto, ela já era chamada de "a tia", apodo cunhado pela velha guarda lulista. Até hoje, não raro um estranho pode escutar durante uma visita que "a tia está procurando" por alguém.

No fim de 2011, Dilma atingiu o maior índice de aprovação de um presidente: 59% dos brasileiros consideravam sua gestão ótima ou boa. Foi o maior percentual já alcançado desde a volta das eleições diretas no país. A economia cresceu menos que no ano anterior, mas o Brasil havia criado 2 milhões de empregos e superado a Inglaterra, tornando-se a sexta economia do mundo. O poste começava a brilhar sozinho.

Por essa época, num encontro no Planalto, ela confidenciou a um ex-ministro do governo Lula, com quem ambos mantêm boas relações: "Se o Lula quiser, a próxima é dele. É só ele me falar", disse, referindo-se às eleições de 2014.

O segundo ano de governo começou tépido e inodoro como uma fala de Michel Temer. Com a perspectiva das eleições municipais em outubro, Dilma diminuiu a agenda de viagens e se trançou no Planalto para traçar os termos do bilionário pacote de concessões em infraestrutura. Estava em seu ambiente: imersa em números, cláusulas, índices, percentagens, muito PowerPoint.

A performance da presidente já era conhecida desde os tempos das Minas e Energia: ela abria o computador, vertia uma miríade de estatísticas, elencava planilhas, "espancava o projeto" – como gosta de dizer – até não sobrar de pé nenhuma brecha ou dúvida. Comandava reuniões infundáveis, em que se debatia por horas um mero ponto e vírgula. Nas negociações do pacote dos aeroportos, um ministro disse terem passado oito meses falando sobre a TIR – a taxa de retorno dos investidores. O detalhismo emperrava o processo, decisões se arrastavam e o projeto demorava a sair do papel.

A essa altura, já estava evidente sua ojeriza pelos rituais da vida brasiliense: reuniões com ministros, encontros com deputados, recepções no Itamaraty, fuxicos com a base aliada. Receber entidades de classe era um parto. Movimentos sociais, muito de vez em quando. Empresários tentavam, em vão, marcar audiências na agenda sempre lotada – pelo menos para eles. Nos encontros com parlamentares, chamava atenção a falta de autonomia de Ideli Salvatti. Ou ela respondia às demandas dizendo que "ia ver com a presidente", ou chegava chutando a canela dos interlocutores, como um ventríloquo da chefe.

Dilma não falava nem com a bancada do PT. "Para ela, a política era o mal em si. Empresário era abutre, e político era picareta. É assim que ela pensa", disse um importante dirigente do Partido dos Tra-



balhadores, durante um café da manhã, no Rio. Dilma não liberava dinheiro, dificultava a distribuição de cargos, não recebia os políticos, não respondia aos empresários. Um assessor da Presidência resumiu as razões do comportamento: "Ela achava que já sabia o que eles iam pedir ou reclamar. Então, na cabeça dela, não tinha que gastar tempo com isso."

Os caprichos desnorream o cerimonial do Palácio do Planalto. Uma vez, na Espanha, ela quis fazer compras no El Corte Inglés, mas vetou a companhia de seguranças. O grupo precisou se esconder atrás das araras da loja de departamentos. Em Londres, quis andar de metrô, causando rebuliço entre os seguranças da Scotland Yard, que iam abrindo passagem para a comitiva brasileira. Em Washington, deixou em apuros o embaixador Mauro Vieira porque se recusava a se sentar, durante o encontro com Barack Obama, no salão de entrevistas da Casa Branca. Depois de muita argumentação, ela concordou. Um ex-integrante do cerimonial disse que era para evitar ser fotografada sentada – ela usava saia.

Aos poucos, as reuniões ministeriais também foram minguando. Desde a posse, todos os ministros haviam sido proibidos de falar com a imprensa. Qualquer declaração oficial, só por meio do porta-voz ou da própria presidente.

Em seu governo, Lula usava os vazamentos de informação para testar várias

ideias. Deixava deputados fomentarem boatos de maneira a ter um termômetro do que pensava em fazer – ou não fazer. Também aproveitava os discursos para mandar recados, responder a ataques, fazer a defesa do governo, dar a tônica da disputa política. Conseguia traduzir questões complexas nos termos das massas.

Com Dilma, nada disso acontecia. Para ela, vazamento era apenas insubordinação, traição. Quem o fazia era posto na geladeira. O senador Vital do Rêgo, do PMDB da Paraíba, perdeu um ministério porque a hipótese de sua nomeação vazou. Testar uma ideia, só nas pesquisas qualitativas encomendadas pelo marqueteiro João Santana, partilhadas com um ou dois interlocutores. Logo se evidenciou que a comunicação era um empecilho incontornável no caso de Dilma: ela se expressava numa sequência de elipses de árdua compreensão; suas frases eram desconexas, longas, truncadas. A imprensa registrou: nasceu o *dilmês*.

"Temos um sistema hidrológico muito sensível à água"; "Sempre que você olha uma criança, há sempre uma figura oculta, que é um cachorro atrás, o que é algo muito importante"; "Precisamos cada vez mais cooptar e captar novas fronteiras tanto na Ásia quanto no Oriente Médio"; "Todos nós aqui sabemos que cada um de nós escolhe – a vida faz a gente escolher – alguma das datas em que a gente nunca vai esquecer dessa

data." Assessores afirmam que, quando escreve, ela é clara, objetiva e focada.

**A** cumulam-se ao redor de Dilma histórias de gritos, esculachos e românticos. Mais de uma pessoa me contou ter visto a filha Paula repreender em público as grosserias da mãe, extensivas a ministros, secretárias, funcionários do palácio. Um ex-ministro do governo Lula, com quem Dilma trabalhou diretamente na Casa Civil, presenciou cenas de descontrole. "O que é perverso é que os esportes dela são sempre para quem está embaixo. Ela sabe com quem pode gritar. É que nem lobisomem, sabe para quem pode aparecer", disse, irônico.

Quatro entrevistados se valeram de conceitos do livro *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, para definir a maneira de Dilma lidar com o poder. Se Fernando Henrique queria ser admirado e Lula queria ser amado, Dilma quer ser temida. Certa brutalidade seria uma maneira de se fazer respeitar, um sintoma de insegurança. "Sou uma mulher dura cercada de homens meigos", Dilma aprendeu a repetir desde a campanha de 2010, sempre que seu temperamento era questionado. Acertos da equipe nunca são comemorados, não passam de obrigação; desculpas, sinal de fraqueza; dívidas, prova de desconhecimento.

Ela costuma formar sua opinião ouvindo pequenos grupos distintos – sem

que eles tenham conhecimento dessa comunicação estereofônica. Insiste em saber tudo o que pode dar errado, e só então se interessa pelo que pode dar certo. Bombardeia de perguntas o mensageiro de um projeto ou uma ideia. Faz isso uma oitava acima, com expressão similar à exibida quando entregou a taça de campeões do mundo para os jogadores alemães. Os mais vulneráveis tremem. Nas discussões com a equipe, muitas vezes ela externa de cara sua opinião sobre o assunto a ser tratado – o que intimida boa parte dos presentes, que se cala, ainda mais se tiver ponto de vista contrário. O resultado é que metade da equipe não gosta dela e a outra metade tem medo.

"Esse método prejudicou muito porque ninguém tinha coragem, ânimo ou saco de se contrapor a ela. A ausência do contraditório fez com que ela embarcasse em muitas canoas furadas", comentou um ex-integrante da equipe econômica do governo, em meados de setembro, durante um almoço, no Rio. "Na econômica, por exemplo", disse.

**E**m uma manhã de setembro, o elétrico Roberto Kalil Filho, diretor do Hospital Sírio-Libanês, médico de Dilma e Lula, estava de mau humor. "Hoje é bandeira vermelha", disse uma de suas assistentes, num código que indica o espírito do chefe. Amigo e responsável pela saúde de autoridades, empresários

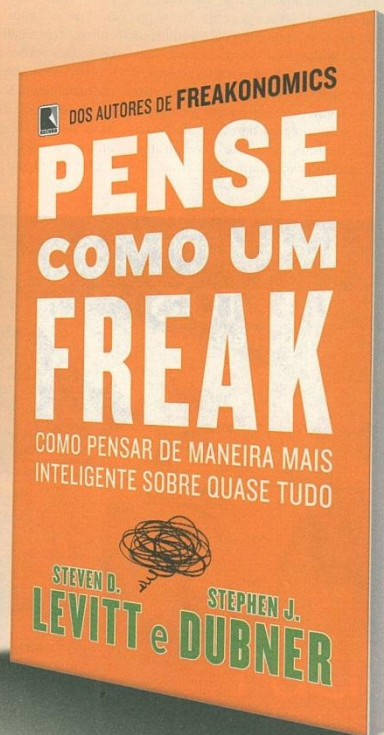
COMO PENSAR  
DE MANEIRA  
MAIS INTELIGENTE  
SOBRE TUDO.

O NOVO LIVRO  
DOS AUTORES DE  
FREAKONOMICS

Leia um trecho em  
[www.record.com.br/freak](http://www.record.com.br/freak)



Nas livrarias e em livro digital.





## AS COBRAS, OS LAGARTOS, AS SERPENTES E UMA CAMALEOA



e famosos, Kalil também é a ponte de vários políticos e jornalistas com a cúpula do PT. Fala frequentemente com a presidente ao telefone. Dão-se muito bem porque, ele disse, são parecidos. As conversas costumam começar com: "Oi, como estamos de humor hoje?"

Sentado em frente ao computador, ele falava sobre a paciente e amiga. Para provar o que dizia, chamou uma secretária. "Vem aqui, quem é mais cão? Eu ou a Dilma?" A moça perguntou se podia falar a verdade. "É o doutor Kalil, ele é o professor dela." Segundo o cardiologista, avaliações sobre o temperamento da presidente são a maior injustiça contra seu governo. "Você acha que alguém chega num cargo desses sendo boazinha, pedindo por favor?", perguntou. "Ela é incrível, maravilhosa, mas não

está aqui para ficar de nhe-nhe-nhém. É igual a mim aqui no Sírio: o povo fala mal porque a gente cobra."

Kalil também dirige o Instituto do Coração. Quando se está no comando, disse, "se a gente não mantém o tomus de doido, as coisas não andam". "Ela é igualzinha. A gente leva no chicote porque senão não sai nada", comentou enquanto mastigava um sanduíche de queijo. "Claro que toda pessoa como eu e ela às vezes erra na maneira de se expressar, acontece." Mas desculpas, acrescentou, ele não costuma pedir. "Até porque estou certo."

Quando a conversa derivou para as decisões políticas e econômicas da presidente, ele saiu pela tangente. "Palpitei no Mais Médicos. E só. Disse para ela que foi uma coisa enfiada goela abaixo, mas hoje conheço melhor o programa e acho muito

bon", afirmou. Para Kalil, se as pessoas soubessem do outro lado de Dilma, entenderiam melhor sua gestão. "Poucas vezes vi alguém tão comprometido em mudar a vida dos pobres. Mas a Dilma é fechada. Por tudo que ela passou na vida, ela é isolada, é o perfil dela." Segundo ele, a "verdadeira Dilma" é a mulher que sai de madrugada, driblando a segurança, para andar de moto por Brasília – como havia revelado meses antes uma reportagem da *Folha de S.Paulo*. "Olha que ser pitoresco! Ninguém a conhece de verdade."

A maioria dos entrevistados confirmou a impressão. Ao conversar sobre assuntos variados, fora da Presidência, Dilma relaxa, conta casos engraçados, deixa brotar o lado leve, tem o humor afiado. Vaidosa, fica lisonjeada quando seu conhecimento sobre artes, música ou literatura é reconhecido. "Ela também tem uma certa *coquetterie*", disse-me um ex-ministro. "Mas, em geral, é muito defensiva", acrescentou.

Nas ocasiões em que se permitiu baixar as armas – foram dez –, Dilma chorou em público. "Ela sempre tratou o governo como uma grande família. E sempre no papel da mãe durona, repressora, que coloca de castigo o ministro que desobedece", comentou um ex-integrante do Ministério da Fazenda. A exigência se estende a ela própria. "Não posso errar, não posso errar" é uma frase recorrente da presidente ouvida nos corredores do Planalto.

Perguntei a Kalil se Dilma contaria com seu voto. "Claro que não! Sou malufista! O pastor Everaldo é meu candidato", respondeu, num tom em que a troça soou ambígua. E o que seu paciente mais famoso pensava disso? "A gente não fala do assunto. O Lula diz que eu ainda sou do tempo dos macacos e que no dia que eu evoluir para humano a gente pode conversar sobre política", respondeu.

A equipe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência era obrigada a preparar relatórios periódicos só para Dilma e Gleisi Hoffman, listando as besteiras cometidas pelos ministros. Detalhe: só as besteiras. Dilma não confia, não delega, não divide informação sobre o governo com o próprio time. Nas reuniões, avisava aos presentes: "Nem todo mundo vai saber de tudo. A informação aqui será compartimentada. Quem tem que saber de tudo sou eu, não vocês."

Se um ministro demitia alguém sem consultá-la, corria o risco de se ver desmoralizado, como ocorreu com Fernando Pimentel, que exonerou o secretário executivo Alessandro Teixeira. Quando soube, Dilma repreendeu o ministro e chamou o demitido para trabalhar no Planalto. Da agenda dos ministros nos fins de semana – eles eram proibidos de deixar Brasília sem avisá-la – a conversas de pé de ouvido entre auxiliares, ela quer saber de tudo. Não raro, toma satisfações com os envolvidos.

Há quem veja nesse comportamento um eco do próprio passado. Dilma foi

torturada pela ditadura e ficou presa durante três anos. "A cabeça dela é a cabeça de célula, de aparelho, como se ainda estivéssemos na luta armada, com gente do nosso lado podendo nos trair ou gente atrás de nós querendo nos pegar", disse um ministro que passou pelos governos tucano e petista. Segundo ele, tudo faz sentido: a preferência pelo isolamento, a autossuficiência, a desconfiança, o controle da informação, o hábito de guardar grandes somas de dinheiro em casa "para qualquer emergência" ou, ainda, a mania de dormir de sapatos, "caso precisasse sair às pressas", que a acompanhou por anos. "Ela ainda é a menina dos anos 60", disse.

Embora o modo de governar e o estilo pessoal prenunciassem ruídos, Dilma estava nas alturas quando começou o segundo ano do seu governo. Elogiada pela imprensa, respeitada pelos empresários, aprovada pelo eleitorado, temida pelos seus – chegou a hora de dar seu primeiro grito de independência. O poste queria luz própria. Em vez de recuar nas medidas de incentivo ao consumo e ao investimento que haviam sido tomadas para contornar a crise global de 2008, ela decidiu pôr o pé no acelerador.

A seu lado, Guido Mantega funcionava como um "aperfeiçoador das ideias". Na concepção econômica da presidente, valia tudo para promover o crescimento, proteger a indústria e o emprego, bombar o consumo e manter a balança comercial positiva. Um pouquinho de inflação não fazia mal a ninguém, essa era a ideia. Dilma passou a ser acusada de abandonar o tripé econômico – meta de inflação, superávit fiscal e câmbio flutuante – sobre o qual se sustentara a estabilidade da economia nos últimos doze anos.

Críticos alertavam para o risco de promover uma expansão econômica baseada no endividamento. "Ela não ligava para críticas. Nunca ligou. Tinha na cabeça uma ideia de país clara. De fato, ela sabe mais de economia do que as pessoas pensam, e sabe menos do que ela pensa que sabe", afirmou um ex-integrante dos governos Dilma e Lula.

Na concepção da presidente, a interferência do Estado na economia é crucial. Há em suas decisões um viés ideológico, de esquerda, muito mais arraigado do que no governo Lula. A má vontade em relação à independência do Banco Central é um exemplo. Dilma costuma dizer que, no dia em que se colocar um banco privado para financiar obras de infraestrutura e programas sociais – como o Minha Casa Minha Vida, cujos recursos são 95% do governo –, o país não vai ter mais nenhuma moradia subsidiada para os pobres.

Guiada por suas convicções, ela baixou as taxas de juros dos bancos estatais para fomentar o crédito e obrigar as instituições privadas a fazer o mesmo. No primeiro pacote de concessão das rodovias, limitou a lucratividade das empresas. "Ela acha que é preciso controlar tudo. Caso contrário, o empresário ia oferecer o pior serviço

CADA VEZ MELHOR!

**GALETO'S**  
Restaurante - Grill

PEÇA ON LINE:  
[www.galeto.com.br](http://www.galeto.com.br)

OU POR TELEFONE:  
**4007-1533**

Se beber não dirija.

Bacalhau à Camponesa



pelo maior preço, o que podia ser verdade. Mas você pode controlar isso aumentando a concorrência, por exemplo”, observou o ex-integrante da equipe econômica.

Na Petrobras, fez o mesmo para controlar a inflação: repressou os preços dos combustíveis, ainda que a medida representasse um baque para o caixa da estatal. A fim de forçar a queda do preço da eletricidade, antecipou a renovação das concessões das geradoras e distribuidoras de energia, impedindo-as de continuar a cobrar do consumidor a reposição do que haviam investido. As ações das empresas elétricas despencaram.

Em paralelo, Dilma lançava mão do que a imprensa batizou de “contabilidade criativa”: inflou as “receitas” do governo e mascarou as “despesas” de modo a aumentar artificialmente o superávit primário – dinheiro reservado para o pagamento dos juros da dívida pública e que sinaliza ao mercado que as contas internas vão bem.

Em uma tarde na sede do Partido dos Trabalhadores, o presidente da legenda, Rui Falcão, falava sobre as críticas à gestão econômica. “Por má vontade ou desinformação, ela é acusada de ser intervencionista, mas, na verdade, ela tomou decisões que beneficiaram a população, não acionistas ou empresários”, comentou. “Por que a grita? Porque muita gente rica, pela primeira vez, perdeu dinheiro.”

A medida que Dilma ia imprimindo sua marca, parte do petismo castiço per-

dia terreno, como ocorreu nos fundos de pensão e nos bancos estatais. Em abril de 2012, ela deu o passo mais ousado. Mandou a nova presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, demitir parte da diretoria da empresa. Três diretores ligados a três partidos foram defenestrados. Um deles era Paulo Roberto Costa, responsável pelo Abastecimento. No PT, as demissões caíram mal. Sobretudo a de Renato Duque, da diretoria de Serviços e Engenharia, responsável por grandes encomendas de plataformas e sondas de perfuração. Petista da corrente Construindo um Novo Brasil, tendência interna mais poderosa do partido, Duque fora indicado pelo ex-ministro José Dirceu. É bom guardar esse nome.

Ainda convescente do tratamento contra o câncer e mergulhado na campanha de Fernando Haddad à prefeitura paulistana, Lula assistia de longe ao movimento. Quando vinham lhe falar mal do governo, costumava responder com uma frase pronta: “Calma, ela vai mudar. Aquela cadeira muda as pessoas.”

O Instituto Lula ocupa um sobrado de três andares no bairro do Ipiranga, na Zona Sul de São Paulo. Decorado com móveis de escritório em ferro, divisórias de fórmica e chão acarpetado, lembra as instalações de um sindicato. É lá que Lula despacha desde que deixou a Presidência. O local virou tam-

bém o ponto de romaria de empresários e políticos para se queixar de Dilma. Logo, ganhou o apelido de “Serpentário do Ipiranga”. Ali, dizem, as víboras destilam veneno puro contra o Planalto.

Numa manhã de agosto, um dos dirigentes do Instituto falava sobre o governo e as eleições vindouras. Segundo ele, Dilma enfrentava uma combinação de fatores preocupante: a crise internacional, o ressentimento da elite – que se viu dividindo aeroportos e tendo de pagar hora extra para a empregada doméstica – e a dificuldade de vender o próprio governo. “Castaram meses querendo emplacar a gerentona e a faxineira. Isso pegou muito bem para a elite, mas não quer dizer nada para o povão”, comentou.

Em sua avaliação, o que ganha votos são ações sociais – Dilma as tinha, mas não conseguia mostrar. Para provar o que disse, ele citou pesquisas internas do partido evidenciando que os eleitores atribuíam a Lula programas implementados por Dilma.

Nas hostes petistas, Dilma sempre foi vista como forasteira. Com passado de esquerda, fez sua trajetória no Partido Democrático Trabalhista, nas fileiras caudilhistas de Leonel Brizola. Por muito tempo – e ainda hoje –, os petistas fazem questão de lembrar: Brizola foi aquele que se referia a Lula como “o sapo barbudo”. Petistas mais mordazes comentam que ela herdou tudo do bri-

zolismo, menos a qualidade: a coragem de enfrentar a tv Globo.

No mandato de Dilma, os petistas imaginavam pôr em prática a regulamentação dos meios de comunicação, defendida com ardor pelo partido. Mas ela não chegou nem perto do assunto. Na sua gestão, ocorreu uma mudança significativa na distribuição de verbas publicitárias para a imprensa. No segundo mandato de Lula, o então ministro da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins, irrigou pequenos jornais, rádios e blogueiros. Com Dilma, esses veículos perderam dinheiro e influência.

Cobrada pelo PT, ela também ficava presa à necessidade de justificar o que não havia feito. Havia uma pressão enorme para que fosse a público defender os réus do partido no caso do mensalão. Nem Lula o fez. Os petistas se sentiam sem uma cúmplice. E Lula, às vezes, idem. Quando estourou o caso Rosemary Noronha – funcionária da Presidência em São Paulo, apontada como “amiga íntima” de Lula e acusada de tráfico de influência –, Dilma nem titubeou. “Ela mandou demitir na hora, não quis nem saber”, contou uma ex-assessora da presidente.

A todo tempo, os petistas trazem à tona que Dilma nunca pensou, desejou, quis ou se preparou para ser presidente da República. Repetem que ela se comportava como alguém independente, que não havia entendido que na ver-

# MESTRADO & DOUTORADO PUCRS

ENTRE AS 5 MELHORES DO BRASIL. CAPES/MEC\*

A Pós-Graduação Stricto Sensu da PUCRS é a porta de entrada para uma nova vida acadêmica e profissional. São muitas as opções de Programas de Mestrado e Doutorado, como:

- Administração e Negócios
- Ciências Sociais
- Comunicação Social
- Economia e Desenvolvimento
- Educação
- Serviço Social

Para saber mais sobre os programas acesse:

[www.pucrs.br/pos](http://www.pucrs.br/pos)

INSCRIÇÕES ABERTAS



\*Nota média dos Programas de Pós-Graduação, conforme avaliação trienal 2010-2012 CAPES/MEC publicada em 2014, entre todas as IES brasileiras com 10 ou mais Programas de Pós-Graduação avaliados.

PUCRS  
VIVA ESSE MUNDO



ANGELI 2008

## O ENIGMA ELEITORAL



- Decifrem-me, ou vos devoro!

dade era apenas parte de um projeto político mais amplo. "Ela foi eleita para um projeto político. Não é dela, nem do Lula, é de todos. Ela nunca será a candidata dela mesma", disse-me o dirigente do Instituto Lula. "O que vai ser julgado nas urnas são doze anos, não quatro", concluiu.

No final de 2012, as queixas dos empresários, a revolta dos parlamentares que se sentiam desprestigiados e sobretudo o baixo crescimento (0,9%) deram fim ao clima de lua de mel. Na imprensa, a presidente era criticada pelo fracasso das medidas para impulsionar a economia e prometia em troca um "pibão" para breve. O Brasil havia perdido a posição para a Inglaterra e voltado a ser a sétima economia do mundo. O governo tinha 62% de aprovação.

Pouco depois, a revista inglesa *The Economist* pediu a cabeça de Guido Mantega em extensa reportagem com críticas à condução da política econômica brasileira. O "pibinho" assustava investidores e empresários. Durante todo tempo, o governo acreditou que a queda da taxa de juros e o aumento do crédito dos bancos oficiais implicariam um enorme incentivo ao investimento privado – que entretanto não aumentou. Ocorreu o inverso. De seu lado, Dilma respondia com evasivas e mantinha o pé firme nas diretrizes. A dificuldade de admitir erros é uma de suas características mais notáveis.

Na mesma época, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, e o do Rio, Eduardo Paes, estiveram no Planalto para tratar do aumento das tarifas de transporte público. Mantega teve uma ideia: já que a inflação continuava próxima de 6%, resistindo a voltar para o centro da meta (4,5%), era melhor segurar o reajuste. A resposta veio das ruas meses depois, quando o aumento foi enfim anunciado.

Em fevereiro, o "Volta, Lula" já havia se espalhado como gripe no inverno. Institutos de pesquisa simulavam o nome do ex-presidente nas apostas eleitorais – e ele ganhava com folga –, o petismo alimentava o boato e os empresários, insatisfeitos, engrassavam o coro. Dilma procurou Lula e pediu-lhe um gesto capaz de aplacar a boataria. Dias depois, durante a comemoração do aniversário do PT, Lula fez seu papel: antes de encerrar sua fala, como se cumprisse uma tarefa, finalmente mencionou a reeleição de Dilma. O resultado foi dúbio. Parte da legenda achou que era um erro antecipar a campanha, já que ainda havia quase dois anos de governo pela frente. Outros entenderam ter sido uma maneira de fortalecer o projeto de poder num momento delicado. A verdadeira opinião de Lula ficou restrita a amigos e familiares. "Lula é igual à Bíblia, cada um interpreta como quer", disse José Eduardo Dutra, ex-presidente do PT e atual diretor da Petrobras.

Na casa do próprio Lula, o anúncio da reeleição de Dilma repercutiu mal. A ex-primeira-dama Marisa Leticia achou um absurdo, uma ingratidão, uma traição que Dilma não tivesse perguntado a Lula, em nenhum momento, se ele queria ser candidato – conforme a presidente havia confidenciado para um ex-ministro, amigo de ambos, um ano antes. A família ficou magoada. E especialmente Lula.

Desde que deixara o Alvorada, Marisa Leticia sentia falta da rotina brasiliense – as manhãs pescando no píer da Presidência, o *entourage*, os salamaleques, o poder. Dizia que Lula ainda era a única pessoa capaz de manter o país nos trilhos. Fazia coro com o Serpentário do Ipiranga. "Ele sempre quis voltar, a Marisa queria que ele voltasse, os filhos queriam e boa parte do PT também", disse-me um advogado de renome ligado ao partido, em seu escritório, em São Paulo.

De sua parte, Dilma defendia que o mandato era dela. Deveria terminar o que havia começado e, como seus antecessores, tinha o direito à reeleição. Nada disso, no entanto, era explicitado. Em público, Lula negava a hipótese de se candidatar, mas no privado era sempre ambíguo. Ainda que não estimulasse o boato, não movia uma palha para matá-lo na origem. Em encontros reservados, ele passou a criticar a presidente.

Durante todo o mandato, Dilma e Lula nunca se afastaram ou deixaram de se falar. Ele sempre foi cuidadoso na aproximação e nas críticas. Dava sugestões de modo que sua interlocutora pudesse acatá-las ou não. Em vez de dizer que ela estava negligenciando a política externa, Lula perguntava, como do nada: "É a África, Dilminha? Está abandonada..." Quando se estranhavam, um ou outro "sumia". Como relatou um auxiliar direto da presidente: "Mito não telefona. Ele nunca telefonou, mas ele sumia. E ela, quando achava que ele estava dando declarações demais à imprensa, ou se julgava estar no caminho certo e queria preservar-se de ingerências externas, fazia o mesmo."

O comitê central da campanha de Dilma Rousseff está localizado em um centro comercial de Brasília. Na entrada, veem-se cartazes de crianças com camisetas vermelhas, a serigrafia de uma foto da candidata quando militava contra a ditadura e um enorme painel com a imagem dela, sorridente, ao lado de Lula. No mezanino, fica a sala de Giles Azevedo, ex-chefe de gabinete da presidente no Planalto, hoje um dos coordenadores da campanha.

Há vinte anos, ele é a sombra de Dilma Rousseff, que o chama carinhosamente de "Gil e Les" – como se ele fosse duas pessoas. Se há no mundo alguém em quem ela confie, é ele. Em uma tarde de julho – quando ainda não havia Marina Silva no páreo –, Azevedo comentava as dificuldades da chefe: "As pessoas não querem resolver problema, querem carinho, atenção. Ela quer resolver, não quer gastar tempo com firula." Segundo ele, a praticidade e a discrição da presidente eram uma novidade no cargo. "Ela trabalha para dentro. Não quer holofote, quer resultado, isso é uma coisa diferente na política brasileira."

Para ele, é um grande equívoco afirmar que Dilma não sabe fazer política. "Baixar os juros do sistema financeiro mexendo com lucros de banqueiros, desafiando interesses econômicos nos contratos de energia elétrica, criar a Comissão da Verdade, isso é não fazer política?", indagou. "Ela fez isso sozinha."

O celular tocou. Passaram-lhe o resultado de uma pesquisa recente, mas ele não quis comentar os números. Com voz mansa, pôs-se a listar as conquistas do governo: o Minha Casa Minha Vida havia construído 2 milhões de moradias; o Brasil Carinhoso retirara 8,7 milhões de pessoas da miséria; das dez maiores hidrelétricas do mundo, três seriam cons-

truídas no Brasil; o Pronatec ofereceu cursos técnicos a 8 milhões de estudantes. "Na crise, o mundo perdeu 60 milhões de empregos, e o Brasil ganhou 11 milhões. Como que alguém pode dizer que esse governo fracassou?"

Naqueles dias, a dicotomia entre o Ipiranga e o Planalto era explícita. Os mais próximos da presidente se incomodavam com o fato de Lula despontar como um gênio da lâmpada, sempre com uma frase de efeito, uma solução mágica, um conselho incrível, ainda que o PT amargasse derrotas fragorosas em dois dos principais estados brasileiros: Lindberg Farias, no Rio, e Alexandre Padilha, em São Paulo. A eterna comparação entre ela e Lula também a incomodava. Ela sorria amarelo quando ele falava em público sobre "o criador e a criatura" ou quando explicitava que o governo era "meu e da Dilma", ratificando ataques de adversários. Ela também percebia que o "Volta, Lula" aparecia sempre nos momentos em que o governo estava fragilizado, quase como um corretivo a sua gestão. E quem está a seu lado repara que Dilma se refere a Lula como "presidente" e o trata de "senhor", enquanto ele, a despeito do cargo que ela ocupa, sempre se refere à presidente como "Dilminha" e "você". Entre os dois, a relação nunca foi de paridade. Quando o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, visitou o Brasil, no ano passado, engatou numa conversa animada com Lula. Deixaram Dilma, a presidente, esperando por quarenta minutos.

Mas era fato que, depois de quase quatro anos de mandato, ela ainda precisava umbilicalmente de Lula para se eleger. "É difícil suceder o Lula. O carisma, o processo de transferência, é um peso muito grande", afirmou Giles Azevedo. Segundo ele, qualquer candidato do partido estaria na mesma situação. A relação de ambos, ele disse, para aplacar qualquer boato de desentendimento, era excelente. "Mas ela pensa, né?"

O prejuízo de se ter antecipado a campanha eleitoral logo ficou visível. O governo passou a ser avaliado com lupa, cada ação de Dilma ficou sob suspeição de ser eleitoreira. Quando o preço do tomate chegou a 10 reais o quilo – um aumento de 80% em menos de um ano –, a opinião pública gritou: a inflação está mordendo a dona de casa.

No Congresso, a relação com o Executivo também ia mal. Nos primeiros dois anos, Dilma havia feito algo se mover no pântano do fisiologismo brasiliense. "Acabou a conversinha mole, tangenciada, uma coisa querendo dizer outra, segundas intenções. Com ela, não tem", comentou um ministro do PMDB, durante um jantar em Brasília. Um ex-ministro paulista também me disse: "Ela é honesta, não pensa em dinheiro e não tem filho para fazer negócio. Isso já cria uma barreira para as conversas esquisitas."

Pressionada por Lula, ela cedia nas alianças, mas até a última hora tentava uma carta diferente. Foi o caso da ida de



Renan Calheiros para a presidência do Congresso Nacional. Ainda que o PT tivesse combinado, por escrito, o revezamento com o outro partido, quando a posse se aproximou, ela insinuou que Calheiros desistisse do cargo em troca do apoio incondicional do governo para elegê-lo governador de Alagoas. Ele agradeceu. "Ela ia com o milho e eles voltavam com a pipoca. Ela não entendia o quão mais fundo era o buraco", comentou uma ex-auxiliar da presidente.

O estilo Dilma tinha um preço. Uma coisa era ser faxineira quando estava por cima, outra era manter a pose sendo bombardeada de todos os lados. "Deputado dá troco. É um horror, mas é fato", comentou um parlamentar da base aliada, em Brasília. A retaliação vinha do próprio quintal. Numa ocasião, o então presidente da Câmara, o petista Marco Maia, queria indicar um filhoado político para o Banco do Brasil. Dilma não o atendeu. Em represália, ele abandonou uma sessão no meio para atrapalhar a votação.

No Congresso, Dilma perdeu em várias votações relevantes para o governo. Com uma articulação política frágil, sem vocação para fazer o jogo da aranha-miúda, ela ficou à mercê do fisiologismo. "No segundo e terceiro anos de governo, como estava sem anteparo, ela se expôs muito", comentou o deputado Paulo Teixeira, do PT de São Paulo, em seu gabinete na Câmara, em agosto. Um dos exemplos ocor-

reu durante a votação da Lei dos Portos, quando o deputado Eduardo Cunha, líder do PMDB na Câmara, emparedou o governo. "A presidente ficou em simetria com um deputado. Isso não pode. Na Fazenda, a mesma coisa. Ela foi virando o alvo direto das críticas por não ter esse muro de defesa", comentou. Ao longo do tempo, o pragmatismo ganhou. Dilma liberou o aumento dos ministérios para acomodar aliados, ministros faxinados indicaram sucessores, e ela trocou um ministro por causa de um minuto a mais no programa eleitoral na tevê. A imagem de faxineira ficara para trás.

Vieram as manifestações de junho de 2013. Começaram contra o aumento das passagens de ônibus, mas logo ganharam dimensão nacional e se transformaram em revolta contra os gastos com a Copa, a precariedade dos serviços públicos, a venalidade da política brasileira. Em vinte dias, a aprovação do governo Dilma despencou de 57% para 30%. O grito de independência não tinha mais eco. No meio da crise, foi ela quem pegou um avião para São Paulo para se encontrar com Lula. O poste precisava de luz.

Foi quando Lula sugeriu a saída de Guido Mantega. Mais uma vez, ela se fez de surda. "A maior força de Mantega durante todo o governo foi ter sido vulnerável. Poucos naquele cargo permitiram tamanha ingerência do presidente da Re-

pública", comentou um ex-integrante da equipe econômica. Para ela, demiti-lo significava perder o poder irrestrito de mandar na economia. Nessa época, Lula comentou com um grupo no Ipiranga: "Ela não vai mudar." E viajou para uma longa série de compromissos na África. Mais uma vez, ela entendeu o recado.

Paradoxalmente, depois de junho, teve início o período mais profícuo do governo Dilma. Em poucos dias, os protestos fizeram o Congresso aprovar projetos contra a corrupção, governos recuaram no reajuste do transporte público e o Judiciário mandou para a cadeia um político acusado de corrupção – o deputado Natan Donadon, do PMDB de Roraima. O Planalto emplacou o Mais Médicos e conseguiu aprovar no Congresso a lei para destinar à educação o dinheiro dos royalties do petróleo.

As manifestações também provocaram uma reação inédita na presidente: ela mudou de ideia. Quando não apareceu nenhum interessado no leilão pela concessão de um trecho da rodovia BR-262, que liga o Espírito Santo a Minas Gerais, ela flexibilizou as regras do jogo e só af as negociações deslançaram. Ao mesmo tempo, Dilma passou a se encontrar com os movimentos sociais, lideranças indígenas, representantes de igrejas evangélicas. Reuniu-se até com o presidente da Central Única das Favelas, o Preto Zezé. Recebeu parlamentares,

ministros, empresários. Também ficou assídua no Twitter, em sintonia direta com os eleitores. "Ali, deu uma revigorada em todo mundo. As coisas andavam, aconteciam", disse-me um ministro do governo, no final de setembro.

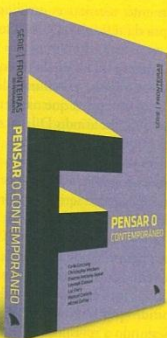
Na imprensa, ela era atacada sem dó: as obras para a Copa não ficariam prontas, os protestos paralisariam o país, a imagem do Brasil no exterior seria abalada – em suma, o desastre era iminente. Dois meses depois das manifestações de junho, o governo era aprovado por 44% da população. A presidente tinha coisas a resolver e se trancou no Planalto novamente. Em pouco tempo, a rotina voltou ao normal: reuniões infundáveis, encontros secretos, broncas. A gerentona estava de volta.

A reforma ministerial, no início de 2014, produziu o primeiro homem forte do governo: Aloizio Mercadante, alçado para a Casa Civil depois que Gleisi Hoffmann se desincompatibilizou para concorrer ao governo do Paraná. Ao longo do mandato, os interlocutores de Dilma eram Ideli, Gleisi, Giles Azevedo, Fernando Pimentel e José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça. Quando substituiu Fernando Haddad na Educação, Mercadante foi galgando espaço no grupo.

Ainda ministro da Educação, passou a acompanhar a presidente nas viagens

# IDEIAS EM SÉRIE.

Os mais instigantes debates do mundo atual pela visão dos grandes intelectuais que já passaram pelo palco do **Fronteiras do Pensamento**.



Carlo Ginzburg  
Christopher Hitchens  
Kwame Anthony Appiah  
Leymah Gbowee  
Luc Ferry  
Manuel Castells  
Michel Onfray



Amartya Sen  
Daniel Dennett  
Fredric Jameson  
Jon Elster  
Peter Singer  
Robert Darnton  
Simon Blackburn  
Simon Schama



Mario Vargas Llosa  
Mia Couto  
Michel Houellebecq  
Orhan Pamuk  
Richard Serra  
Tom Wolfe  
Tzvetan Todorov  
Wim Wenders

Esta série foi viabilizada pelo patrocínio de Braskem, CPFL Energia e Natura.



ARQUIPÉLAGO  
EDITORIAL

revista **piauí**

**FRONTEIRAS**  
DO PENSAMENTO





internacionais, mesmo que o assunto não dissesse respeito à sua pasta. Aproveitava os longos voos para palpitar sobre o governo em geral. Diz-se dele ser "o maior especialista no ministério dos outros". A demissão de Antonio Patriota, do Ministério das Relações Exteriores, foi gestada entre os fios do hirsuto bigode. Comenta-se de um jantar em que Mercadante trocou a identificação dos lugares à mesa para se sentar perto de Dilma.

Ele desabrochou aos olhos da presidente durante as revoltas de junho. Nas reuniões no Alvorada para debater as providências diante da crise, Mercadante tinha sempre uma opinião aguerrida, era assertivo, não titubeava – o que, para Dilma, é uma virtude. Entregava resultados num governo que tinha pouco a mostrar e teve importante papel na elaboração do Mais Médicos e do Pronatec – duas vitrines do governo. Logo, mais um apelido foi cunhado nos corredores do Planalto. Mercadante se tornara "O Príncipe".

Quadro histórico do PT, ele sempre teve uma relação conturbada com Lula

e a ala paulista do partido. É considerado vaidoso, arrogante, megalômano. No governo Lula, jamais teve um ministério. Mas, na ausência de nomes de peso do partido – José Dirceu, José Genoíno, Antonio Palocci –, era ele a melhor opção caseira para auxiliar a presidente. Quando se tornou um dos poucos a ter coragem de enfrentá-la, seu passe dobrou.

Há quem enxergue na parceria uma declaração de independência em relação a Lula. Foi o que disse um ministro do governo durante um café da manhã, no final de agosto. "A impressão é que ela e Mercadante sequestraram nosso projeto e agora acham que podem melhorá-lo", afirmou. Com agenda política própria, Mercadante tem planos altos. Quando comentei com Rui Falcão ter ouvido que ele estava convencido de ser o sucessor de Dilma, o presidente do PT riu. "Cada um pode sonhar com o que quiser", disse. Era inegável que a presença de Mercadante dera mais confiança à presidente. Ela não estava mais sozinha.

Em maio deste ano, as pesquisas apontavam para a perspectiva de haver segundo turno nas eleições presidenciais. A reação do governo veio a reboque: aumentou o valor do Bolsa Família e anunciou a correção na tabela do Imposto de Renda.

Dilma teve de lidar com as críticas e adversidades. Na abertura da Copa, fora vaiada e insultada em coro pela torcida presente ao Itaquerao. Sua popularidade despencara e o padrinho a deixara sozinha. "Ela não passa recibo, não deixa a emoção tomar conta", disse um ministro do governo. É mesmo uma búlgara. Na lapela, nos bordados, no crepe, nos botões trabalhados, nas cores, nos modos, no paladar, mas, sobretudo, na maneira de externar emoções. "É como se ela tivesse uma missão. Você não vai vê-la se lamentando por aí. É uma causa, é uma missão", observou. Nem quando fala do assunto que lhe é mais doloroso – a tortura –, ela o faz em tom de lamúria. O relato, reservado a poucos, é contado com detalhes estarecedores. Um dos episódios mais degradantes envolveu um rato vivo.

Fora dos campos, a Copa do Mundo transcorreu melhor do que se esperava. Infraestrutura, segurança, telecomunicações, tratamento aos turistas, às seleções e aos chefes de Estado – em geral, não houve problemas. Os poucos foram acobertados pela simpatia da hospitalidade.

Logo depois do campeonato, o governo convocou uma entrevista coletiva com a presença de todos os ministros para falar do sucesso do evento. Mas já no dia seguinte Rui Falcão disse à imprensa que era hora de "reeleger Dilma e trazer Lula de volta em 2018". A presidente mal tivera tempo de colher os louros quando a luz do poste a ofuscou novamente. "Aquela fala era uma maneira de dar um horizonte à militância para a continuidade do projeto", disse-me Falcão, dias depois.

Um pouco antes da Copa, o ex-presidente Lula esteve em Milão para visitar a sede da Pirelli. À noite, num jantar privado, fez uma breve explanação sobre o Brasil e a América Latina. Ali, para os cerca de vinte convidados, desancou a sucessora. Disse que ela não o "consulta

para nada", ressaltou sua inabilidade política e a dificuldade de tocar o governo.

Dois dos presentes relataram o ocorrido a um conhecido empresário brasileiro do ramo do comércio exterior. "Se ela depender dele para se eleger, coitada dela", comentou um deles, segundo o empresário contou, em seu escritório, em São Paulo. A declaração na Itália foi apenas uma das várias feitas por Lula em reuniões fechadas. Recentemente, a um grupo de executivos de um grande banco de investimentos, com sede na avenida Faria Lima, na capital paulista, a cena se repetiu.

Desde março de 2011, uma auditoria interna da Petrobras investigava a venda da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. O negócio custou 1,18 bilhão à Petrobras, quase 27 vezes mais do que o valor pelo qual a empresa americana havia sido vendida em 2005. Como presidente do Conselho de Administração da estatal, Dilma foi uma das pessoas que aprovou a transação. Quando engrossaram as suspeitas sobre o negócio, em março deste ano, Graça Foster preparou uma nota, limitando-se a dizer que o assunto era objeto de sindicância interna.

Dilma rechaçou a explicação e considerou a nota "ingênua". Sentada em seu gabinete, batucou no computador, durante horas, outra resposta, sob o olhar de quatro assessores, entre eles o advogado geral da União, Luis Inácio Adams. "É para sair assim", ordenou. Em nenhum momento ela consultou Lula ou o PT. Na nova versão, ela indicava que a compra havia se baseado em "documentação falha" e "informações incompletas".

A nota caiu como uma bomba de nêutron. Baseada nela, a oposição pediu a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de apurar as denúncias. Na opinião de um renomado advogado que trabalha para as empreiteiras envolvidas, Dilma "trouxo o assunto para o centro do palco". A interlocutor, Lula propalava que ela havia dado "um tiro no pé" ao jogar dúvidas sobre o embasamento técnico e jurídico para a compra da refinaria. O assunto, apostavam os artistas, teria morrido por si só com a vaga explicação da Petrobras.

Pouco depois, o Tribunal de Contas da União entendeu que os membros do conselho – incluindo Dilma, o empresário Jorge Gerdau e Fábio Barbosa, presidente do Grupo Abril – nada tinham a ver com o assunto. Os suspeitos a serem julgados seriam ex-diretores da Petrobras, entre eles Paulo Roberto Costa – um dos presos na Operação Lava a Jato, da Polícia Federal, que apurava as denúncias – e o ex-presidente da empresa, José Sérgio Gabrielli. Ambos demitidos por Dilma dois anos antes.

Segundo a revista *Veja*, em troca da redução da pena e proteção à família, Costa teria revelado, num acordo de delação premiada, que havia repassado dinheiro da corrupção para políticos como o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB) e Eduardo Campos (PSB), a go-

CAIXA CULTURAL apresenta

ajude a preservar a natureza, recicla!

18

SER TÃO POP

o novo cinema de sertão

CAIXA Cultural RJ | 30.SET a 12.OUT - 2014

Av. Almirante Barroso, 25 - Centro - Tel.: (21) 3980-3815

RS2 e RS1 (meia) | www.haverfilmes.com.br/sertaoapp

Produção HEVEA filmes

Apoio 3moinhos produções

Patrocínio revista piauí CAIXA



vernadora peemedebista Roseana Sarney e seus colegas de partido Renan Calheiros e Edison Lobão, ministro das Minas e Energia.

Em uma noite de setembro, encontrei-me com um advogado de um dos réus da Operação Lava a Jato, em um bar do Leblon, no Rio. Preocupado com a repercussão da delação premiada, ele corroborou o que já havia dito o réu: "Se ele falar, não tem eleição." Comentou que Costa "era um ser único na política brasileira" – pela primeira vez, um operador atuava nas duas frentes: na arrecadação de recursos de campanha e na distribuição para políticos. "Na época do PC Farias, ele só arrecadava, não sabia para quem ia o que. Esse Paulinho sabe tudo", afirmou.

O caso ganhava contornos ainda mais preocupantes porque, por causa da nova Lei Anticorrupção – sancionada por Dilma Rousseff –, atualmente são os controladores das empresas que respondem pelos crimes, não mais um diretor ou um secretário. "Você imagina o que é ter o dono de uma empreiteira realmente correndo o risco de ir para a cadeia?", observou o advogado.

O que moveu Dilma ainda é controverso. Havia a informação de que o relator do caso no TCU, o ministro José Jorge, ampliaria as investigações para o governo. "O que ela fez foi se defender, com razão. O que ela acha que é defesa própria, o PT chamou de 'falta de solidariedade'", disse-me um ministro palaciano. O curto-circuito era da luz, não do poste.

Da janela da sala da presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, tem-se uma visão magnífica da Baía de Guanabara. Em uma manhã de julho, sentada de costas para o cenário, ela falava sobre a chefe e amiga Dilma Rousseff. As duas se conheceram em reuniões de trabalho na Petrobras há dez anos. Quando vai a Brasília, Graça é uma das poucas a ser convidada a pernoitar no Alvorada. Lá, passam a noite conversando, ouvindo música e lendo.

Encontramo-nos quase dois meses antes do acordo de delação premiada feito por Paulo Roberto da Costa. Comentei que gostaria de ouvir uma "voz amiga" da presidente, pois me surpreendia como seus assessores e interlocutores mais próximos reservavam a Dilma críticas tão ácidas e comentários tão ferinos. "É injusto com ela, muito injusto", disse Foster logo no começo da conversa. "É isso acontece porque ela é justa e paga um preço alto por isso", avaliou.

No final de setembro, com mais uma queda brusca das ações, a Petrobras havia deixado de ser a maior empresa brasileira e perdera 144 bilhões de reais de valor de mercado desde o início do governo de Dilma Rousseff. Perguntei o que ela pensava ao ouvir que a presidente havia "acabado com a Petrobras e destruído o setor elétrico". "Conheço essa empresa como a palma da minha mão, não tem isso", disse, enfatizando a negativa com um movimento da cabeça. "Como uma em-

presa que investe 100 bilhões de reais por ano, tem 70 bilhões em caixa e produz 500 mil barris de petróleo por dia, só no pré-sal, pode estar mal?", perguntei.

Chegamos a Pasadena. Relatei a ela o que havia ouvido de cinco pessoas ligadas ao PT, com palavras a mais ou a menos, mas sempre com o mesmo sentido: a presidente havia exposto o esquema que ela sabia ter financiado sua campanha e a de vários companheiros do PT e de partidos aliados. Sem hesitar, Graça respondeu, grave: "Não sei nada disso do que você está falando."

Um copeiro trouxe café. Ela retomou o raciocínio. Acredita que Dilma é vítima da própria honestidade. "Ela é justa, honesta, muito justa e honesta. Esse é o ponto fundamental de tudo", disse. Era de se imaginar que ela ficasse doída com as críticas inclementes. "Não é fácil para ninguém. Olha, eu vou até parar de falar porque eu já chorei aqui hoje. Mas, pode ficar tranquila, não foi por causa da Petrobras", disse, sorrindo.

Trágica morte de Eduardo Campos varreu como um furacão o cenário eleitoral. A partir de então, tudo o que se especulava ficou velho. Em Brasília, passou-se a ouvir a expressão: "Ah, isso é tão 12 de agosto!", em referência à véspera do desastre. O PT havia se preparado para repetir o mote "Nós contra eles", no embate com o PSDB. Quando Marina Silva se tornou uma ameaça real, o partido não sabia o que fazer. De novo o "Volta, Lula" surgiu forte dentro do PT.

Naqueles dias, um influente empresário, com negócios no Sudeste e Nordeste, foi recebido para jantar na casa da família Lula em São Bernardo do Campo. Como era domingo, pediram pizza pelo telefone e se reuniram em volta da mesa. O assunto logo resvalou para o governo. Ele, que estava decepcionado com o PT, externou sua opinião. Foi a deixa para Marisa desancar Dilma mais uma vez: ingrata, falsa e traidora foram alguns dos adjetivos que empregou. Os filhos de Lula corroboravam a opinião da mãe. O ex-presidente permaneceu calado.

Ali, o empresário teve uma epifania. Percebeu que, por mais forte que fosse o "Volta, Lula", o ex-presidente jamais teria coragem de se apresentar como candidato. Nem para salvar a eleição de 2014, já que ele já tinha em vista 2018. O preço de deixar de ser um mito e desembarcar na vida real, num cenário de incerteza aguda, era pesado demais. Logo que Marina se lançou candidata, as pesquisas encomendadas pelos partidos não davam grande vantagem a Lula sobre sua ex-ministra, quando confrontados na mesma cédula.

Com o alerta vermelho na campanha de Dilma, Lula passou a viajar pelo país fazendo comícios e acompanhando a candidata em eventos. Quatro ministros se licenciaram dos cargos para cuidar da articulação política. A 32 dias do primeiro turno, um grupo se reuniu na suíte do hotel Unique, em São Paulo, onde Dilma

estava hospedada. Lula deu a ordem de comando: "Vai ser o segundo turno mais longo da história. Ele tem que começar agora", disse. Isso significava atacar Marina com todas as armas, para que ela chegasse ao segundo turno fragilizada.

A partir daí o tom da propaganda eleitoral engrossou: Marina foi comparada a Jânio Quadros e Fernando Collor de Mello. Em outro spot, dizia-se que, com a autonomia que ela pretende dar ao Banco Central, a comida vai sumir do prato das famílias, em benefício dos banqueiros, caracterizados na propaganda como vilões. No jargão publicitário, a ordem era "desconstruir" Marina: explorar suas incongruências, dubiedades, fragilidades, o túnel desconhecido que seria seu governo. A estratégia surtiu efeito. Em três semanas, Dilma abriu quinze pontos de vantagem sobre Marina, mas ainda não tinha o suficiente para vencer no primeiro turno.

A poucos dias das eleições, o Brasil havia saído do Mapa Mundial da Fome das Nações Unidas. Pela primeira vez em cinco anos, registrava-se retração da economia, que havia entrado em recessão técnica. Ao contrário do que pregava o governo, o país crescia menos do que seus pares na América Latina. A inflação recuava a passos lentos. Indagada se faria mudanças na equipe ministerial caso reeleita, Dilma respondeu de bate-pronto "Ano novo, equipe nova", incorporando a seu repertório a expressão "novo, nova", bordão da adversária Marina e sua "nova política". O recado tinha alvo: Mantega estaria fora no próximo governo. Ele soube da notícia pela internet. "Ela só não esclareceu se também vai mudar. Se vai deixar de *ministrar* para começar a *presidir*", disse um secretário do governo com status de ministro.

No final de setembro, durante um café da manhã no Rio, um importante dirigente do PT comentava o enredo eleitoral. "Ninguém ia imaginar a morte do Eduardo Campos, a crise econômica mundial, o sentimento que ia surgir das manifestações de junho. Mas todo mundo sabia da inabilidade da Dilma, da ojeriza pela política, desse temperamento", resumiu.

A reeleição de Dilma ganhara fôlego. De nada adiantara mostrar as obras, os programas, as falas de Lula. A vantagem só foi recuperada quando o PT pegou em armas e passou a atacar sem piedade a adversária. As dificuldades do governo, segundo meu interlocutor, nunca foram de macroeconomia, mas de estilo. "Arrogância", ele disse. Argumentei que, se eleita, ela poderia fazer um governo mais livre, sem se preocupar com Lula ou com o PT, já que provavelmente seria seu último cargo político na vida. Ele balançou a cabeça e deu um sorrisinho. Antes de se retirar, arriscou o porvir: "O fato é que, se ela ganhar, foi o PT que ajudou. E aí, no dia 1º de janeiro, o governo passa a funcionar no Ipiranga. Se perder, ela vai levar essa culpa para sempre. Infelizmente, isso é a política." ☘

**TUC**  
Teatro da PUC-SP



### Antes de Mais Nada 12

Texto de Flávio Cafiero  
Direção de Zé Henrique de Paula

Com Fúlvio Stefanini, Roney Facchini,  
Chris Couto e atriz convidada Karin  
Rodrigues

Sex e Sab às 21h30 e Dom às 19h | TUCA



### Através de Um Espelho 12

Texto Ingmar Bergman  
Direção de Ulysses Cruz

Com Gabriela Duarte, Nelson Baskerville,  
Marcos Suchara e Lucas Lentini

Sex 21h30, Sab 21h00  
e Dom 19h30 | TUCARENA  
Estreia dia 18 de Outubro.



### Improvável 14

Espectáculo de improvisação teatral.  
Cia Barbixas de Humor.

Com Anderson Bizzocchi,  
Daniel Nascimento, Eldio Sanna  
e convidados.

Qui, às 21h30 | TUCA



### Peter Pan & Wendy 04

Texto de Le Plat du Jour - Adaptação livre  
do Livro Peter Pan e Wendy, de J.M. Barrie  
Direção de Pedro Pires

Cynthia Falabella, Antonia Canto,  
Alexandra Golik e Carla Candioto

Sab e Dom às 16h00 | TUCARENA

Mais Informações:  
Rua Monte Alegre, 1024 - Perdizes  
11 3670-8454 | 3670-8455  
[www.teatrotuca.com.br](http://www.teatrotuca.com.br)



## ANEXO B – TRANSCRIÇÃO DE *CORPUS* – “A AFILHADA REBELDE”

(Extraído tal qual a versão online)

### A afilhada rebelde

O estilo, as ideias, as decisões e a ambígua relação de Dilma com Lula

por *Daniela Pinheiro*

Tamanho da letra:

- A -
- A +
- A +/-

Imprimir:

Era o final de uma manhã de brisa fria e sol quente, no início de setembro, quando o presidente do sindicato dos taxistas de São Paulo, Natalício Bezerra da Silva, tomou o microfone e se dirigiu à restrita plateia: “Vamos respeitar, hein? Nada de gracinhas. Não se convida uma pessoa para vir na casa da gente e a gente hostiliza.” O grupo aguardava a chegada da presidente da República e candidata à reeleição, Dilma Vana Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, que naquele momento tinha 36% das intenções de votos – o que a colocava em empate técnico, no primeiro e segundo turnos, com Marina Silva, do Partido Socialista Brasileiro, catapultada às alturas nas pesquisas depois da morte do cabeça da chapa, o ex-governador Eduardo Campos, em agosto.

“Eu não estou preocupado com vocês, não. Nossa categoria é respeitosa, mas pode aparecer alguém de fora, querer aprontar, tumultuar, aí vai ter”, continuou o sindicalista, ainda que sua preocupação fosse infundada, já que o ambiente estava cirurgicamente controlado. A imprensa foi espremida num pequeno palanque. Apenas dirigentes sindicais identificados – a maioria trazendo estampados no peito adesivos com a cara da candidata – tinham acesso à área diante do palco. Populares eram vetados. Uma mulher, moradora de um prédio vizinho, foi orientada por um segurança a dar a volta no quarteirão para entrar em casa. Meia hora depois, Dilma Rousseff foi recebida por uma audiência calorosa. A equipe da candidata filmava tudo.

A menos de um mês das eleições, a campanha da presidente precisava se blindar de vaias, perguntas incômodas, manifestações populares fora do script. E pior: tinha que lidar com uma inédita e sombria perspectiva nas urnas. Dentre os eleitores, apenas 38% achavam sua gestão “boa ou ótima”. Ainda segundo o Datafolha, mais da metade da população a considerava entre regular e péssima. Sua rejeição em São Paulo – maior colégio eleitoral do país – alcançava 47%. Em âmbito nacional, 34% do

eleitorado afirmavam não votar nela “de jeito nenhum”. Era o maior percentual negativo entre os presidencialistas. Desde o início da corrida eleitoral, pela primeira vez parecia concreto o risco de o PT deixar o poder depois de doze anos no comando do país.

A popularidade de Dilma Rousseff, ao chegar ao governo, ultrapassava os 70% de aprovação. O caminho entre o pedestal e a corda bamba foi curto e difuso. É difícil determinar a pedra que pavimentou a rota do declínio: se as decisões econômicas ou a inexperiência política da governante; se a onda de mudança que veio à tona nas manifestações de junho ou o temperamento insular da mandatária; se a ojeriza aos rituais da política ou a tentativa de imprimir a própria marca ao governo; se a persistência da crise internacional ou o espectro de seu padrinho político, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lhe fez sombra durante todo o processo. Uma relação peculiar que – como disse certa vez o ministro Gilberto Carvalho – ainda vai merecer estudos acadêmicos.

Para esta reportagem, foram ouvidas 26 pessoas ligadas à presidente ou ao Partido dos Trabalhadores. A maioria pediu anonimato. Dentre os procurados, apenas Dilma Rousseff e o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, se negaram a falar com **piauí**.

Ao assumir o mandato, Dilma Rousseff – a gerentona, a mãe do Programa de Aceleração do Crescimento – tinha em mente o que queria fazer: dar continuidade às políticas de inclusão social do governo Lula e implementar uma agenda desenvolvimentista, das grandes obras de infraestrutura, assunto que sempre lhe foi caro, para mover a economia. O país tinha crescido em ritmo chinês e parecia recuperado do impacto da crise global de 2008. Além disso, havia a perspectiva dos ganhos do pré-sal e da vitrine da Copa do Mundo.

A primeira equipe ministerial tinha a cara da dupla. Dos 37 ministros, quinze haviam sido indicados por Lula. Entre eles, Guido Mantega, mantido na Fazenda, e Fernando Haddad, na Educação, com vistas à sua campanha eleitoral para a Prefeitura de São Paulo. O ex-presidente também pediu para segurar José Sérgio Gabrielli no comando da Petrobras. Dilma ainda herdou boa parte dos dirigentes de estatais e autarquias, e até a chefe do escritório da Presidência em São Paulo, a então desconhecida Rosemary Noronha. E acomodou as nomeações de ocasião feitas pelos partidos da coligação. De sua lavra, emplacou as ministras mulheres e o ex-prefeito de Belo Horizonte, o amigo Fernando Pimentel, no Desenvolvimento.

Desde que Lula inventou a candidatura de sua ex-ministra das Minas e Energia e da Casa Civil, o que ele via como qualidade em Dilma, uma fatia do petismo e dos

partidos aliados enxergava como defeito intransponível: o voluntarismo, as opiniões fortes, o temperamento irascível, a inexperiência política e até o vocabulário prolixo, de falas longas e enfadonhas, permeadas de termos técnicos. Um dos mais próximos interlocutores de Lula disse ter sempre defendido que ela precisava de “assessoria emocional” para ser presidente.

Lula parecia calcular que sua presença ao alcance em caso de emergência, a competência gerencial da sucessora, a boa onda na economia e a força do apoio de dezessete partidos e de mais de 80% do Congresso Nacional garantiriam um governo de sucesso. O resto era contornável. No mais, ele era o grande vencedor da eleição. Seu poste havia chegado lá.

Os primeiros meses de governo foram redentores. Em poucas semanas, Dilma já mostrava a que viera: vetou a distribuição de cargos federais para parlamentares da base governista e anunciou um corte de 50 bilhões de reais no Orçamento. Foi à China, visitou vizinhos latino-americanos, recebeu no Planalto o presidente americano Barack Obama. Jactava-se de ser a primeira mulher a discursar na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas. Era uma estadista.

A classe média e a elite enfim reconheciam um rosto familiar: Dilma era discreta, tinha compostura, falava português sem erros de concordância, fazia o estilo dura e parecia intransigente diante de evidências de corrupção. Distanciava-se do jeito Lula de ser. Rapidamente, a impressão foi captada pelas pesquisas de opinião. Em maio de 2011, o Ibope registrava que ela tinha 73% de aprovação popular.

Ainda na primeira quadra do ano, Dilma teve uma pneumonia e precisou se afastar. A bancada do PMDB aproveitou para fazer o que melhor sabe: escambo político. Na votação do Código Florestal, ameaçou ir contra o governo caso não fossem atendidos os pedidos de emendas e cargos. Em seu primeiro choque de realidade, a presidente também respondeu com as armas que melhor maneja: ameaçou demitir os ministros do partido. Instalou-se a primeira das muitas crises com a base aliada. Sem avisar Dilma, Lula desembarcou em Brasília para acalmar os ânimos dos correligionários. Reuniu-se com o vice-presidente, Michel Temer, foi fotografado ao lado de José Sarney e Renan Calheiros, dourou a pílula e, para alguns, atribuiu à inexperiência da sucessora a confusão, afinal contornada.

A mensagem ficou clara: a luz do poste era ele. Dilma, é lógico, não gostou. Sentiu-se atropelada por Lula, enquanto ele acreditava estar apenas acomodando a situação. O PMDB acabou votando em peso a favor da emenda que anistiava os desmatadores, derrotando o governo. E ninguém foi demitido. Recentemente, um petista paulista



resumi o caso: “Essa inabilidade política, misturada com arrogância, marcou as ações dela. Como pôde achar que era ligar, ameaçar o vice e ele ia pedir desculpas?” Mas Dilma saiu maior do episódio: era ela brigando quixotesicamente contra os venais da política.

Em maio, o país tomou conhecimento do portentoso aumento de patrimônio do ministro Antonio Palocci. Em apenas um ano, sua empresa de consultoria havia faturado 20 milhões de reais. Na época, uma ministra disse ter ouvido da presidente: “Eu achei que fossem 3 ou 4, mas 20 é foda.”

A saída de Palocci da Casa Civil foi um divisor de águas. Além de ter a confiança do empresariado mais graúdo, era ele quem negociava a votação de projetos e o preenchimento de cargos no governo. No Planalto, também acalmava o ambiente. Com ele, Dilma não precisava se expor às querelas brasilienses, à romaria dos parlamentares atrás de verbas, às visitas de ocasião dos representantes do PIB. Palocci fazia bem o serviço.

No lugar dele, assumiu a senadora petista Gleisi Hoffmann. Ao lado da também petista Ideli Salvatti, na articulação política, elas formavam, com Dilma, a trinca que passou a dar o tom das negociações do governo com seus aliados. A nomeação repercutiu mal no entorno, que ficou com a impressão de que as duas eram “café com leite”: não tinham pulso firme ou estofo político. Como verbalizou o então ministro da Defesa, Nelson Jobim, a **piauí**, em agosto de 2011: “Ideli é muito fraquinha e Gleisi nem sequer conhece Brasília.”

A presidente tinha suas razões. Primeiro, não queria outro “superministro” para lhe fazer frente – Palocci era uma exceção. Até o último minuto, Lula garantiu ao titular da Casa Civil que ele ficaria no cargo, mas Dilma sepultou a hipótese. Em público, ele pediu demissão, aceita por ela depois de vinte dias de crise. Quis para o lugar alguém em que pudesse confiar, mas, sobretudo, mandar. Agradava-lhe ainda a ideia de valorizar duas mulheres naqueles cargos, antes só ocupados por homens.

Nesse momento, para vencer a tentação de dar palpites – como ele mesmo declarou – , Lula se embrenhou numa maratona de viagens internacionais que lhe tomaram quase todo o ano de 2011. Coincidiu com a época em que o governo Dilma começou a ter uma feição própria. As demissões em série deram ao marqueteiro João Santana uma senha para colar na presidente: Dilma era a faxineira da corrupção.

Em seis meses, sete ministros foram demitidos – seis envolvidos em denúncias de irregularidades no cargo. Se a faxina encantou parte da opinião pública, internamente acendeu um sinal de alerta. Entre os aliados, o crachá de faxineira

pressupunha a corrupção incrustada na máquina do Estado, expondo-lhe as tripas. Quatro dos seis ministros vinham do governo Lula. No PT, comentava-se a facilidade com que Dilma rifava companheiros. “Demissões por malfeito são ossos do ofício”, disse ela à época.

Sem Lula e sem Palocci, Dilma ia ficando mais Dilma. Em meados de 2011, por ocasião do aniversário de 80 anos de Fernando Henrique Cardoso, ela enviou um cartão de felicitações cheio de elogios ao ex-presidente tucano. O petismo estremeceu. Não bastasse, ela tomava providências em áreas das quais seus antecessores mal haviam tido coragem de se aproximar: instalou a Comissão da Verdade para esclarecer crimes da ditadura militar, assunto que Lula procrastinava, e aprovou a Lei de Acesso à Informação, acabando com o sigilo eterno de documentos públicos.

O empresariado estava encantado. Como havia assumido o governo com o dólar depreciado, o que prejudicava a indústria, Dilma Rousseff procurou beneficiar o setor controlando o câmbio, por exemplo. Preparava o maior pacote de concessões da história, que daria à iniciativa privada um bom pedaço das estradas, aeroportos e ferrovias do país. Com a imprensa, o clima era de início de namoro.

O governo seguia em velocidade de cruzeiro quando, no final de outubro, veio o baque: Lula foi diagnosticado com um câncer na laringe. Ela, que havia tratado a mesma doença havia pouco mais de dois anos, ficou devastada com a notícia. Sem o padrinho por perto, o poder dos lulistas no Planalto foi se esvaziando. A começar pelo secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, e de Marco Aurélio Garcia, assessor especial para Assuntos Internacionais, sobre os quais ela costuma dizer que “falam coisas que não são do nosso governo”. No Planalto, ela já era chamada de “a tia”, apodo cunhado pela velha guarda lulista. Até hoje, não raro um estranho pode escutar durante uma visita que “a tia está procurando” por alguém.

No fim de 2011, Dilma atingiu o maior índice de aprovação de um presidente: 59% dos brasileiros consideravam sua gestão ótima ou boa. Foi o maior percentual já alcançado desde a volta das eleições diretas no país. A economia cresceu menos que no ano anterior, mas o Brasil havia criado 2 milhões de empregos e superado a Inglaterra, tornando-se a sexta economia do mundo. O poste começava a brilhar sozinho.

Por essa época, num encontro no Planalto, ela confidenciou a um ex-ministro do governo Lula, com quem ambos mantêm boas relações: “Se o Lula quiser, a próxima é dele. É só ele me falar”, disse, referindo-se às eleições de 2014.

O segundo ano de governo começou tépido e inodoro como uma fala de Michel Temer. Com a perspectiva das eleições municipais em outubro, Dilma diminuiu a agenda de viagens e se trancou no Planalto para traçar os termos do bilionário pacote de concessões em infraestrutura. Estava em seu ambiente: imersa em números, cláusulas, índices, percentagens, muito PowerPoint.

A performance da presidente já era conhecida desde os tempos das Minas e Energia: ela abria o computador, vertia uma miríade de estatísticas, elencava planilhas, “espancava o projeto” – como gosta de dizer – até não sobrar de pé nenhuma brecha ou dúvida. Comandava reuniões infundáveis, em que se debatia por horas um mero ponto e vírgula. Nas negociações do pacote dos aeroportos, um ministro disse terem passado oito meses falando sobre a TIR – a taxa de retorno dos investidores. O detalhismo emperrava o processo, decisões se arrastavam e o projeto demorava a sair do papel.

A essa altura, já estava evidente sua ojeriza pelos rituais da vida brasiliense: reuniões com ministros, encontros com deputados, recepções no Itamaraty, fuxicos com a base aliada. Receber entidades de classe era um parto. Movimentos sociais, muito de vez em quando. Empresários tentavam, em vão, marcar audiências na agenda sempre lotada – pelo menos para eles. Nos encontros com parlamentares, chamava atenção a falta de autonomia de Ideli Salvatti. Ou ela respondia às demandas dizendo que “ia ver com a presidente”, ou chegava chutando a canela dos interlocutores, como um ventríloquo da chefe.

Dilma não falava nem com a bancada do PT. “Para ela, a política era o mal em si. Empresário era abutre, e político era picareta. É assim que ela pensa”, disse um importante dirigente do Partido dos Trabalhadores, durante um café da manhã, no Rio. Dilma não liberava dinheiro, dificultava a distribuição de cargos, não recebia os políticos, não respondia aos empresários. Um assessor da Presidência resumiu as razões do comportamento: “Ela achava que já sabia o que eles iam pedir ou reclamar. Então, na cabeça dela, não tinha que gastar tempo com isso.”

Os caprichos desnorream o cerimonial do Palácio do Planalto. Uma vez, na Espanha, ela quis fazer compras no El Corte Inglés, mas vetou a companhia de seguranças. O grupo precisou se esconder atrás das araras da loja de departamentos. Em Londres, quis andar de metrô, causando rebuliço entre os seguranças da Scotland Yard, que iam abrindo passagem para a comitiva brasileira. Em Washington, deixou em apuros o embaixador Mauro Vieira porque se recusava a se sentar, durante o encontro com Barack Obama, no salão de entrevistas da Casa Branca. Depois de

muita argumentação, ela concordou. Um ex-integrante do cerimonial disse que era para evitar ser fotografada sentada – ela usava saia.

Aos poucos, as reuniões ministeriais também foram minguando. Desde a posse, todos os ministros haviam sido proibidos de falar com a imprensa. Qualquer declaração oficial, só por meio do porta-voz ou da própria presidente.

Em seu governo, Lula usava os vazamentos de informação para testar várias ideias. Deixava deputados fomentarem boatos de maneira a ter um termômetro do que pensava em fazer – ou não fazer. Também aproveitava os discursos paramandar recados, responder a ataques, fazer a defesa do governo, dar a tônica da disputa política. Conseguia traduzir questões complexas nos termos das massas.

Com Dilma, nada disso acontecia. Para ela, vazamento era apenas insubordinação, traição. Quem o fazia era posto na geladeira. O senador Vital do Rêgo, do PMDB da Paraíba, perdeu um ministério porque a hipótese de sua nomeação vazou. Testar uma ideia, só nas pesquisas qualitativas encomendadas pelo marqueteiro João Santana, partilhadas com um ou dois interlocutores. Logo se evidenciou que a comunicação era um empecilho incontornável no caso de Dilma: ela se expressava numa sequência de elipses de árdua compreensão; suas frases eram desconexas, longas, truncadas. A imprensa registrou: nascia o dilmês.

“Temos um sistema hidrológico muito sensível à água”; “Sempre que você olha uma criança, há sempre uma figura oculta, que é um cachorro atrás, o que é algo muito importante”; “Precisamos cada vez mais cooptar e captar novas fronteiras tanto na Ásia quanto no Oriente Médio”; “Todos nós aqui sabemos que cada um de nós escolhe – a vida faz a gente escolher – alguma das datas em que a gente nunca vai esquecer dessa data.” Assessores afirmam que, quando escreve, ela é clara, objetiva e focada.

Acumulam-se ao redor de Dilma histórias de gritos, esculachos e rompantes. Mais de uma pessoa me contou ter visto a filha Paula repreender em público as grosserias da mãe, extensivas a ministros, secretárias, funcionários do palácio. Um ex-ministro do governo Lula, com quem Dilma trabalhou diretamente na Casa Civil, presenciou cenas de descontrole. “O que é perverso é que os esporros dela são sempre para quem está embaixo. Ela sabe com quem pode gritar. É que nem lobisomem, sabe para quem pode aparecer”, disse, irônico.

Quatro entrevistados se valeram de conceitos do livro *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, para definir a maneira de Dilma lidar com o poder. Se Fernando



Henrique queria ser admirado e Lula queria ser amado, Dilma quer ser temida. Certa brutalidade seria uma maneira de se fazer respeitar, um sintoma de insegurança. “Sou uma mulher dura cercada de homens meigos”, Dilma aprendeu a repetir desde a campanha de 2010, sempre que seu temperamento era questionado. Acertos da equipe nunca são comemorados, não passam de obrigação; desculpas, sinal de fraqueza; dúvidas, prova de desconhecimento.

Ela costuma formar sua opinião ouvindo pequenos grupos distintos – sem que eles tenham conhecimento dessa comunicação estereofônica. Insiste em saber tudo o que pode dar errado, e só então se interessa pelo que pode dar certo. Bombardeia de perguntas o mensageiro de um projeto ou uma ideia. Faz isso uma oitava acima, com expressão similar à exibida quando entregou a taça de campeões do mundo para os jogadores alemães. Os mais vulneráveis tremem. Nas discussões com a equipe, muitas vezes ela externa de cara sua opinião sobre o assunto a ser tratado – o que intimida boa parte dos presentes, que se cala, ainda mais se tiver ponto de vista contrário. O resultado é que metade da equipe não gosta dela e a outra metade tem medo.

“Esse método prejudicou muito porque ninguém tinha coragem, ânimo ou saco de se contrapor a ela. A ausência do contraditório fez com que ela embarcasse em muitas canoas furadas”, comentou um ex-integrante da equipe econômica do governo, em meados de setembro, durante um almoço, no Rio. “Na econômica, por exemplo”, disse.

Em uma manhã de setembro, o elétrico Roberto Kalil Filho, diretor do Hospital Sírio-Libanês, médico de Dilma e Lula, estava de mau humor. “Hoje é bandeira vermelha”, disse uma de suas assistentes, num código que indica o espírito do chefe. Amigo e responsável pela saúde de autoridades, empresários e famosos, Kalil também é a ponte de vários políticos e jornalistas com a cúpula do PT. Fala frequentemente com a presidente ao telefone. Dão-se muito bem porque, ele disse, são parecidos. As conversas costumam começar com: “Oi, como estamos de humor hoje?”

Sentado em frente ao computador, ele falava sobre a paciente e amiga. Para provar o que dizia, chamou uma secretária. “Vem aqui, quem é mais cão? Eu ou a Dilma?” A moça perguntou se podia falar a verdade. “É o doutor Kalil, ele é o professor dela.” Segundo o cardiologista, avaliações sobre o temperamento da presidente são a maior injustiça contra seu governo. “Você acha que alguém chega num cargo desses sendo boazinha, pedindo por favor?”, perguntou. “Ela é incrível, maravilhosa, mas não está aqui para ficar de nhe-nhe-nhém. É igual a mim aqui no Sírio: o povo fala mal porque a gente cobra.”

Kalil também dirige o Instituto do Coração. Quando se está no comando, disse, “se a gente não mantém o tônus de doido, as coisas não andam”. “Ela é igualzinha. A gente leva no chicote porque senão não sai nada”, comentou enquanto mastigava um sanduíche de queijo. “Claro que toda pessoa como eu e ela às vezes erra na maneira de se expressar, acontece.” Mas desculpas, acrescentou, ele não costuma pedir: “Até porque estou certo.”

Quando a conversa derivou para as decisões políticas e econômicas da presidente, ele saiu pela tangente. “Palpiti no Mais Médicos. E só. Disse para ela que foi uma coisa enfiada goela abaixo, mas hoje conheço melhor o programa e acho muito bom”, afirmou. Para Kalil, se as pessoas soubessem do outro lado de Dilma, entenderiam melhor sua gestão. “Poucas vezes vi alguém tão comprometido em mudar a vida dos pobres. Mas a Dilma é fechada. Por tudo que ela passou na vida, ela é isolada, é o perfil dela.” Segundo ele, a “verdadeira Dilma” é a mulher que sai de madrugada, driblando a segurança, para andar de moto por Brasília – como havia revelado meses antes uma reportagem da Folha de S.Paulo. “Olha que ser pitoresco! Ninguém a conhece de verdade.”

A maioria dos entrevistados confirmou a impressão. Ao conversar sobre assuntos variados, fora da Presidência, Dilma relaxa, conta casos engraçados, deixa brotar o lado leve, tem o humor afiado. Vaidosa, fica lisonjeada quando seu conhecimento sobre artes, música ou literatura é reconhecido. “Ela também tem uma certa coquetterie”, disse-me um ex-ministro. “Mas, em geral, é muito defensiva”, acrescentou.

Nas ocasiões em que se permitiu baixar as armas – foram dez –, Dilma chorou em público. “Ela sempre tratou o governo como uma grande família. E sempre no papel da mãe durona, repressora, que coloca de castigo o ministro que desobedece”, comentou um ex-integrante do Ministério da Fazenda. A exigência se estende a ela própria. “Não posso errar, não posso errar” é uma frase recorrente da presidente ouvida nos corredores do Planalto.

Perguntei a Kalil se Dilma contaria com seu voto. “Claro que não! Sou malufista! O pastor Everaldo é meu candidato”, respondeu, num tom em que a troça soou ambígua. E o que seu paciente mais famoso pensava disso? “A gente não fala do assunto. O Lula diz que eu ainda sou do tempo dos macacos e que no dia que eu evoluir para humano a gente pode conversar sobre política”, respondeu.

A equipe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência era obrigada a preparar relatórios periódicos só para Dilma e Gleisi Hoffman, listando as besteiras

cometidas pelos ministros. Detalhe: só as besteiras. Dilma não confia, não delega, não divide informação sobre o governo com o próprio time. Nas reuniões, avisava aos presentes: “Nem todo mundo vai saber de tudo. A informação aqui será compartimentada. Quem tem que saber de tudo sou eu, não vocês.”

Se um ministro demitia alguém sem consultá-la, corria o risco de se ver desmoralizado, como ocorreu com Fernando Pimentel, que exonerou o secretário executivo Alessandro Teixeira. Quando soube, Dilma repreendeu o ministro e chamou o demitido para trabalhar no Planalto. Da agenda dos ministros nos fins de semana – eles eram proibidos de deixar Brasília sem avisá-la – a conversas de pé de ouvido entre auxiliares, ela quer saber de tudo. Não raro, toma satisfações com os envolvidos.

Há quem veja nesse comportamento um eco do próprio passado. Dilma foi torturada pela ditadura e ficou presa durante três anos. “A cabeça dela é a cabeça de célula, de aparelho, como se ainda estivéssemos na luta armada, com gente do nosso lado podendo nos trair ou gente atrás de nós querendo nos pegar”, disse um ministro que passou pelos governos tucano e petista. Segundo ele, tudo faz sentido: a preferência pelo isolamento, a autossuficiência, a desconfiança, o controle da informação, o hábito de guardar grandes somas de dinheiro em casa “para qualquer emergência” ou, ainda, a mania de dormir de sapatos, “caso precisasse sair às pressas”, que a acompanhou por anos. “Ela ainda é a menina dos anos 60”, disse.

Embora o modo de governar e o estilo pessoal prenunciassem ruídos, Dilma estava nas alturas quando começou o segundo ano do seu governo. Elogiada pela imprensa, respeitada pelos empresários, aprovada pelo eleitorado, temida pelos seus – chegara a hora de dar seu primeiro grito de independência. O poste queria luz própria. Em vez de recuar nas medidas de incentivo ao consumo e ao investimento que haviam sido tomadas para contornar a crise global de 2008, ela decidiu pôr o pé no acelerador.

A seu lado, Guido Mantega funcionava como um “aperfeiçoador das ideias”. Na concepção econômica da presidente, valia tudo para promover o crescimento, proteger a indústria e o emprego, bombar o consumo e manter a balança comercial positiva. Um pouquinho de inflação não fazia mal a ninguém, essa era a ideia. Dilma passou a ser acusada de abandonar o tripé econômico – meta de inflação, superávit fiscal e câmbio flutuante – sobre o qual se sustentara a estabilidade da economia nos últimos doze anos.

Críticos alertavam para o risco de promover uma expansão econômica baseada no endividamento. “Ela não ligava para críticas. Nunca ligou. Tinha na cabeça uma ideia

de país clara. De fato, ela sabe mais de economia do que as pessoas pensam, e sabe menos do que ela pensa que sabe”, afirmou um ex-integrante dos governos Dilma e Lula.

Na concepção da presidente, a interferência do Estado na economia é crucial. Há em suas decisões um viés ideológico, de esquerda, muito mais arraigado do que no governo Lula. A má vontade em relação à independência do Banco Central é um exemplo. Dilma costuma dizer que, no dia em que se colocar um banco privado para financiar obras de infraestrutura e programas sociais – como o Minha Casa Minha Vida, cujos recursos são 95% do governo –, o país não vai ter mais nenhuma moradia subsidiada para os pobres.

Guiada por suas convicções, ela baixou as taxas de juros dos bancos estatais para fomentar o crédito e obrigar as instituições privadas a fazer o mesmo. No primeiro pacote de concessão das rodovias, limitou a lucratividade das empresas. “Ela acha que é preciso controlar tudo. Caso contrário, o empresário ia oferecer o pior serviço pelo maior preço, o que podia ser verdade. Mas você pode controlar isso aumentando a concorrência, por exemplo”, observou o ex-integrante da equipe econômica.

Na Petrobras, fez o mesmo para controlar a inflação: represou os preços dos combustíveis, ainda que a medida representasse um baque para o caixa da estatal. A fim de forçar a queda do preço da eletricidade, antecipou a renovação das concessões das geradoras e distribuidoras de energia, impedindo-as de continuar a cobrar do consumidor a reposição do que haviam investido. As ações das empresas elétricas despencaram.

Em paralelo, Dilma lançava mão do que a imprensa batizou de “contabilidade criativa”: inflou as “receitas” do governo e mascarou as “despesas” de modo a aumentar artificialmente o superávit primário – dinheiro reservado para o pagamento dos juros da dívida pública e que sinaliza ao mercado que as contas internas vão bem.

Em uma tarde na sede do Partido dos Trabalhadores, o presidente da legenda, Rui Falcão, falava sobre as críticas à gestão econômica. “Por má vontade ou desinformação, ela é acusada de ser intervencionista, mas, na verdade, ela tomou decisões que beneficiaram a população, não acionistas ou empresários”, comentou. “Por que a grita? Porque muita gente rica, pela primeira vez, perdeu dinheiro.”

À medida que Dilma ia imprimindo sua marca, parte do petismo castiço perdia terreno, como ocorreu nos fundos de pensão e nos bancos estatais. Em abril de 2012,

ela deu o passo mais ousado. Mandou a nova presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, demitir parte da diretoria da empresa. Três diretores ligados a três partidos foram defenestrados. Um deles era Paulo Roberto Costa, responsável pelo Abastecimento. No PT, as demissões caíram mal. Sobretudo a de Renato Duque, da diretoria de Serviços e Engenharia, responsável por grandes encomendas de plataformas e sondas de perfuração. Petista da corrente Construindo um Novo Brasil, tendência interna mais poderosa do partido, Duque fora indicado pelo ex-ministro José Dirceu. É bom guardar esse nome.

Ainda convalescente do tratamento contra o câncer e mergulhado na campanha de Fernando Haddad à prefeitura paulistana, Lula assistia de longe ao movimento. Quando vinham lhe falar mal do governo, costumava responder com uma frase pronta: “Calma, ela vai mudar. Aquela cadeira muda as pessoas.”

○ Instituto Lula ocupa um sobrado de três andares no bairro do Ipiranga, na Zona Sul de São Paulo. Decorado com móveis de escritório em ferro, divisórias de fórmica e chão acarpetado, lembra as instalações de um sindicato. É lá que Lula despacha desde que deixou a Presidência. O local virou também o ponto de romaria de empresários e políticos para se queixar de Dilma. Logo, ganhou o apelido de “Serpentário do Ipiranga”. Ali, dizem, as víboras destilam veneno puro contra o Planalto.

Numa manhã de agosto, um dos dirigentes do Instituto falava sobre o governo e as eleições vindouras. Segundo ele, Dilma enfrentava uma combinação de fatores preocupante: a crise internacional, o ressentimento da elite – que se viu dividindo aeroportos e tendo de pagar hora extra para a empregada doméstica – e a dificuldade de vender o próprio governo. “Gastaram meses querendo emplacar a gerentona e a faxineira. Isso pegou muito bem para a elite, mas não quer dizer nada para o povão”, comentou.

Em sua avaliação, o que ganha votos são ações sociais – Dilma as tinha, mas não conseguia mostrar. Para provar o que disse, ele citou pesquisas internas do partido evidenciando que os eleitores atribuíam a Lula programas implementados por Dilma.

Nas hostes petistas, Dilma sempre foi vista como forasteira. Com passado de esquerda, fez sua trajetória no Partido Democrático Trabalhista, nas fileiras caudilhistas de Leonel Brizola. Por muito tempo – e ainda hoje –, os petistas fazem questão de lembrar: Brizola foi aquele que se referia a Lula como “o sapo barbudo”. Petistas mais mordazes comentam que ela herdou tudo do brizolismo, menos a qualidade: a coragem de enfrentar a TV Globo.

No mandato de Dilma, os petistas imaginavam pôr em prática a regulamentação dos meios de comunicação, defendida com ardor pelo partido. Mas ela não chegou nem perto do assunto. Na sua gestão, ocorreu uma mudança significativa na distribuição de verbas publicitárias para a imprensa. No segundo mandato de Lula, o então ministro da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins, irrigou pequenos jornais, rádios e blogueiros. Com Dilma, esses veículos perderam dinheiro e influência.

Cobrada pelo PT, ela também ficava presa à necessidade de justificar o que não havia feito. Havia uma pressão enorme para que fosse a público defender os réus do partido no caso do mensalão. Nem Lula o fez. Os petistas se sentiam sem uma cúmplice. E Lula, às vezes, idem. Quando estourou o caso Rosemary Noronha – funcionária da Presidência em São Paulo, apontada como “amiga íntima” de Lula e acusada de tráfico de influência –, Dilma nem titubeou. “Ela mandou demitir na hora, não quis nem saber”, contou uma ex-assessora da presidente.

A todo tempo, os petistas trazem à tona que Dilma nunca pensou, desejou, quis ou se preparou para ser presidente da República. Repetem que ela se comportava como alguém independente, que não havia entendido que na verdade era apenas parte de um projeto político mais amplo. “Ela foi eleita para um projeto político. Não é dela, nem do Lula, é de todos. Ela nunca será a candidata dela mesma”, disse-me o dirigente do Instituto Lula. “O que vai ser julgado nas urnas são doze anos, não quatro”, concluiu.

No final de 2012, as queixas dos empresários, a revolta dos parlamentares que se sentiam desprestigiados e sobretudo o baixo crescimento (0,9%) deram fim ao clima de lua de mel. Na imprensa, a presidente era criticada pelo fracasso das medidas para impulsionar a economia e prometia em troca um “pibão” para breve. O Brasil havia perdido a posição para a Inglaterra e voltado a ser a sétima economia do mundo. O governo tinha 62% de aprovação.

Pouco depois, a revista inglesa *The Economist* pediu a cabeça de Guido Mantega em extensa reportagem com críticas à condução da política econômica brasileira. O “pibinho” assustava investidores e empresários. Durante todo tempo, o governo acreditou que a queda da taxa de juros e o aumento do crédito dos bancos oficiais implicariam um enorme incentivo ao investimento privado – que entretanto não aumentou. Ocorreu o inverso. De seu lado, Dilma respondia com evasivas e mantinha o pé firme nas diretrizes. A dificuldade de admitir erros é uma de suas características mais notáveis.

Na mesma época, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, e o do Rio, Eduardo Paes, estiveram no Planalto para tratar do aumento das tarifas de transporte público. Mantega teve uma ideia: já que a inflação continuava próxima de 6%, resistindo a voltar para o centro da meta (4,5%), era melhor segurar o reajuste. A resposta veio das ruas meses depois, quando o aumento foi enfim anunciado.

Em fevereiro, o “Volta, Lula” já havia se espalhado como gripe no inverno. Institutos de pesquisa simulavam o nome do ex-presidente nas apostas eleitorais – e ele ganhava com folga –, o petismo alimentava o boato e os empresários, insatisfeitos, engrossavam o coro. Dilma procurou Lula e pediu-lhe um gesto capaz de aplacar a boataria. Dias depois, durante a comemoração do aniversário do PT, Lula fez seu papel: antes de encerrar sua fala, como se cumprisse uma tarefa, finalmente mencionou a reeleição de Dilma. O resultado foi dúbio. Parte da legenda achou que era um erro antecipar a campanha, já que ainda havia quase dois anos de governo pela frente. Outros entenderam ter sido uma maneira de fortalecer o projeto de poder num momento delicado. A verdadeira opinião de Lula ficou restrita a amigos e familiares. “Lula é igual à Bíblia, cada um interpreta como quer”, disse José Eduardo Dutra, ex-presidente do PT e atual diretor da Petrobras.

Na casa do próprio Lula, o anúncio da reeleição de Dilma repercutiu mal. A ex-primeira-dama Marisa Letícia achou um absurdo, uma ingratidão, uma traição que Dilma não tivesse perguntado a Lula, em nenhum momento, se ele queria ser candidato – conforme a presidente havia confidenciado para um ex-ministro, amigo de ambos, um ano antes. A família ficou magoada. E especialmente Lula.

Desde que deixara o Alvorada, Marisa Letícia sentia falta da rotina brasiliense – as manhãs pescando no píer da Presidência, o entourage, os salamaleques, o poder. Dizia que Lula ainda era a única pessoa capaz de manter o país nos trilhos. Fazia coro com o Serpentário do Ipiranga. “Ele sempre quis voltar, a Marisa queria que ele voltasse, os filhos queriam e boa parte do PT também”, disse-me um advogado de renome ligado ao partido, em seu escritório, em São Paulo.

De sua parte, Dilma defendia que o mandato era dela. Deveria terminar o que havia começado e, como seus antecessores, tinha o direito à reeleição. Nada disso, no entanto, era explicitado. Em público, Lula negava a hipótese de se candidatar, mas no privado era sempre ambíguo. Ainda que não estimulasse o boato, não movia uma palha para matá-lo na origem. Em encontros reservados, ele passou a criticar a presidente.

Durante todo o mandato, Dilma e Lula nunca se afastaram ou deixaram de se falar. Ele sempre foi cuidadoso na aproximação e nas críticas. Dava sugestões de modo que sua interlocutora pudesse acatá-las ou não. Em vez de dizer que ela estava negligenciando a política externa, Lula perguntava, como do nada: “E a África, Dilminha? Está abandonada...” Quando se estranhavam, um ou outro “sumia”. Como relatou um auxiliar direto da presidente: “Mito não telefona. Ele nunca telefonou, mas ele sumia. E ela, quando achava que ele estava dando declarações demais à imprensa, ou se julgava estar no caminho certo e queria preservar-se de ingerências externas, fazia o mesmo.”

O comitê central da campanha de Dilma Rousseff está localizado em um centro comercial de Brasília. Na entrada, veem-se cartazes de crianças com camisetas vermelhas, a serigrafia de uma foto da candidata quando militava contra a ditadura e um enorme painel com a imagem dela, sorridente, ao lado de Lula. No mezanino, fica a sala de Giles Azevedo, ex-chefe de gabinete da presidente no Planalto, hoje um dos coordenadores da campanha.

Há vinte anos, ele é a sombra de Dilma Rousseff, que o chama carinhosamente de “Gil e Les” – como se ele fosse duas pessoas. Se há no mundo alguém em quem ela confie, é ele. Em uma tarde de julho – quando ainda não havia Marina Silva no pátio –, Azevedo comentava as dificuldades da chefe: “As pessoas não querem resolver problema, querem carinho, atenção. Ela quer resolver, não quer gastar tempo com firula.” Segundo ele, a praticidade e a discricção da presidente eram uma novidade no cargo. “Ela trabalha para dentro. Não quer holofote, quer resultado, isso é uma coisa diferente na política brasileira.”

Para ele, é um grande equívoco afirmar que Dilma não sabe fazer política. “Baixar os juros do sistema financeiro mexendo com lucros de banqueiros, desafiar interesses econômicos nos contratos de energia elétrica, criar a Comissão da Verdade, isso é não fazer política?”, indagou. “Ela fez isso sozinha.”

O celular tocou. Passaram-lhe o resultado de uma pesquisa recente, mas ele não quis comentar os números. Com voz mansa, pôs-se a listar as conquistas do governo: o Minha Casa Minha Vida havia construído 2 milhões de moradias; o Brasil Carinhoso retirara 8,7 milhões de pessoas da miséria; das dez maiores hidrelétricas do mundo, três seriam construídas no Brasil; o Pronatec ofereceu cursos técnicos a 8 milhões de estudantes. “Na crise, o mundo perdeu 60 milhões de empregos, e o Brasil ganhou 11 milhões. Como que alguém pode dizer que esse governo fracassou?”



Naqueles dias, a dicotomia entre o Ipiranga e o Planalto era explícita. Os mais próximos da presidente se incomodavam com o fato de Lula despontar como um gênio da lâmpada, sempre com uma frase de efeito, uma solução mágica, um conselho incrível, ainda que o PT amargasse derrotas fragorosas em dois dos principais estados brasileiros: Lindberg Farias, no Rio, e Alexandre Padilha, em São Paulo. A eterna comparação entre ela e Lula também a incomodava. Ela sorria amarelo quando ele falava em público sobre “o criador e a criatura” ou quando explicitava que o governo era “meu e da Dilma”, ratificando ataques de adversários. Ela também percebia que o “Volta, Lula” aparecia sempre nos momentos em que o governo estava fragilizado, quase como um corretivo a sua gestão. E quem está a seu lado repara que Dilma se refere a Lula como “presidente” e o trata de “senhor”, enquanto ele, a despeito do cargo que ela ocupa, sempre se refere à presidente como “Dilminha” e “você”. Entre os dois, a relação nunca foi de paridade. Quando o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, visitou o Brasil, no ano passado, engatou numa conversa animada com Lula. Deixaram Dilma, a presidente, esperando por quarenta minutos.

Mas era fato que, depois de quase quatro anos de mandato, ela ainda precisava umbilicalmente de Lula para se eleger. “É difícil suceder o Lula. O carisma, o processo de transferência, é um peso muito grande”, afirmou Giles Azevedo. Segundo ele, qualquer candidato do partido estaria na mesma situação. A relação de ambos, ele disse, para aplacar qualquer boato de desentendimento, era excelente. “Mas ela pensa, né?”

O prejuízo de se ter antecipado a campanha eleitoral logo ficou visível. O governo passou a ser avaliado com lupa, cada ação de Dilma ficou sob suspeição de ser eleitoreira. Quando o preço do tomate chegou a 10 reais o quilo – um aumento de 80% em menos de um ano –, a opinião pública gritou: a inflação está mordendo a dona de casa.

No Congresso, a relação com o Executivo também ia mal. Nos primeiros dois anos, Dilma havia feito algo se mover no pântano do fisiologismo brasiliense. “Acabou a conversinha mole, tangenciada, uma coisa querendo dizer outra, segundas intenções. Com ela, não tem”, comentou um ministro do PMDB, durante um jantar em Brasília. Um ex-ministro paulista também me disse: “Ela é honesta, não pensa em dinheiro e não tem filho para fazer negócio. Isso já cria uma barreira para as conversas esquisitas.”

Pressionada por Lula, ela cedia nas alianças, mas até a última hora tentava uma carta diferente. Foi o caso da ida de Renan Calheiros para a presidência do Congresso Nacional. Ainda que o PT tivesse combinado, por escrito, o revezamento com o outro partido, quando a posse se aproximou, ela insinuou que Calheiros desistisse do cargo em troca do apoio incondicional do governo para elegê-lo governador de Alagoas. Ele agradeceu. “Ela ia com o milho e eles voltavam com a pipoca. Ela não entendia o quão mais fundo era o buraco”, comentou uma ex-auxiliar da presidente.

O estilo Dilma tinha um preço. Uma coisa era ser faxineira quando estava por cima, outra era manter a pose sendo bombardeada de todos os lados. “Deputado dá troco. É um horror, mas é fato”, comentou um parlamentar da base aliada, em Brasília. A retaliação vinha do próprio quintal. Numa ocasião, o então presidente da Câmara, o petista Marco Maia, queria indicar um afilhado político para o Banco do Brasil. Dilma não o atendeu. Em represália, ele abandonou uma sessão no meio para atrapalhar a votação.

No Congresso, Dilma perdeu em várias votações relevantes para o governo. Com uma articulação política frágil, sem vocação para fazer o jogo da arraia-miúda, ela ficou à mercê do fisiologismo. “No segundo e terceiro anos de governo, como estava sem anteparo, ela se expôs muito”, comentou o deputado Paulo Teixeira, do PT de São Paulo, em seu gabinete na Câmara, em agosto. Um dos exemplos ocorreu durante a votação da Lei dos Portos, quando o deputado Eduardo Cunha, líder do PMDB na Câmara, emparedou o governo. “A presidente ficou em simetria com um deputado. Isso não pode. Na Fazenda, a mesma coisa. Ela foi virando o alvo direto das críticas por não ter esse muro de defesa”, comentou. Ao longo do tempo, o pragmatismo ganhou. Dilma liberou o aumento dos ministérios para acomodar aliados, ministros faxinados indicaram sucessores, e ela trocou um ministro por causa de um minuto a mais no programa eleitoral na tevê. A imagem de faxineira ficara para trás.

Vieram as manifestações de junho de 2013. Começaram contra o aumento das passagens de ônibus, mas logo ganharam dimensão nacional e se transformaram em revolta contra os gastos com a Copa, a precariedade dos serviços públicos, a venalidade da política brasileira. Em vinte dias, a aprovação do governo Dilma despencou de 57% para 30%. O grito de independência não tinha mais eco. No meio da crise, foi ela quem pegou um avião para São Paulo para se encontrar com Lula. O poste precisava de luz.

Foi quando Lula sugeriu a saída de Guido Mantega. Mais uma vez, ela se fez de surda. “A maior força de Mantega durante todo o governo foi ter sido vulnerável. Poucos naquele cargo permitiram tamanha ingerência do presidente da República”,

comentou um ex-integrante da equipe econômica. Para ela, demiti-lo significava perder o poder irrestrito de mandar na economia. Nessa época, Lula comentou com um grupo no Ipiranga: “Ela não vai mudar.” E viajou para uma longa série de compromissos na África. Mais uma vez, ela entendeu o recado.

Paradoxalmente, depois de junho, teve início o período mais profícuo do governo Dilma. Em poucos dias, os protestos fizeram o Congresso aprovar projetos contra a corrupção, governos recuaram no reajuste do transporte público e o Judiciário mandou para a cadeia um político acusado de corrupção – o deputado Natan Donadon, do PMDB de Roraima. O Planalto emplacou o Mais Médicos e conseguiu aprovar no Congresso a lei para destinar à educação o dinheiro dos royalties do petróleo.

As manifestações também provocaram uma reação inédita na presidente: ela mudou de ideia. Quando não apareceu nenhum interessado no leilão pela concessão de um trecho da rodovia BR-262, que liga o Espírito Santo a Minas Gerais, ela flexibilizou as regras do jogo e só aí as negociações deslancharam. Ao mesmo tempo, Dilma passou a se encontrar com os movimentos sociais, lideranças indígenas, representantes de igrejas evangélicas. Reuniu-se até com o presidente da Central Única das Favelas, o Preto Zezé. Recebeu parlamentares, ministros, empresários. Também ficou assídua no Twitter, em sintonia direta com os eleitores. “Ali, deu uma revigorada em todo mundo. As coisas andavam, aconteciam”, disse-me um ministro do governo, no final de setembro.

Na imprensa, ela era atacada sem dó: as obras para a Copa não ficariam prontas, os protestos paralisariam o país, a imagem do Brasil no exterior seria abalada – em suma, o desastre era iminente. Dois meses depois das manifestações de junho, o governo era aprovado por 44% da população. A presidente tinha coisas a resolver e se trancou no Planalto novamente. Em pouco tempo, a rotina voltou ao normal: reuniões infundáveis, encontros secretos, broncas. A gerentona estava de volta.

A reforma ministerial, no início de 2014, produziu o primeiro homem forte do governo: Aloizio Mercadante, alçado para a Casa Civil depois que Gleisi Hoffmann se desincompatibilizou para concorrer ao governo do Paraná. Ao longo do mandato, os interlocutores de Dilma eram Ideli, Gleisi, Giles Azevedo, Fernando Pimentel e José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça. Quando substituiu Fernando Haddad na Educação, Mercadante foi galgando espaço no grupo.

Ainda ministro da Educação, passou a acompanhar a presidente nas viagens internacionais, mesmo que o assunto não dissesse respeito à sua pasta. Aproveitava

os longos voos para palpar sobre o governo em geral. Diz-se dele ser “o maior especialista no ministério dos outros”. A demissão de Antonio Patriota, do Ministério das Relações Exteriores, foi gestada entre os fios do hirsuto bigode. Comenta-se de um jantar em que Mercadante trocou a identificação dos lugares à mesa para se sentar perto de Dilma.

Ele desabrochou aos olhos da presidente durante as revoltas de junho. Nas reuniões no Alvorada para debater as providências diante da crise, Mercadante tinha sempre uma opinião aguerrida, era assertivo, não titubeava – o que, para Dilma, é uma virtude. Entregava resultados num governo que tinha pouco a mostrar e teve importante papel na elaboração do Mais Médicos e do Pronatec – duas vitrines do governo. Logo, mais um apelido foi cunhado nos corredores do Planalto. Mercadante se tornara “O Príncipe”.

Quadro histórico do PT, ele sempre teve uma relação conturbada com Lula e a ala paulista do partido. É considerado vaidoso, arrogante, megalômano. No governo Lula, jamais teve um ministério. Mas, na ausência de nomes de peso do partido – José Dirceu, José Genoino, Antonio Palocci –, era ele a melhor opção caseira para auxiliar a presidente. Quando se tornou um dos poucos a ter coragem de enfrentá-la, seu passe dobrou.

Há quem enxergue na parceria uma declaração de independência em relação a Lula. Foi o que disse um ministro do governo durante um café da manhã, no final de agosto. “A impressão é que ela e Mercadante sequestraram nosso projeto e agora acham que podem melhorá-lo”, afirmou. Com agenda política própria, Mercadante tem planos altos. Quando comentei com Rui Falcão ter ouvido que ele estava convencido de ser o sucessor de Dilma, o presidente do PT riu. “Cada um pode sonhar com o que quiser”, disse. Era inegável que a presença de Mercadante dera mais confiança à presidente. Ela não estava mais sozinha.

Em maio deste ano, as pesquisas apontavam para a perspectiva de haver segundo turno nas eleições presidenciais. A reação do governo veio a reboque: aumentou o valor do Bolsa Família e anunciou a correção na tabela do Imposto de Renda.

Dilma teve de lidar com as críticas e adversidades. Na abertura da Copa, fora vaiada e insultada em coro pela torcida presente ao Itaquerão. Sua popularidade despencara e o padrinho a deixara sozinha. “Ela não passa recibo, não deixa a emoção tomar conta”, disse um ministro do governo. É mesmo uma búlgara. Na lapela, nos bordados, no crepe, nos botões trabalhados, nas cores, nos modos, no paladar, mas, sobretudo, na maneira de externar emoções. “É como se ela tivesse uma missão. Você

não vai vê-la se lamentando por aí. É uma causa, é uma missão”, observou. Nem quando fala do assunto que lhe é mais doloroso – a tortura –, ela o faz em tom de lamúria. O relato, reservado a poucos, é contado com detalhes estarrecedores. Um dos episódios mais degradantes envolveu um rato vivo.

Fora dos campos, a Copa do Mundo transcorreu melhor do que se esperava. Infraestrutura, segurança, telecomunicações, tratamento aos turistas, às seleções e aos chefes de Estado – em geral, não houve problemas. Os poucos foram acobertados pela simpatia da hospitalidade.

Logo depois do campeonato, o governo convocou uma entrevista coletiva com a presença de todos os ministros para falar do sucesso do evento. Mas já no dia seguinte Rui Falcão disse à imprensa que era hora de “reeleger Dilma e trazer Lula de volta em 2018”. A presidente mal tivera tempo de colher os louros quando a luz do poste a ofuscou novamente. “Aquela fala era uma maneira de dar um horizonte à militância para a continuidade do projeto”, disse-me Falcão, dias depois.

Um pouco antes da Copa, o ex-presidente Lula esteve em Milão para visitar a sede da Pirelli. À noite, num jantar privado, fez uma breve explanação sobre o Brasil e a América Latina. Ali, para os cerca de vinte convidados, desancou a sucessora. Disse que ela não o “consulta para nada”, ressaltou sua inabilidade política e a dificuldade de tocar o governo.

Dois dos presentes relataram o ocorrido a um conhecido empresário brasileiro do ramo do comércio exterior. “Se ela depender dele para se eleger, coitada dela”, comentou um deles, segundo o empresário contou, em seu escritório, em São Paulo. A declaração na Itália foi apenas uma das várias feitas por Lula em reuniões fechadas. Recentemente, a um grupo de executivos de um grande banco de investimentos, com sede na avenida Faria Lima, na capital paulista, a cena se repetiu.

Desde março de 2011, uma auditoria interna da Petrobras investigava a venda da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. O negócio custou 1,18 bilhão à Petrobras, quase 27 vezes mais do que o valor pelo qual a empresa americana havia sido vendida em 2005. Como presidente do Conselho de Administração da estatal, Dilma foi uma das pessoas que aprovou a transação. Quando engrossaram as suspeitas sobre o negócio, em março deste ano, Graça Foster preparou uma nota, limitando-se a dizer que o assunto era objeto de sindicância interna.

Dilma rechaçou a explicação e considerou a nota “ingênua”. Sentada em seu gabinete, batucou no computador, durante horas, outra resposta, sob o olhar de quatro

assessores, entre eles o advogado-geral da União, Luis Inácio Adams. “É para sair assim”, ordenou. Em nenhum momento ela consultou Lula ou o PT. Na nova versão, ela indicava que a compra havia se baseado em “documentação falha” e “informações incompletas”.

A nota caiu como uma bomba de nêutron. Baseada nela, a oposição pediu a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de apurar as denúncias. Na opinião de um renomado advogado que trabalha para as empreiteiras envolvidas, Dilma “trouxe o assunto para o centro do palco”. A interlocutores, Lula propalava que ela havia dado “um tiro no pé” ao jogar dúvidas sobre o embasamento técnico e jurídico para a compra da refinaria. O assunto, apostavam os petistas, teria morrido por si só com a vaga explicação da Petrobras.

Pouco depois, o Tribunal de Contas da União entendeu que os membros do conselho – incluindo Dilma, o empresário Jorge Gerdau e Fábio Barbosa, presidente do Grupo Abril – nada tinham a ver com o assunto. Os suspeitos a serem julgados seriam ex-diretores da Petrobras, entre eles Paulo Roberto Costa – um dos presos na Operação Lava a Jato, da Polícia Federal, que apurava as denúncias – e o ex-presidente da empresa, José Sérgio Gabrielli. Ambos demitidos por Dilma dois anos antes.

Segundo a revista Veja, em troca da redução da pena e proteção à família, Costa teria revelado, num acordo de delação premiada, que havia repassado dinheiro da corrupção para políticos como os ex-governadores Sérgio Cabral (PMDB) e Eduardo Campos (PSB), a governadora peemedebista Roseana Sarney e seus colegas de partido Renan Calheiros e Edison Lobão, ministro das Minas e Energia.

Em uma noite de setembro, encontrei-me com um advogado de um dos réus da Operação Lava a Jato, em um bar do Leblon, no Rio. Preocupado com a repercussão da delação premiada, ele corroborou o que já havia dito o réu: “Se ele falar, não tem eleição.” Comentou que Costa “era um ser único na política brasileira” – pela primeira vez, um operador atuava nas duas frentes: na arrecadação de recursos de campanha e na distribuição para políticos. “Na época do PC Farias, ele só arrecadava, não sabia para quem ia o quê. Esse Paulinho sabe tudo”, afirmou.

O caso ganhava contornos ainda mais preocupantes porque, por causa da nova Lei Anticorrupção – sancionada por Dilma Rousseff –, atualmente são os controladores das empresas que respondem pelos crimes, não mais um diretor ou um secretário. “Você imagina o que é ter o dono de uma empreiteira realmente correndo o risco de ir para a cadeia?”, observou o advogado.

O que moveu Dilma ainda é controverso. Havia a informação de que o relator do caso no TCU, o ministro José Jorge, ampliaria as investigações para o governo. “O que ela fez foi se defender, com razão. O que ela acha que é defesa própria, o PT chamou de ‘falta de solidariedade’”, disse-me um ministro palaciano. O curto-circuito era da luz, não do poste.

Da janela da sala da presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, tem-se uma visão magnífica da Baía de Guanabara. Em uma manhã de julho, sentada de costas para o cenário, ela falava sobre a chefe e amiga Dilma Rousseff. As duas se conheceram em reuniões de trabalho na Petrobras há dezoito anos. Quando vai a Brasília, Graça é uma das poucas a ser convidada a pernoitar no Alvorada. Lá, passam a noite conversando, ouvindo música e lendo.

Encontro-nos quase dois meses antes do acordo de delação premiada feito por Paulo Roberto da Costa. Comentei que gostaria de ouvir uma “voz amiga” da presidente, pois me surpreendia como seus assessores e interlocutores mais próximos reservavam a Dilma críticas tão ácidas e comentários tão ferinos. “É injusto com ela, muito injusto”, disse Foster logo no começo da conversa. “E isso acontece porque ela é justa e paga um preço alto por isso”, avaliou.

No final de setembro, com mais uma queda brusca das ações, a Petrobras havia deixado de ser a maior empresa brasileira e perdera 144 bilhões de reais de valor de mercado desde o início do governo de Dilma Rousseff. Perguntei o que ela pensava ao ouvir que a presidente havia “acabado com a Petrobras e destruído o setor elétrico”. “Conheço essa empresa como a palma da minha mão, não tem isso”, disse, enfatizando a negativa com um movimento da cabeça. “Como uma empresa que investe 100 bilhões de reais por ano, tem 70 bilhões em caixa e produz 500 mil barris de petróleo por dia, só no pré-sal, pode estar mal?”, perguntou.

Chegamos a Pasadena. Relatei a ela o que havia ouvido de cinco pessoas ligadas ao PT, com palavras a mais ou a menos, mas sempre com o mesmo sentido: a presidente havia exposto o esquema que ela sabia ter financiado sua campanha e a de vários companheiros do PT e de partidos aliados. Sem hesitar, Graça respondeu, grave: “Não sei nada disso do que você está falando.”

Um copeiro trouxe café. Ela retomou o raciocínio. Acredita que Dilma é vítima da própria honestidade. “Ela é justa, honesta, muito justa e honesta. Esse é o ponto fundamental de tudo”, disse. Era de se imaginar que ela ficasse doída com as críticas inclementes. “Não é fácil para ninguém. Olha, eu vou até parar de falar porque eu já

chorei aqui hoje. Mas, pode ficar tranquila, não foi por causa da Petrobras”, disse, sorrindo.

A trágica morte de Eduardo Campos varreu como um furacão o cenário eleitoral. A partir de então, tudo o que se especulava ficou velho. Em Brasília, passou-se a ouvir a expressão: “Ah, isso é tão 12 de agosto!”, em referência à véspera do desastre. O PT havia se preparado para repetir o mote “Nós contra eles”, no embate com o PSDB. Quando Marina Silva se tornou uma ameaça real, o partido não sabia o que fazer. De novo o “Volta, Lula” surgiu forte dentro do PT.

Naqueles dias, um influente empresário, com negócios no Sudeste e Nordeste, foi recebido para jantar na casa da família Lula em São Bernardo do Campo. Como era domingo, pediram pizza pelo telefone e se reuniram em volta da mesa. O assunto logo resvalou para o governo. Ele, que estava decepcionado com o PT, externou sua opinião. Foi a deixa para Marisa desancar Dilma mais uma vez: ingrata, falsa e traidora foram alguns dos adjetivos que empregou. Os filhos de Lula corroboravam a opinião da mãe. O ex-presidente permaneceu calado.

Ali, o empresário teve uma epifania. Percebeu que, por mais forte que fosse o “Volta, Lula”, o ex-presidente jamais teria coragem de se apresentar como candidato. Nem para salvar a eleição de 2014, já que ele já tinha em vista 2018. O preço de deixar de ser um mito e desembarcar na vida real, num cenário de incerteza aguda, era pesado demais. Logo que Marina se lançou candidata, as pesquisas encomendadas pelos partidos não davam grande vantagem a Lula sobre sua ex-ministra, quando confrontados na mesma cédula.

Com o alerta vermelho na campanha de Dilma, Lula passou a viajar pelo país fazendo comícios e acompanhando a candidata em eventos. Quatro ministros se licenciaram dos cargos para cuidar da articulação política. A 32 dias do primeiro turno, um grupo se reuniu na suíte do hotel Unique, em São Paulo, onde Dilma estava hospedada. Lula deu a ordem de comando: “Vai ser o segundo turno mais longo da história. Ele tem que começar agora”, disse. Isso significava atacar Marina com todas as armas, para que ela chegasse ao segundo turno fragilizada.

A partir daí o tom da propaganda eleitoral engrossou: Marina foi comparada a Jânio Quadros e Fernando Collor de Mello. Em outro spot, dizia-se que, com a autonomia que ela pretende dar ao Banco Central, a comida vai sumir do prato das famílias, em benefício dos banqueiros, caracterizados na propaganda como vilões. No jargão publicitário, a ordem era “desconstruir” Marina: explorar suas incongruências, dubiedades, fragilidades, o túnel desconhecido que seria seu governo. A estratégia



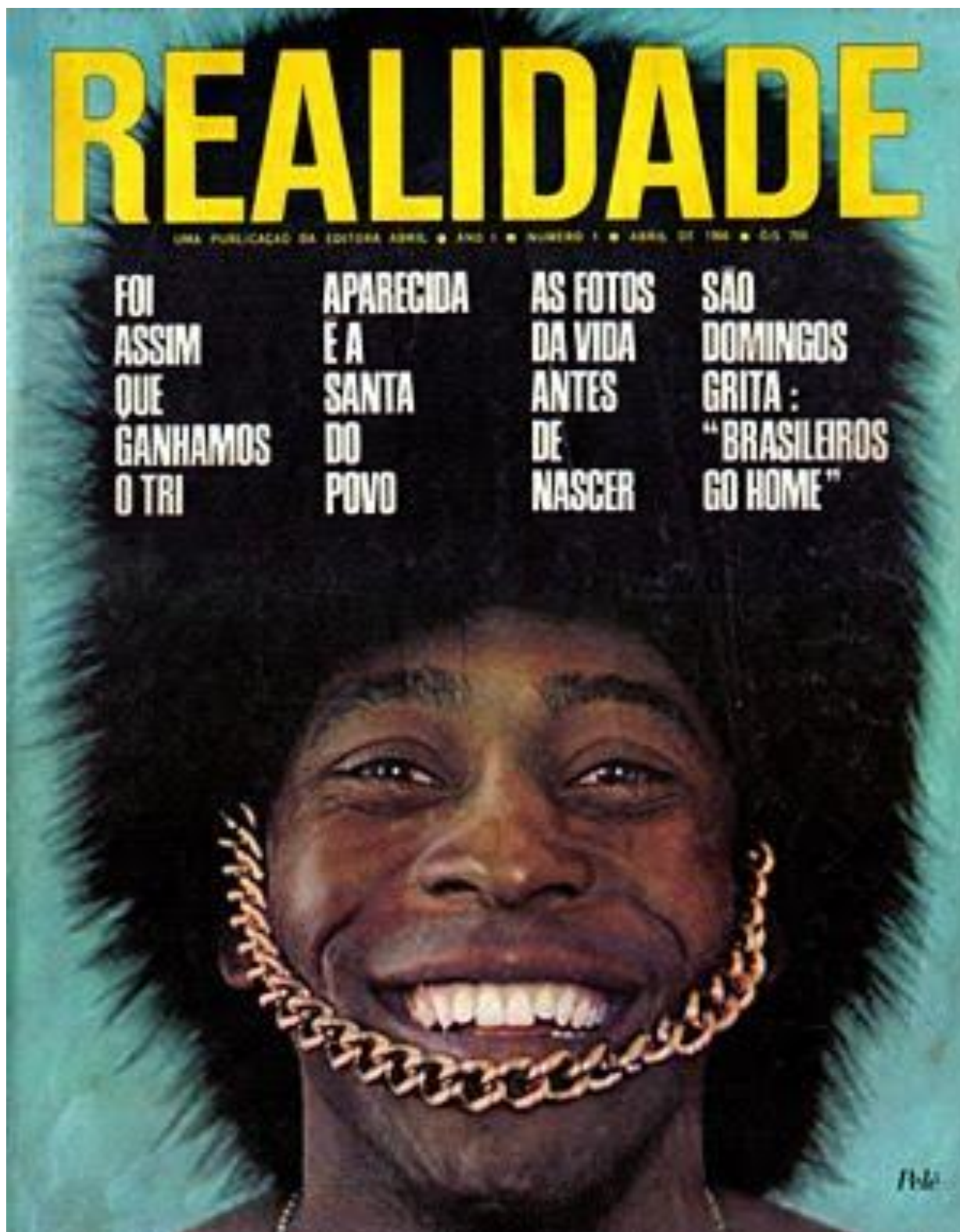
surtiu efeito. Em três semanas, Dilma abriu quinze pontos de vantagem sobre Marina, mas ainda não tinha o suficiente para vencer no primeiro turno.

A poucos dias das eleições, o Brasil havia saído do Mapa Mundial da Fome das Nações Unidas. Pela primeira vez em cinco anos, registrava-se retração da economia, que havia entrado em recessão técnica. Ao contrário do que pregava o governo, o país crescia menos do que seus pares na América Latina. A inflação recuava a passos lentos. Indagada se faria mudanças na equipe ministerial caso reeleita, Dilma respondeu de bate-pronto “Ano novo, equipe nova”, incorporando a seu repertório a expressão “novo, nova”, bordão da adversária Marina e sua “nova política”. O recado tinha alvo: Mantega estaria fora no próximo governo. Ele soube da notícia pela internet. “Ela só não esclareceu se também vai mudar. Se vai deixar de ministrar para começar a presidir”, disse um secretário do governo com status de ministro.

No final de setembro, durante um café da manhã no Rio, um importante dirigente do PT comentava o enredo eleitoral. “Ninguém ia imaginar a morte do Eduardo Campos, a crise econômica mundial, o sentimento que ia surgir das manifestações de junho. Mas todo mundo sabia da inabilidade da Dilma, da ojeriza pela política, desse temperamento”, resumiu.

A reeleição de Dilma ganhara fôlego. De nada adiantara mostrar as obras, os programas, as falas de Lula. A vantagem só foi recuperada quando o PT pegou em armas e passou a atacar sem piedade a adversária. As dificuldades do governo, segundo meu interlocutor, nunca foram de macroeconomia, mas de estilo. “Arrogância”, ele disse. Argumentei que, se eleita, ela poderia fazer um governo mais livre, sem se preocupar com Lula ou com o PT, já que provavelmente seria seu último cargo político na vida. Ele balançou a cabeça e deu um sorrisinho. Antes de se retirar, arriscou o porvir: “O fato é que, se ela ganhar, foi o PT que ajudou. E aí, no dia 1º de janeiro, o governo passa a funcionar no Ipiranga. Se perder, ela vai levar essa culpa para sempre. Infelizmente, isso é a política.”

ANEXO C – CORPUS REVISTA REALIDADE – “A BÊNÇÃO, SENHORA”



# Carta do Editor

Temos o prazer de apresentar o primeiro número de REALIDADE, novo lançamento da Editôra Abril. Há 16 anos vimos editando revistas para o público brasileiro, acompanhando a extraordinária evolução do País. O Brasil vai crescendo em tôdas as direções. Voltado para o trabalho e confiante no futuro, prepara-se para olhar de frente os seus muitos problemas a fim de analisá-los e procurar solucioná-los. E é por isso que agora surge REALIDADE. Será a revista dos homens e das mulheres inteligentes que desejam saber mais a respeito de tudo. Pretendemos informar, divertir, estimular e servir a nossos leitores. Com seriedade, honestidade e entusiasmo. Queremos comunicar a nossa fé inabalável no Brasil e no seu povo, na liberdade do ser humano, no impulso renovador que hoje varre o País, e nas realizações da livre iniciativa. Assim é com humildade, confiança e prazer que dedicamos REALIDADE a centenas de milhares de brasileiros lúcidos, interessados em conhecer melhor o presente para viver melhor o futuro.

*Vicente Civita*



# REALIDADE

UMA PUBLICAÇÃO DA EDITORA ABRIL - ANO 1 - NÚMERO 1 - ABRIL 1966

Editor e Diretor: VICTOR CIVITA

## Redação

Redator-Chefe: Paulo Patarra  
 Editor de Texto: Sérgio de Souza  
 Redatores: Carlos Azevedo,  
 Micheline Gaggio Frank,  
 Narciso Kalili, José Carlos Marão,  
 Luiz Fernando Mercadante,  
 Hideo Onaga  
 Pesquisa: Duarte Lago Pacheco  
 Secretário Gráfico: Woile Guimarães  
 Chefe de Arte: Eduardo Barreto Filho  
 Diagramadores:  
 Jaime F. Figuerola, Rubem B. Moraes  
 Fotógrafos: Roger Bester,  
 Walter Firmo, Lew Parrella  
 Sucursal, Rio: Alessandro Porro,  
 Milton Coelho, Néelson di Rago

## Administração

Diretor: J. Natale Netto  
 Diretor Comercial: Alfred Nyfeller  
 Vice-Diretor de Publicidade:  
 Sebastião Martins  
 Gerente de Publicidade, S. Paulo:  
 Rubens Molino  
 Representantes, São Paulo:  
 Luiz Celso Faria do Amaral,  
 Pérsio Pisani

Representantes, Rio: Kleber V. Buhr,  
 Álvaro Ceciliano Filho  
 Pôrto Alegre: Jesus C. Ourives  
 Belo Horizonte: Afonso Tôrres  
 Curitiba: Edison Helm  
 Diretor Administrativo de  
 Publicidade:  
 Antônio Cioccoloni  
 Diretor do Escritório do Rio:  
 André Raccah

Diretor Editorial: Luís Carta  
 Diretor Comercial:  
 Domingo Alzugaray  
 Diretor de Publicidade:  
 Paulo Funke  
 Diretor Responsável:  
 Edgard de Sílvio Faria

*Realidade* é uma publicação da Editora Abril Ltda. / Redação, Publicidade e Correspondência: Rua João Adolfo, 118, 9.º, São Paulo / Administração: Rua Alvaro de Carvalho, 48, 6.º e 7.º andares, São Paulo / Sucursal, Rio de Janeiro: Av. Presidente Vargas, 502, 18.º, fone: 23-8913 / Sucursal, Pôrto Alegre: Av. Otávio Rocha, 134, 6.º, fone: 4778 / Sucursal, Belo Horizonte: Av. Goitacazes, 43, cj. 301-2, fone: 4-7146, Sucursal, Curitiba: Edifício Galeria Tijuca, Rua Cândido Lopes, 11, 15.º and. cj. 1516 — C. Postal 3.121, Tel.: 4-5937 - 4-9427. Distribuição exclusiva para todo o Brasil da Distribuidora Abril S.A. Preços: exemplar avulso Cr\$ 700. Assinatura semestral Cr\$ 4.200. Assinaturas anual Cr\$ 8.400. Ninguém está credenciado a angariar assinaturas desta publicação. Se for procurado por alguém, denuncie-o às autoridades locais. Números atrasados: no Rio, Rua República do Líbano, 19; São Paulo, Rua Martins Fontes, 163-165. Pelo Correio: Caixa Postal 7901. Todos os direitos reservados. / Imprensa em oficinas próprias e nas da S.A.I.B. Soc. Anônima Impressora Brasileira, São Paulo. As opiniões que aparecem nos artigos assinados não representam necessariamente o ponto de vista da revista, podendo até ser contrárias a este.

<b>Capa</b>		<b>Pelé</b> , tendo na cabeça o <b>busby</b> usado pelos guardas da rainha Elizabeth. É uma antecipação do final da Copa. Pelé sorriu 92 vezes para o nosso fotógrafo.
<b>Espaço</b>	<b>18</b>	<b>O preço da Lua é a vida de um homem.</b> Se um ser humano fosse lançado hoje para a Lua, a ciência ganharia 4 anos na corrida espacial. Mas, vale a pena?
<b>Futebol</b>	<b>23</b>	<b>Foi assim que ganhamos a Copa.</b> Uma reportagem-sonho que se passa em julho de 1966, na Inglaterra. E que esperamos venha a se transformar em fato.
<b>Documento</b>	<b>30</b>	<b>As revoluções que eu vi.</b> O repórter é Carlos Lacerda, narrando como foram as revoluções brasileiras a que assistiu, desde quando usava calças curtas.
<b>Internacional</b>	<b>38</b>	<b>Brasileiros, go home.</b> Dois repórteres viveram 20 dias com nossos praçinhos em São Domingos. E sentiram o ódio dos dominicanos pelos soldados "invasores".
<b>Problema</b>	<b>51</b>	<b>Linha, faz favor.</b> Um pouco da história, muitas informações e também alguma esperança, pois parece que há, finalmente, um telefone em seu futuro.
<b>Religião</b>	<b>58</b>	<b>A bênção, Senhora!</b> Um dos maiores cultos católicos do mundo: Nossa Senhora de Aparecida, A cidadezinha e os milagres da santa padroeira do Brasil.
<b>Ciência</b>	<b>66</b>	<b>Os dias da criação.</b> Por 7 anos, um fotógrafo sueco documentou, nos hospitais de Estocolmo, todas as fases de desenvolvimento do embrião humano.
<b>Aventura</b>	<b>82</b>	<b>Este petróleo é meu.</b> Quando jorra o óleo da terra, esse é o grito do herói anônimo que sofre, ama, ri e chora nos campos da Petrobrás, em Sergipe.
<b>Mulher</b>	<b>94</b>	<b>Ensaio em côr mulata.</b> Uma série de fotos acompanhadas de depoimentos de gente entendida para tentar definir a beleza e o encanto da mulata brasileira.
<b>Perfil</b>	<b>101</b>	<b>Eis Roberto Campos.</b> Ele quase foi padre e queria ser papa. Como pensa, trabalha e se diverte o homem mais combatido e menos conhecido do Brasil.
<b>Depoimento</b>	<b>110</b>	<b>As suecas amam por amor.</b> A atriz Ingrid Thulin fala com franqueza e coragem de liberdade, sexo, amor e igualdade entre o homem e a mulher de hoje.
<b>Pesquisa</b>	<b>120</b>	<b>Haja pinga.</b> Um ensaio sério, porém divertido, sobre a bebida nacional. O que existe em torno dos 300 milhões de litros de cachaça que bebemos por ano.
<b>Dinheiro</b>	<b>126</b>	<b>O que você tem a declarar.</b> O fisco quer saber, pois está chegando a hora do imposto de renda. Aprenda a declarar corretamente. E até a pagar menos.
<b>Mistério</b>	<b>132</b>	<b>Onde está o corpo de Eva Peron?</b> Uma pergunta que o mundo vinha fazendo há 13 anos. Uma equipe de jornalistas conseguiu a resposta, que é espantosa.



*Na cidadezinha de Aparecida, milhões de fiéis repetem:*

## A BÊNÇÃO, SENHORA!

**N**o meio da noite a igreja está fechada e a cidade é um deserto. Há só um velho homem, sentado na calçada da Farmácia Nossa Senhora Aparecida. No Brasil existem mais de duzentas farmácias Nossa Senhora Aparecida. Nenhuma, porém, merece tanto o nome: esta é a Farmácia Nossa Senhora Aparecida da Praça Nossa Senhora Aparecida, em frente à Basílica Nacional de Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Aparecida. E o velho não está apenas sentado na calçada da Farmácia. O velho está rezando num têrço de contas pretas e graúdas.

— Vou dormir, não — diz. Vou velar. Vim de quase mil quilômetros e não foi para dormir. Tenho promessa de atravessar toda a noite em vigília e oração. E cumprirei o certo, conforme o prometido. Amanhã volto para minha terra, Teófilo Otóni. Não sem antes deixar uma vela da minha altura para a Santa. Que ela merece mais de uma:

consertou os meus negócios, arrumou minha saúde e desenguiçou questão de terras, de vinte anos, em que eu já estava desesperado. Minha causa aqui é só de agradecer. Nada tenho de pedir. Só perdão de alguns pecados.

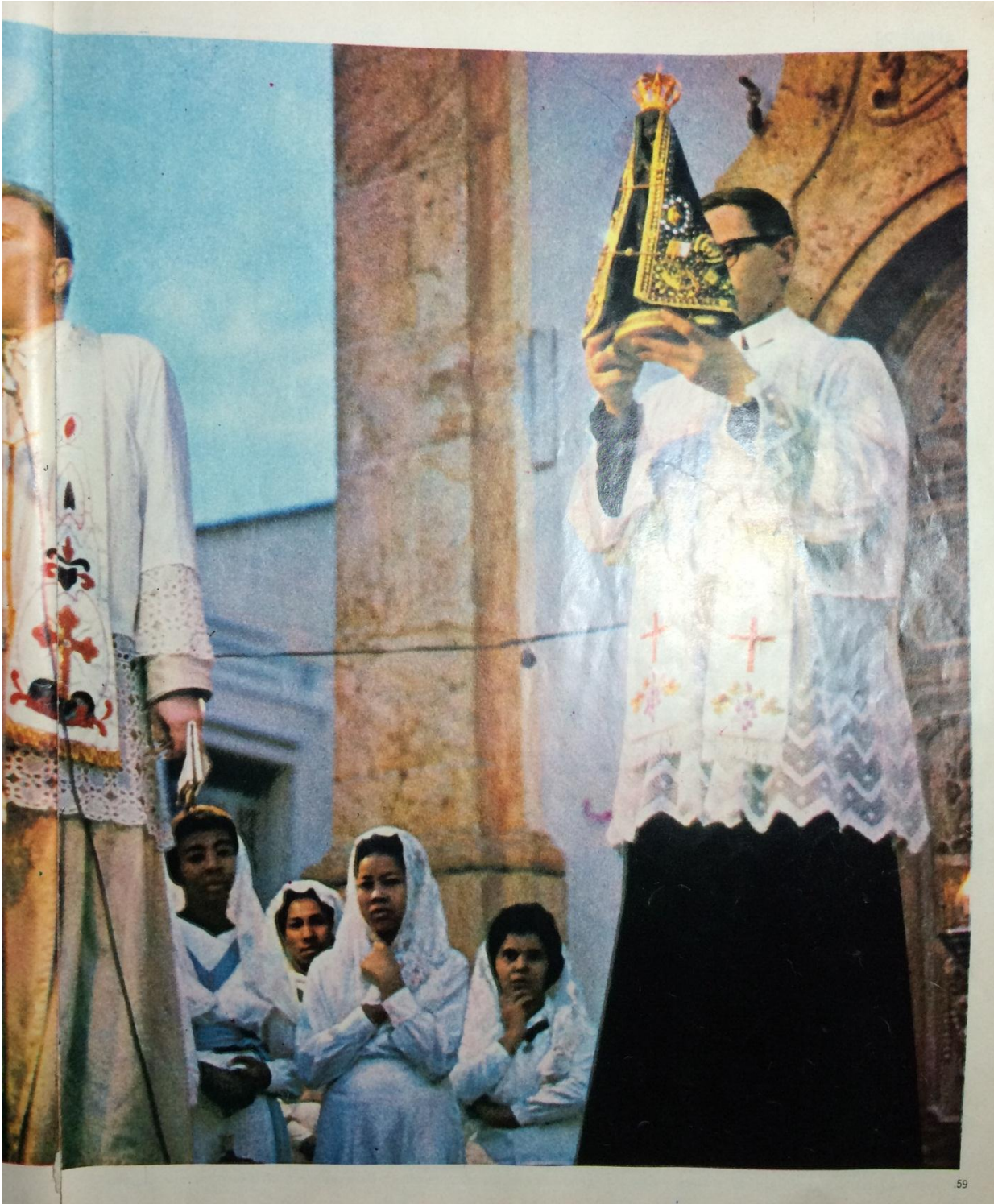
E Pedro Cerqueira das Neves, sitiante em Teófilo Otóni, Minas Gerais, volta às suas ave-marias. Sessenta e três anos de idade, nenhum cabelo branco, mãos grandes e calosas, pele tostada, terno de brim e camisa listrada — Pedro é um dos três milhões de romeiros que, no ano passado, visitaram a pequena imagem pretinha, encontrada no rio Paraíba há 243 anos por pescadores e transformada, através do tempo, na mais popular e mais nacional devoção do país: Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

É um culto permanente, que se estende pelos 365 dias do ano; que traz ao santuário de Aparecida humildes colonos, equipes de futebol e chefes de governo; que arrebatava



*Cada rosto é a expressão da fé quando o padre levanta a imagem da Santa.*







**APARECIDA** CONTINUAÇÃO

## A imagem surgiu na peixada do conde

multidões com vivas e hinos em procissões coloridas; que já deu a Nossa Senhora Aparecida os títulos de padroeira do Brasil e de Brasília; e que, a 7 de Setembro próximo, na Capital Federal, vai lhe valer a patente de "Generalíssima das Forças Armadas Brasileiras".

### O conde e os peixes

Era uma vez um conde que gostava muito de peixes. Chamava-se D. Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar, general e governador de São Paulo e Minas, que formavam, então, uma só província. Em dia indeterminado, entre 17 e 31 de outubro do ano de 1717, o conde que gostava de peixes passou por Guaratinguetá, vindo de São Paulo e a caminho de Minas. A Câmara quis, então, agradá-lo, com uma peixada que ficasse na história. Ficou.

Para a peixada do conde, todos os pescadores da redondeza correram o Paraíba em suas canoas, com ordem de trazer tanto peixe quanto encontrassem. Mas o dia não andava para peixe e as rédes iam e vinham vazias. Foi aí que três pescadores — Domingos Garcia, João Alves e Felipe Pedroso — decidiram rezar para pedir melhor sorte no trabalho. E rezando com muita fé, atiraram as rédes com nova esperança.

O que aconteceu virou história: João Alves lançou a réde e tirou a imagem de uma Senhora, sem a cabeça; outra vez, e recolheu a cabeça, que se ajustou perfeitamente ao corpo; e na terceira vez, e nas outras, veio peixe, muito peixe, tanto peixe como nunca se viu. A peixada do conde estava garantida.

### O pescador e as velas

Passado o espanto, os pescadores levaram a imagem, com muito respeito, para o Morro dos Coqueiros, onde moravam. Felipe Pedroso foi escolhido para guardá-la. Mais tarde, entregou-a a seu filho Atanásio, também pescador. Este lhe armou um altar tóscico, lhe acendeu velas e iniciou o hábito de fazer rezas aos seus pés nas noites de sábado. Foi em uma dessas rezas. Sem que houvesse vento as velas se apagaram e, antes que aparecesse fogo para reacendê-las, voltaram a luzir sôzinhas, para surpresa de todos, sem que pessoa alguma intervisse.

E vieram outros milagres. O caçador que, sem munição que prestasse, deu com uma onça do tamanho de um bezerro: o homem pediu socorro a Nossa Senhora Aparecida e a onça ficou mansa igual cachorro. O menino que ia se afogando: à mãe implorou a Senhora e a criança boiou até ser salva. O escravo condenado à morte: prostrou-se aos pés da imagem, as correntes que o prendiam se partiram e os soldados o libertaram.

A moça ceguinha que queria muito ver a Santa: tanto queria que, diante dela, recobrou a visão para sempre. O carreiro que caiu sob as rodas do seu carro-de-boi: gritou "Mãe Aparecida" e nada lhe sucedeu. E o cavaleiro embriagado que quis entrar na igreja a cavalo: o animal estacou nas quatro patas e deixou marca de uma ferradura no primeiro degrau do templo.

Estes milagres e muitos outros conduziram a um prodígio maior. Gente de toda parte começou a chegar em visita à Senhora do Morro dos Coqueiros. E o tóscico altar virou capela, as poucas casas cresceram em vila, a capela se fez igreja e a vila se tornou cidade. Uma cidade chamada Aparecida.

### A cidade e as rezas

É uma cidade de muitas rezas. Acorda todos os dias, invariavelmente, às quatro e meia, com as vozes de seis sinos de bronze misturadas aos cânticos e orações dosromeiros madrugadores. A igreja se abre e começa a primeira das dez missas diárias. Os 1.200 lugares da velha basílica já estão tomados. A nova, em construção, acomodará 20 mil pessoas. Maior que ela, só a de São Pedro, em Roma.

No seu nicho de ouro, atrás do altar principal, a imagem de terracota, de 39 centímetros de altura, quatro quilos de peso, manto azul com as armas do Brasil e do Vaticano, cabeça cingida por uma coroa cravejada de pedras preciosas, recebe as primeiras visitas. A fila que se forma para passar diante dela é permanente.

Ali, o ritual é um só: o romeiro lança um olhar para a imagem ao alto, faz o sinal da cruz, coloca com a mão um beijo na parede ao pé do nicho, deixa uma esmola no cofre logo abaixo, repete o olhar, o sinal da cruz, e vai saindo. Há lágrimas, sorrisos, suspiros e, às vezes, desmaios. Mas a fila parece sempre a mesma fila e tem sempre os mesmos gestos.

Só as crianças quebram o ritual. Com perguntas:

- Por que ela é preta?
- Acharam no rio mas não está molhada?
- A coroa dela é maior do que a cabeça?
- Esta é a santa de verdade?

### A fábrica e os operários

Na igreja o movimento corre em ritmo de fábrica. No ano passado foram distribuídas 800 mil comunhões, efetuados 18 mil batizados e celebrados três mil casamentos, movimento maior que o do Estado de Mato Grosso. Para atender a tudo isso há dez padres redentoristas trabalhando das quatro e meia da manhã às nove da noite, auxilia-



Bem cedo, a multidão começa a chegar.

SEGUIE





*Depois cai de joelhos aos pés da Santa. No domingo, todo o movimento se transfere para a nova basílica, ainda inacabada. 61*



**APARECIDA** CONTINUAÇÃO

## Futebol da cidade não tem nome feio

dos por seis irmãs missionárias que encaminham os romeiros para os sacramentos.

— Já fiz mais de 300 batizados num só dia — conta padre Fré, o vigário. Fiquei uma semana com chôro de criança no ouvido. Mas aqui não há escolha. O romeiro vem e volta. Não se pode deixar para o dia seguinte.

De cada três meninas batizadas na basílica, uma recebe o nome de Aparecida. Bebês Aparecidos são poucos: um em cada cem e, em geral, como segundo nome. Um casal da cidade quis chamar à filha Aparecida de Aparecida. Os padres acharam exagero. Cortaram para uma Aparecida só.

Os casamentos são tradicionais. Antigamente vinham de carro-de-boi e o povo da cidade sabia que era casamento só de ouvir o carreiro cantar os nomes dos bois: Luar, Cascata, Marfim, Algodão. Carros comuns eram puxados por bois chamados Melado, Rapadura, Caninha, Sete-e-Meio. Hoje não há mais carros-de-boi, mas os casamentos se enfileiraram. Gente rica da região e roceiros da redondeza se encontram na sacristia. Há também os que vêm de longe se casar em Aparecida por promessa.

Os padres experimentados, quando estão diante de noivos caboclos, pedem pelas "memórias" em lugar das alianças. Padre Fré, um dia desses, pediu as memórias a um casal da roça. O caboclo se empertigou, fez um ar de superioridade e perguntou com um sorriso sabido:

— O senhor está querendo as alianças, seu padre?

### Os vizinhos da santa

São 18 mil habitantes na cidade, mais quatro mil no resto do município, os vizinhos da Santa. Vivem numa cidade diferente, onde nunca houve baile de carnaval, concurso de beleza ou casa de jôgo. As mulheres se vestem com discrição. Diz um cartaz na porta da igreja: "Os direitos de Deus estão acima dos direitos da moda." E elas seguem a recomendação, dentro e fora da basílica.

O técnico de futebol do Esporte Clube Aparecida instrui os jogadores para que não digam palavões no gramado: não fica bem para a cidade. E os jogadores obedecem. Os rapazes mais afoitos esbarram sempre numa mesma frase que as namoradas trazem pronta há gerações, para uso eventual:

— O que é que Nossa Senhora Aparecida vai pensar da gente?

O delegado Arnaldo Boquino, com seus 25 soldados, tem só um grande problema: o trânsito. Certos dias chegam 400 ônibus, 200 caminhões e três mil automóveis.

O prefeito Aristeu Vieira se contenta em ser a quinta pessoa da cidade em importância: a Santa, o cardeal, o arcebispo e o vigário são, para ele, as quatro primeiras.

Nos rádios da cidade, um locutor anuncia:

— Na Capital Espiritual do Brasil são exatamente sete horas.

A rádio é dos padres, o jornal é dos padres, um dos dois cinemas é dos padres. A rádio se chama Aparecida. É a mais ouvida do interior do Brasil, segundo as pesquisas do IBOPE. Oitenta mil pessoas pagam de Cr\$ 1 mil a 5 mil anuais, só para serem seus associados-contribuintes. Faz alguns meses, lançou campanha pedindo cartas aos ouvintes que estivessem rezando para o Concílio. Recebeu 315 mil.

O jornal, semanal, é o "Santuário de Aparecida". Tem 66 anos e 40 mil assinantes.

O cinema, Cine Aparecida, só passa filmes aprovados pelos padres. O outro, particular, permite que os padres coloquem a cotação moral dos filmes em sua porta.

### Os bonês azuis

O comércio de Aparecida abre o dia inteiro, sem guardar sábados, domingos e feriados. Só fecha a 17 de dezembro, festa do município, quando nem bar fica aberta. Das seis da manhã às dez da noite, as lojas estão funcionando: 400 estabelecimentos, 200 vendendo só velas, santinhos, tarjas, medalhas, imagens da Santa e lembranças da cidade, que vão desde xicaras com a efígie da Senhora até toalhas de mesa com orações bordadas. A rua principal, que desce da basílica até a praça da igreja de São Benedito, tem exclusivamente lojas de santinhos e hotéis.

Nos noventa hotéis e pensões sempre cabe mais um. A maioria mantém agenciadores, homens de uniforme branco e bonê azul que caem em cima dos romeiros assim que desembarcam. Alguns tomam a mala do recém-chegado à força e arrastam o visitante para a pensão que lhes paga comissão por cabeça. De vez em quando, um romeiro, assustado quando lhe tomam a mala, grita:

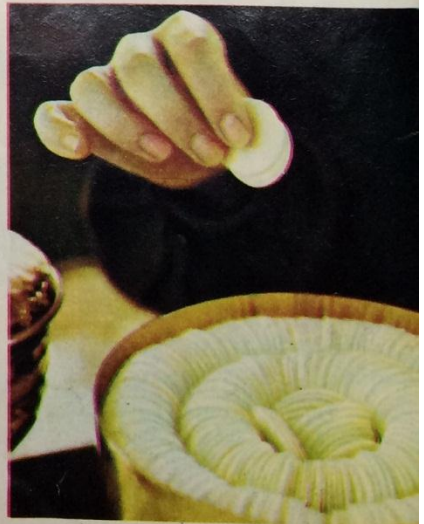
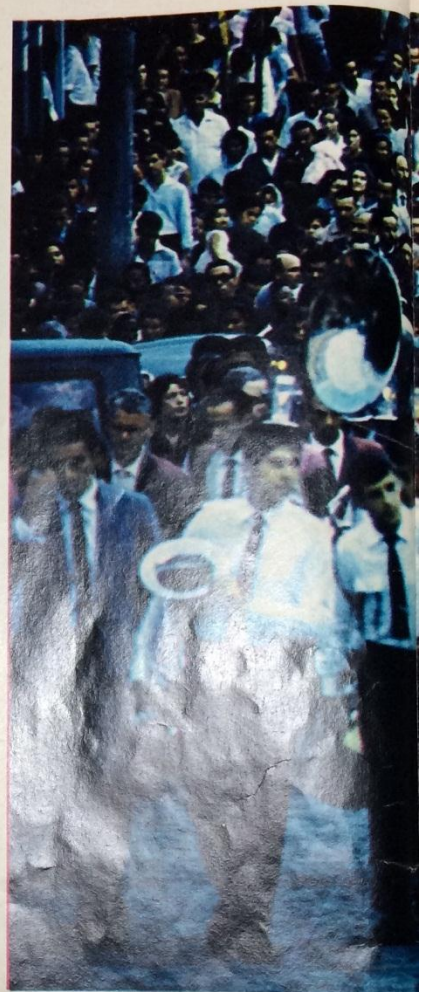
— Pega ladrão!

Menos agressivos são os 80 fotógrafos. No tempo dos carros-de-boi faziam todos os fotografados olhar firme para a objetiva. Até mesmo os bois, como asseguram testemunhas.

E os 20 vendedores de bilhetes de loteria vão andando e vendendo sem fazer barulho porque a sugestão de sorte é muito grande. Mas, já se passam dez anos que ali não sai um prêmio grande. É um argumento:

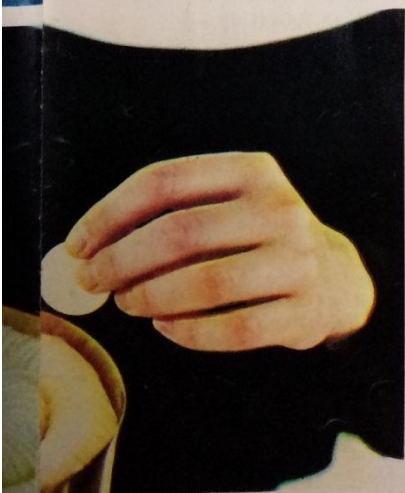
— Está na hora de sair grande prêmio, anunciam.

Nos 100 quilômetros quadrados que formam o município de Aparecida não existe igreja protestante, centro espírita ou tenda de Umbanda. É provavelmente a única cidade do Brasil onde funciona apenas uma religião pública. Nas cidades vizinhas, os praticantes de outras religiões tratam a San-



Festa a Aparecida é dia de procissão.





*E por isso, as freiras têm que redobrar a fabricação de hóstias e as filas para ver a imagem são ainda bem mais compridas.*



## Histórias de gente simples contam que a santa é do povo



*Ninguém escapa de posar para os fotógrafos com a velha basílica ao fundo. O retrato é recordação obrigatória.*

ta com respeito e não se tem notícia de atritos. Uma vez houve um, muito sério, na cidade de Guaratinguetá, a seis quilômetros de Aparecida.

Foi o caso do pastor João de Deus, da seita Assembléia de Deus. Entusiasmado com seus sucessos oratórios e com o crescente número de fiéis que arrebanhava, o pastor João de Deus começou o ano de 1962 desacatando os padres e os católicos pelos alto-falantes do seu templo.

Vai dia, vem dia, o homem faz a ofensa suprema:

— Nossa Senhora Aparecida é uma negrinha à-toa.

No dia seguinte, às seis da tarde, a cidade inteira cercava o templo. Queriam linchar o pastor. Veio polícia e mais polícia, reforços de Taubaté, grandes cães policiais e fizeram um cordão de isolamento para conter o povo. No que um bem falante vereador, por nome Rogério Lacaz, tomou a palavra:

— O povo civilizado e culto de Guaratinguetá não vai depredar o templo. Estou certo de que todos darão um exemplo de dignidade e respeito se recolhendo a suas casas. A polícia que se retire e o povo ordeiro voltará aos lares.

Foi além: se responsabilizou pelo que desse e viesse.

A polícia tomou o discurso ao pé da letra. Recolheu os cães e abriu o cordão de isolamento.

Não ficou pedra sobre pedra. Não sobrou um tijolo. Nem nunca mais houve notícia do pastor João de Deus, àquela altura sumido, para nunca mais aparecer.

### Bem-Aventurados os simples

Num sobradão branco da praça da igreja de Nossa Senhora Aparecida mora um homem de 76 anos, sobre cujos ombros franzinos pesa a responsabilidade de dirigir a arquidiocese de Aparecida e a construção da nova e grandiosa basílica. De uma janela discreta ele passa os momentos livres observando o movimento de romeiros. Numa posição estratégica, na calçada fronteira, é possível surpreender à janela a figura magra e tranqüila de D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, primeiro cardeal arcebispo de Aparecida, após ter sido, durante 20 anos, arcebispo de São Paulo. D. Carlos tem por coadjutor o arcebispo e vigário geral D. Antônio Francisco de Macedo. Ambos nutrem grande amor pela Santa e imensa ternura pelos romeiros.

— É a Santa do povo. Surgiu com os pescadores e o seu culto se propagou entre os humildes. E bem-aventurados os que são simples — sentencia D. Carlos Carmelo.

Essa simplicidade faz lendas. Como toda basílica, a igreja de Aparecida tem as suas insígnias. Há, por exemplo, dois "gonfalones", pavilhões de seda, em forma de guarda-sol entreaberto. O maior fica num armário; o outro, menor, está permanentemente dependurado sobre o altar. O povo simples costuma contar que "aquela sombrinha amarela suspensa no teto da igreja era de uma bailarina que entrou no templo com o guarda-chuva aberto". A sombrinha foi-lhe arrancada das mãos e lá ficou pendurada "para castigar o desrespeito."

### Pagadores de promessas

Dez anos atrás, a ladeira que leva à igreja ainda era percorrida por romeiros ajoelhados que, assim, pagavam promessas. Outros, cingiam a cabeça com velas acesas e subiam a ladeira com os cabelos em fogo. Hoje, os padres já venceram a teimosia dos penitentes e aconselham promessas mais leves. Mas ainda há penosas e extravagantes.

Numa tarde, padre Galvão estava no confessionário quando notou uma moça que tirava os sapatos em plena basílica. Depois, foram as meias. Em seguida, o vestido. Padre Galvão precipitou-se ao encontro da moça que já ia tirando a combinação. Pai

e mãe da jovem explicaram aflitos: quando ela era pequena, esteve desenganada e tinham feito promessa de apresentá-la nua à Santa. Não fôra possível vir antes, a moça já estava com 17 anos e só agora podiam cumprir a promessa. Padre Galvão explicou pacientemente que a intenção e a visita bastavam, que não era preciso levar a coisa ao extremo e que a jovem devia se vestir e bem depressa. O que foi feito, ainda que os três ficassem meio desconsolados.

O mesmo padre Galvão estava uma noite na rádio, quando se apresentou um roceiro de chapéu e maleta, com um assunto muito urgente:

— Quero deixar um dinheirinho para a Santa, disse o homem.

— Amanhã na igreja o senhor entrega.

— Não, eu vou indo agora mesmo. O senhor pode guardar.

O padre aceitou e estendeu a mão. Em vez de cédula ou envelope, o visitante entregou a maleta. E deu boas noites. Dentro da maleta havia Cr\$ 350 mil, em dinheiro miúdo.

Vem como vai essa multidão de romeiros, fluindo o ano inteiro por Aparecida. Gente que chega de caminhão, ônibus, automóvel e trem, que reza, chora e ri, que faz piquenique na praça, leva água para benzer. Gente que compra nos ambulantes o "Famoso Bálsamo Nossa Senhora Aparecida", pois por Cr\$ 200 é capaz de curar "tôdas as moléstias, até as mais graves". Gente que é solicitada por vários cartazes anunciando choques de peixe-elétrico, zoológico com urso e tudo, aranha com corpo de mulher, mulher com cabeça de cobra, mas que passa indiferente, pois o que vale para ela é a Santa.

### A senhora Aparecida

Porque apareceu no rio, a imagem foi chamada Aparecida. Alguns a apresentam como uma Nossa Senhora da Conceição. Sabe-se que na região existiam índios, hábeis escultores em terracota, material de que é feita a imagem. O que não se sabe é como a imagem foi parar nas águas do Paraíba.

Mas há hipóteses, que são três: a imagem foi lançada ao rio pelos seus primeiros donos, depois de quebrada acidentalmente; as enchentes arrastaram-na da casa de seus proprietários originais para o rio; ou teria sido atirada ao rio por mãos sacrílegas.

O sacrilégio tem força de lenda. Dizem até que os milagres operados por meio da imagem seriam reparação e desagravo pela ofensa recebida. Mas para o povo, para o velho que passou a noite na calçada da Farmácia Nossa Senhora Aparecida, não importa a origem da Santa. O importante é que ela está lá.

— A bênção, Senhora!

## ANEXO D – TRANSCRIÇÃO DE *CORPUS* – “A BÊNÇÃO, SENHORA”

Na cidadezinha de Aparecida, milhões de fiéis repetem:

### **A BÊNÇÃO, SENHORA!**

No meio da noite a igreja está fechada e a cidade é um deserto. Há só um velho homem, sentado na calçada da Farmácia Nossa Senhora Aparecida. No Brasil existe mais de duzentas farmácias Nossa Senhora Aparecida. Nenhuma, porém, merece tanto o nome: esta é a Farmácia Nossa Senhora Aparecida da Praça Nossa Senhora Aparecida, em frente à Basílica Nacional de Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Aparecida. E o velho não está apenas sentado na calçada da Farmácia. O velho está rezando num têrço de contas pretas e graúdas.

- Vou dormir, não – diz. Vou velar. Vim de quase mil quilômetros e não foi para dormir. Tenho promessa de atravessar toda a noite em vigília e oração. E cumprirei o certo, conforme o prometido. Amanhã volto para minha terra, Teófilo Otôni. Não sem antes deixar uma vela da minha altura para a Santa. Que ela merece mais de uma: consertou os meus negócios, arrumou minha saúde e desenguiçou questão de terras, de vinte anos, em que eu já estava desesperançado. Minha causa aqui é só de agradecer. Nada tenho de pedir. Só perdão de alguns pecados.

E Pedro Cerqueira das Neves, sitiante em Teófilo Otôni, Minas Gerais, volta às suas ave-marias. Sessenta e três anos de idade, nenhum cabelo branco, mãos grandes e calosas, pele tostada, terno de brim e camisa listrada – Pedro é um dos três milhões de romeiros que, no ano passado, visitara a pequena imagem pretinha, encontrada no rio Paraíba há 248 anos por pescadores e transformada, através do tempo, na mais popular e mais nacional devoção do país: Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

É um culto permanente, que se estende pelos 365 dias do ano; que traz ao santuário de Aparecida humildes colonos, equipes de futebol e chefes de governo; que arrebatou multidões com vivas em procissões coloridas; que já deu a Nossa Senhora Aparecida os títulos de padroeira do Brasil e de Brasília; e que, a 7 de setembro próximo, na Capital Federal, vai lhe valer a patente de “Generalíssima das Fôrças Armadas Brasileiras”.

(Legenda das fotos das páginas 58 e 59: “Cada rosto é a expressão da fé quando o padre levanta a imagem da Santa.”. Título na página 58: “A imagem surgiu na peixada do conde”)

### **O conde e os peixes**

Era uma vez um conde que gostava muito de peixes. Chamava-se D. Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar, general e governador de São Paulo e Minas, que formavam, então, uma só província. Em dia indeterminado, entre 17 e 31 de outubro do ano de 1717, o conde que gostava de peixes passou por Guaratinguetá, vindo de São Paulo e a caminho de Minas. A Câmara quis, então, agradá-lo, com uma peixada que ficasse na história. Ficou.

Para a peixada do conde, todos os pescadores da redondeza correram o Paraíba em suas canoas, com ordem de trazer tanto peixe quanto encontrassem. Mas o dia não andava para peixe e as redes iam e vinham vazias. Foi aí que três pescadores – Domingos Garcia, João Alves e Felipe Pedroso – decidiram rezar para pedir melhor sorte no trabalho. E rezando com muita fé, atiraram as redes com nova esperança.

O que aconteceu virou história: João Alves lançou a rêde e tirou a imagem de uma Senhora, sem a cabeça; outra vez, e recolheu a cabeça, que se ajustou perfeitamente ao corpo; e na terceira vez, e nas outras, veio peixe, muito peixe, tanto peixe como nunca se viu. A peixada do conde estava garantida.

### **O pescador e as velas**

Passado o espanto, os pescadores levaram a imagem, com muito respeito, para o Morro dos Coqueiros, onde moravam. Felipe Pedroso foi escolhido para guardá-la. Mais tarde, entregou-a a seu filho Atanásio, também pescador. Êste lhe arrumou um altar tôsko, lhe acendeu velas e iniciou o hábito de fazer rezas aos seus pés nas noites de sábado. Foi em uma dessas rezas. Sem que houvesse vento as velas se apagaram e, antes que aparecesse fogo para reacendê-las voltaram a luzir sòzinhas, para suprêsa de todos, sem que pessoa alguma interviesse.

E vieram outros milagres. O caçador que, sem munição que prestasse, deu com uma onça do tamanho de um bezerro: o homem pediu socorro a Nossa Senhora Aparecida e a onça ficou mansa igual cachorro. O menino que ia se afogando: a mãe implorou à Senhora e a criança boiou até ser salva. O escravo condenado à morte: prostrou-se aos pés da imagem, as correntes que o prendiam se partiram e os soldados o libertaram. A moça ceguinha que queria muito ver a Santa: tanto queria que, diante dela, recobrou a visão para sempre. O carreiro que caiu sob as rodas do seu carro-de-boi: gritou “Mãe Aparecida” e nada lhe sucedeu. E o

cavaleiro embriagado que quis entrar na igreja a cavalo: o animal estacou nas quatro patas e deixou marca de uma ferradura no primeiro degrau do templo.

Êstes milagres e muitos outros conduziram a um prodígio maior. Gente de tôda parte começou a chegar em visita à Senhora do Morro dos Coqueiros. E o tôsco altar virou capela, as poucas casas cresceram em vila, a capela se fêz igreja e a vila se tornou cidade. Uma cidade chamada Aparecida.

### **A cidade e as rezas**

É uma cidade de muitas rezas. Acorda todos os dias, invariavelmente, às quatro e meia, com as vozes de seis sinos de bronze misturadas aos cânticos e orações dos romeiros madrugadores. A igreja se abre e começa a primeira das fezz missas diárias. Os 1.200 lugares da velha basílica já estão tomados. A nova, em construção, acomodará 20 mil pessoas. Maior que ela, só a de São Pedro, em Roma.

No seu nicho de ouro, atrás do altar principal, a imagem de terracota, de 39 centímetros de altura, quatro quilos de pêso, manto azul com as armas do Brasil e do Vaticano, cabeça cingida por uma coroa cravejada de pedras preciosas, recebe as primeiras visitas. A fila que se forma para passar diante dela é permanente.

Ali, o ritual é um só: o romeiro lança um olha para a imagem ao alto, faz o sinal da cruz, coloca com a mão o beijo na parede ao pé do nicho, deixa uma escola no cofre logo abaixo, repete o olhar, o sinal da cruz, e vai saindo. Há lágrimas, sorrisos, suspiros e, às vezes, desmaios. Mas a fila parece sempre a mesma fila e tem sempre os mesmos gestos.

Só as crianças quebram o ritual. Com perguntas:

- Por que ela é preta?
- Acharam no rio mas não está molhada?
- A coroa dela é maior do que a cabeça?
- Esta é a santa de verdade?

(Legenda das fotos das páginas 60 e 61: “Bem cedo, a multidão começa a chegar. Depois cai de joelhos aos pés da Santa. No domingo, todo o movimento se transfere para a nova basílica, ainda inacabada.”)

### **A fábrica e os operários**

Na igreja o movimento corre em ritmo de fábrica. No ano passado foram distribuídos 800 mil comunhões, efetuados 18 mil batizados e celebrados três mil casamentos, movimento maior que o do Estado de Mato Grosso. Para atender a tudo isso há dez padres redentoristas trabalhando das quatro e meia da manhã às nove da noite, auxiliados por seis irmãs missionárias que encaminham os romeiros para os sacramentos.

- Já fiz mais de 300 batizados num só dia – conta padre Fré, o vigário. Fiquei uma semana com choro de criança no ouvido. Mas aqui não há escolha. O romeiro vem e volta. Não se pode deixar para o dia seguinte.

De cada três meninas batizadas na basílica, uma recebe o nome de Aparecida. Bebês Aparecidos são poucos: um em cada cem e, em geral, como segundo nome. Um casal da cidade quis chamar à filha Aparecida de Aparecida. Os padres acharam exagero. Cortaram para uma Aparecida só.

Os casamentos são tradicionais. Antigamente vinham de carro-de-boi e o povo da cidade sabia que era casamento só de ouvir o carreiro cantar os nomes dos bois: Luar, Cascata, Marfim, Algodão. Carros comuns eram puxados por bois chamados Melado, Rapadura, Caninha, Sete-e-meio. Hoje não há mais carros-de-boi, mas os casamentos se enfileiram. Gente rica da região e roceiros da redondeza se encontram na sacristia. Há também os que vêm de longe se casar em Aparecida por promessa.

Os padres experimentados, quando estão diante de noivos caboclos, pedem pelas “memórias” em lugar das alianças. Padre Fré, um dia dêsses, pediu as memórias a um casal da roça. O caboclo se empertigou, fêz um ar de superioridade e perguntou com um sorriso sabido:

- O senhor está querendo as alianças, seu padre?

(Legenda das fotos das páginas 62 e 63: “Festa a Aparecida é dia de procissão. E por isso, as freiras têm que dobrar a fabricação de hóstias e as filas para ver a imagem são ainda bem mais compridas.”. Título da página 62: “Futebol da cidade não tem nome feio”.)

### **Os vizinhos da santa**

São 18 mil habitantes na cidade, mais quatro mil no resto do município, os vizinhos da Santa. Vivem numa cidade diferente, onde nunca houve baile de carnaval, concurso de beleza ou casa de jôgo. As mulheres se vestem com discrição. Diz um cartaz na porta da igreja: “Os direitos de Deus estão acima dos direitos da moda”. E elas seguem a recomendação, dentro e fora da basílica.

O técnico de futebol do Esporte Clube Aparecida instrui os jogadores para que não digam palavrões no gramado: não fica bem para a cidade. E os jogadores obedecem. Os rapazes mais afoitos esbarram sempre numa mesma frase que as namoradas trazem prontas há gerações, para uso eventual:

- O que é que Nossa Senhora Aparecida vai pensar da gente?

O delegado Arnaldo Boquino, com seus 25 soldados, tem só um grande problema: o trânsito. Certos dias chegam 400 ônibus, 200 caminhões e três mil automóveis.

O prefeito Aristeu Vieira se contenta em ser a quinta pessoa da cidade em importância: a Santa, o cardeal, o arcebispo e o vigário são, para êle, as quatro primeiras.

Nos rádios da cidade, um locutor anuncia:

- Na Capital Espiritual do Brasil são sete horas.

A rádio é dos padres, o jornal é dos padres, um dos dois cinemas é dos padres. A rádio se chama Aparecida. É a mais ouvida do interior do Brasil, segundo as pesquisas do IBOPE. Oitenta mil pessoas pagam de Cr\$ 1 mil a 5 mil anuais, só para serem seus associados-contribuintes. Faz alguns meses, lançou campanha pedindo cartas aos ouvintes que estivessem rezando para o Concílio. Recebeu 315 mil.

O jornal, semanal, é o “Santuário de Aparecida”. Tem 66 anos e 40 mil assinantes.

O cinema, Cine Aparecida, só passa filmes aprovados pelos padres. O outro, particular, permite que os padres coloquem a cotação moral dos filmes em sua porta.

### **Os bonés azuis**

O comércio de Aparecida abre o ano inteiro, sem guardar sábados, domingos ou feriados. Só fecha a 17 de dezembro, dia do município, quando nem var fica aberto. Das seis da manhã às dez da noite, as lojas estão funcionando: 400 estabelecimentos, 200 vendendo só velas santinhos, terços, medalhas, imagens da Santa e lembranças da cidade, que vão desde xícaras



com a efígie da Senhora até toalhas de mesa com orações bordadas. A rua principal, que desce da basílica até a praça da igreja de São Benedito, tem exclusivamente lojas de santinhos e hotéis.

Nos noventa hotéis e pensões sempre cabe mais um. A maioria mantém agenciadores, homens de uniforme branco e boné azul que caem em cima dos romeiros assim que desembarcam. Alguns tomam a mala do recém-chegado à força e arrastam o visitante para a pensão que lhes paga comissão por cabeça. De vez em quando um romeiro, assustado quando lhe tomam a mala, grita:

- Pega ladrão!

Menos agressivos são os 80 fotógrafos. No tempo dos carros-de-boi faziam todos os fotografados olhar firme para a objetiva. Até mesmo os bois, como asseguram testemunhas.

E os 20 vendedores de bilhetes de loteria vão andando e vendendo sem fazer barulho porque a sugestão de sorte é muito grande. Mas, já se passam dez anos que ali não sai um prêmio grande. É um argumento:

- Está na hora de sair grande prêmio, anunciam.

Nos 100 quilômetros quadrados que formam o município de Aparecida não existe igreja protestante, centro espírita ou tenda de Umbanda. É provavelmente a única cidade do Brasil onde funciona apenas uma religião pública, nas cidades vizinhas, os praticantes de outras religiões tratam a Santa com respeito e não se tem notícia de atritos. Uma vez houve um, muito sério, na cidade de Guaratinguetá, a seis quilômetros de Aparecida.

Foi o caso do pastor João de Deus, da seita Assembléia de Deus. Entusiasmado com seus sucessos oratórios e com o crescente número de fiéis que arrebanhava, o pastor João de Deus começou o ano de 1962 desacatando os padres e os católicos pelos alto-falantes do seu templo.

Vai dia, vem dia, o homem faz a ofensa suprema:

- Nossa Senhora Aparecida é uma negrinha à-toa.

No dia seguinte, às seis da tarde, a cidade inteira cercava o templo. Queriam linchar o pastor. Veio polícia e mais polícia, reforços e mais reforços de Taubaté, grandes cães policiais e fizeram um cordão de isolamento para conter o povo. No que um vem falante vereador, por nome Rogério Lacaz, tomou a palavra:

- O povo civilizado e culto de Guaratinguetá não vai depredar o templo. Estou certo de que todos darão um exemplo de dignidade e respeito se recolhendo a suas casas. A polícia que se retire e o povo ordeiro voltará aos lares.

Foi além: se responsabilizou pelo que desse e viesse.

A polícia tomou o discurso ao pé da letra. Recolheu os cães e abriu o cordão de isolamento.

Não ficou pedra sobre pedra. Não sobrou um tijolo. Nem nunca mais houve notícia do pastor João de Deus, àquela altura sumido, para nunca mais aparecer.

(Legenda da foto da página 64: “Ninguém escapa de posa para os fotógrafos com a velha basílica ao fundo. O retrato é recordação obrigatória.”. Título da página 64: “Histórias de gente simples contam que a santa é do povo”.)

### **Bem-aventurados os simples**

Num sobradão branco da praça da igreja de Nossa Senhora Aparecida mora um homem de 76 anos, sobre cujos ombros franzinos pesa a responsabilidade de dirigir a arquidiocese de Aparecida e a construção da nova e grandiosa basílica. De uma janela discreta êle passa os momentos livres observando o movimento de romeiros. Numa posição estratégica, na calçada fronteira, é possível surpreender à janela a figura magra e tranquila de D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, primeiro cardeal arcebispo de Aparecida, após ter sido, durante 20 anos, arcebispo de São Paulo. D. Carlos tem por coadjutor o arcebispo e vigário geral D. Antônio Francisco de Macedo. Ambos nutrem grande amor pela Santa e imensa ternura pelos romeiros.

- É a Santa do povo, Surgiu com os pescadores e seu culto se propagou entre os humildes. E bem-aventurados os que são simples – sentencia D. Carlos Carmelo.

Essa simplicidade faz lendas. Como tôda basílica, a igreja de Aparecida tem as suas insígnias. Há, por exemplo, dois “gonfalones”, pavilhões de sêda, em forma de guarda-sol entreaberto. O maior fica num armário; o outro, menor está permanentemente dependurado sobre o altar. O povo simples costuma contar que “aquela sombrinha amarela suspensa no teto da igreja era de uma bailarina que entrou no templo com o guarda-chuva aberto”. A sombrinha foi-lhe arrancada das mãos e lá ficou pendurada “para castigar o desrespeito”.

### **Pagadores de promessa**

Dez anos atrás, a ladeira que leva à igreja ainda era percorrida por romeiros ajoelhados que, assim, pagavam promessas, outros cingiam a cabeça com velas acesas e subiam a ladeira com os cabelos em fogo. Hoje, os padres já venceram a teimosia dos penitentes e aconselham promessas mais leves. Mas ainda há penosas e extravagantes.

Numa tarde, padre Galvão estava no confessionário quando notou uma môça que tirava os sapatos em plena basílica. Depois, foram as meias. Em seguida, o vestido. Padre Galvão precipitou-se ao encontro da môça que já ia tirando a combinação. Pai e mãe da jovem explicaram aflitos: quando ela era pequena, esteve desenganada e tinham feito promessa de apresentá-la nua à Santa. Não fora possível vir antes, a môça já estava com 17 anos e só agora podiam cumprir a promessa. Padre Galvão explicou pacientemente que a intenção e a visita bastavam, que não era preciso levar a coisa ao extremo e que a jovem devia se vestir e bem depressa. O que foi feito, ainda que os três ficassem desconsolados.

O mesmo padre Galvão estava uma noite na rádio quando se apresentou um roceiro de chapelão e maleta, com um assunto muito urgente.

- Quero deixar um dinheirinho para a Santa, disse o homem.

- Amanhã na igreja o senhor entrega.

- Não, eu vou indo agora mesmo. O senhor pode guardar.

O padre aceitou e estendeu a mão. Em vez de cédula ou envelope, o visitante entregou a maleta. E deu boas noites. Dentro da maleta havia Cr\$ 350 mil, em dinheiro miúdo.

Vem como vai essa multidão de romeiros, fluindo o ano inteiro por Aparecida. Gente que chega de caminhão, ônibus automóvel e trem, que reza, chora e ri, que faz piquenique na praça, leva água para benzer. Gente que compra nos ambulantes o “Famoso Bálsamo Nossa Senhora Aparecida”, pois por Cr\$ 200 ele é capaz de curar “tôdas as moléstias, até as mais graves”. Gente que é solicitada por vários cartazes anunciando choques de peixe-elétrico, zoológico com urso e tudo, aranha com corpo de mulher, mulher com cabeça de cobra, mas que passa indiferente, pois o que vale para ela é a Santa.

### **A senhora Aparecida**

Porque apareceu no rio, a imagem foi chamada de Aparecida. Alguns apresentam como uma Nossa Senhora da Conceição. Sabe-se que na região existiam índios, hábeis escultores em terracota, material de que é feita a imagem. O que não se sabe é como a imagem foi parar nas águas do Paraíba.

Mas há hipóteses, que são três: a imagem foi lançada ao rio pelos primeiros donos, depois de quebrada acidentalmente; as enchentes arrastaram-na da casa de seus proprietários originais para o rio; ou teria sido atirada ao rio por mãos sacrílegas.

O sacrilégio tem fôrça de lenda. Dizem até que os milagres operados por meio da imagem seriam reparação e desagravo pela ofensa recebida. Mas para o povo, para o velho que passou a noite na calçada da Farmácia Nossa Senhora Aparecida, não importa a origem da Santa. O importante é que ela está lá.

- A bênção, Senhora!